

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
CURSO MESTRADO EM FILOSOFIA**

CLAUDETE TONIOTI ROTA DA PURIFICAÇÃO

**A CONSTRUÇÃO DA MORAL EM SARTRE:
UM CAMINHO POSSÍVEL**

CURITIBA

2013

CLAUDETE TONIOTI ROTA DA PURIFICAÇÃO

**A CONSTRUÇÃO DA MORAL EM SARTRE:
UM CAMINHO POSSÍVEL**

Trabalho de dissertação apresentado à Coordenação do Curso de Mestrado em Filosofia, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Eladio C. Pablo Craia

**CURITIBA
2013**

TERMO DE APROVAÇÃO

A CONSTRUÇÃO DA MORAL EM SARTRE:
UM CAMINHO POSSÍVEL

Por

CLAUDETE TONIOTI ROTA DA PURIFICAÇÃO

DISSERTAÇÃO APROVADA COMO REQUISITO PARCIAL PARA A OBTENÇÃO DO
GRAU DE MESTRE EM FILOSOFIA, ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES DA
PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ, PELA COMISSÃO
FORMADA PELOS PROFESSORES.

ORIENTADOR:

Prof. Dr. ELADIO C. PABLO CRAIA

Prof. Dr. CLAUDINEI APARECIDO DE FREITAS DA SILVA

Prof. Dr. HORÁCIO LÚJAN MARTINEZ

CURITIBA, 27 de agosto de 2013.

Para meus filhos: Matheus e Jéssica com amor além da vida.

E, para minha mãe (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a todos que me ajudaram a construir este texto.

Aos meus amigos que, de uma forma ou de outra, contribuíram com sua amizade e afeto. Sinceramente grata!

Agradeço ao professor Jelson a consideração por ter lido meu texto e contribuído com afabilidade. Sinceramente grata!

Ao professor Claudinei pelo refinamento de leitura. Sinceramente grata!

À Antônia, secretária do mestrado, um abraço carinhoso à por sua atenção e presteza. Sinceramente grata!

Ao Prof. Kleber por sua sempre generosidade, presteza e simpatia. Sinceramente grata!

E, finalmente, meu muito obrigada à minha querida e barulhenta família. Sinceramente grata!

Como prisioneiro, em certo sentido, você se sentiu satisfeito, porque, partindo do anonimato, se fez reconhecer como alguém. Em outras palavras, você justamente poderia ter sido qualquer um. O que lhe dava satisfação é que não ficou perdido entre todas aquelas pessoas e isolado por sua cultura, seus livros ou sua inteligência, mas, ao contrário, ficou no mesmo nível que eles. Foi o ficar no mesmo nível, ser qualquer um, que lhe fez dar um valor a esse qualquer um. (Beauvoir, 1982 p. 227)

RESUMO

RESUMO: Este estudo traz as reflexões da relação existente entre a liberdade absoluta de Jean-Paul Sartre e a possibilidade do homem existir como um Ser moral. Tratar a moral não é o mesmo que formular regras, leis, normas, padrões e comportamentos estabelecidos que se baseie em generalizações ou em julgamentos preconcebidos, ao menos não para Sartre. O existencialismo do filósofo francês descreve a moral como fruto da condição de Ser, sustentada pela ontologia que nega uma natureza propriamente humana. Sua moral não se limita à tradição dogmática e reguladora, mas se funda na desconstrução de todo fundamento exterior ao homem retirando-o de comportamentos pautados em arquétipos, deuses ou quaisquer aportes que não o próprio homem e sua autenticidade. Ainda, ultrapassa todas as formas de assegurar o maniqueísmo como fundamento em um mundo absoluto, limítrofe de toda ação. A ontologia moral apresentada neste estudo utiliza a construção do Ser da existência como consciência de si mesmo e consciência dos Outros. Este Ser de Consciência se percebe Ser de liberdade intimamente ligada à contingência, de onde resulta a angústia. Para este homem a moral é um constructo aberto, mas ligado aos valores internos, livremente escolhidos durante o viver no seu projeto de Ser. A liberdade não é um simples predicado, mas fundamento último de todo homem, é estrutura. Para justificar as ações motivadas pelos valores individuais escolhidos de forma harmônica com a condição humana, as regras universais não são possíveis, pois nem todos vivem nas mesmas situações. A moral ontológica de Sartre, portanto, é sem fundamento à priori, sem justificação, se faz a cada instante, é livre, mas condicionada pelo mundo e pelo outro. O homem e o mundo interagem sem regras prontas, mas as criam formando um padrão de conduta constituído pela liberdade inventiva da subjetividade humana, que o homem chama de postura moral. A atitude moral se encontra em tudo e em todos, ter atitude já é postura moral, enquanto negação da má-fé – fuga.

Palavras chave: Homem, liberdade, escolha, valor, moral, vontade.

ABSTRACT

ABSTRACT: This study brings into light the reflections of the existing relation between the absolute freedom of Jean Paul Sartre and the man's possibility of existence as a Moral Being. Founding moral is not the same as formulating laws, rules standards and established behaviors based on generalizations or preconceived judgments, or at least, not for Sartre. The French philosopher's existentialism describes moral as a product of the condition of Being, sustained by the ontology which denies a proper human nature. His concept of moral is not restricted to the dogmatic and regulating tradition, but instead bases itself on the deconstruction of all foundation exterior to the man, relieving him of behavior guided by archetypes, gods or any inputs other than the man himself and his authenticity. Still it surpasses all the means of ensuring Manichaeism as a foundation in an absolute world, neighboring to all action. The ontology of moral presented on this study uses the construction of the Being of Existence as consciousness of himself and consciousness of Others. This Being of Consciousness perceives himself as Being of Freedom, intimately connected to contingency, which results in anguish. To this man, moral is an open construct, although connected to inner values, it is freely chosen during life in the project of Being. Freedom is not simply a quality, it is all but the ultimate foundation of every man, it is structure. To justify actions motivated by individual values, chosen harmoniously with the human condition, universal rules aren't possible, for not everyone live through the same situations. Sartre's ontological moral, however, is not *a priori* founded, is not justified, is made at every moment, is free, but conditioned by the world and by the other. Man and world interact without set rules, although create them, forming a standard of conduct composed by the invented freedom of human nature, what man calls a moral stance. The moral attitude is found on everyone and everything, as having an attitude is already a moral stance, while denial of bad faith – escape.

Keywords Man, freedom, choice, value, moral, will.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 PARA-SI: CRÍTICA ONTOFENOMENOLÓGICA DO EGO	16
1.1 O PROJETO	16
1.2 NADIFICAÇÃO E TRANSCENDÊNCIA	29
1.3 O SER PARA-SI COMO LIBERDADE ABSOLUTA	34
2 LIBERDADE: O SENTIDO ÚLTIMO DO PARA-SI	41
2.1 ESTRUTURA DA LIBERDADE	41
2.2 O DETERMINISMO	50
2.3 AÇÃO E LIBERDADE	55
2.4 A LIBERDADE E O TEMPO	61
3 SARTRE E A MORAL	68
3.1 ESBOÇO DE UMA TEORIA MORAL	68
3.2 TELEOLOGIA DA MORAL	74
3.3 CAUSALIDADE E RESPONSABILIDADE	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	89

INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é analisar a moral, no contexto da reflexão fenomenológica de Jean Paul Sartre, uma vez que a obra por ele prometida “moral da liberdade e da salvação” não saiu do projeto.¹ Mas, talvez seu Projeto permita algumas consequências éticas importantes. Sem pretensões de síntese ou fechamento, a moral sartriana transita num terreno movediço que se altera constantemente. De tempos em tempos os valores se modificam, já que não existe um ponto central, um modelo universal. Em suas peças teatrais, Sartre trabalha questões morais e, por todo seu trabalho, percebe-se que a ética não se instituiu num discurso fixo, apontando para a necessidade de estar situada dentro de um contexto que lhe dê concretude. Por estar sempre se modificando, é difícil fixar uma moral teórica.

Postular uma moral fixa, a partir da obra de Sartre, é uma tarefa intrigante, pois não existem conceitos morais que possam ser conhecidos antes da experiência, à maneira da tradição religiosa e metafísica. Sartre se volta para o questionamento desta moral imposta pelas instituições históricas, do dar vazão ao estatuto humano, da existência enquanto livre para construir a própria moral. Conforme Sartre tem-se, portanto, que definir quais as ações que serão postas em prática na relação com o Outro, porque o homem é um ser social, não é anterior a si mesmo ou, dito de outra forma, não existe sem o fazer-se, já que ele é fruto da própria maneira como se constrói. Na verdade, a proposta de Sartre sobre a questão moral é também sobre o exercício do viver e estar no campo do existir onde cada Ser busca a sua existência autêntica. É discutir as possibilidades da sua construção e as condições para que ela aconteça.

Assim, a moral sartriana não tem caráter propriamente determinista, pois não há dentro do homem uma moral pré-instalada, de modo que os valores desta moral são exteriores a ele, ligados às suas escolhas e às ações práticas. Liberdade é o conhecimento possível, é o experimentar a verdade. O homem “é o conhecimento, porque a origem do *Para-si* é a ignorância, sem o não-saber, o *Para-si* seria *Em-si*, é no buscar perpétuo que o homem é aquilo que é – assim, conhecer é “*tirar o ser da noite do ser*” – iluminação” (LAPORTE,

¹ Sartre não chegou a escrever uma obra específica sobre a moral ou, segundo ele mesmo parece sugerir, não consegue escrevê-la. Escreve sim, anotações (*Os Cadernos Para Uma Moral*) que foram publicadas posteriormente por Arlette Elkaim Sartre, sua amante judia que, para surpresa de todos, adota como filha, e que hoje detém os direitos da obra não traduzida para o português. Ao todo, os cadernos são 15, cinco foram publicados na primeira edição de *Diário de uma Guerra Estranha*, com autorização de Sartre. Os demais, provavelmente foram perdidos durante a primeira guerra. Um destes foi encontrado com um colecionador particular, dos demais, restaram resumos resgatados das cartas que enviara à Simone de Beauvoir.

2003, p. 70). Sua liberdade é o fundamento sem fundamento, um bem em si mesmo cuja libertação se traduz na ação.

O presente trabalho está dividido em capítulos que serão analisados em três campos conceituais. O primeiro, o homem com o Ser da existência e consciente de si, livre e transcendente para criar o seu projeto de Ser; o segundo, a liberdade como fundamento do homem no mundo e como se dá a relação do ser em construção com a liberdade imposta pela existência localizada no seu tempo e vinculada à contingência. E, por fim, a moral em si, suas possibilidades e causalidades, fundada na responsabilidade das ações.

Nota-se um certo pessimismo no pensamento de Sartre, contudo é preciso entender o momento histórico em que ele viveu e morreu. A Europa contemporânea se vê às voltas com grandes rivalidades no Séc. XIX, a Primeira Grande Guerra em 1914, guerras locais como a Polaco-Soviética (1919-1921), por exemplo, a Segunda Grande Guerra em 1939, o Nazismo, a Guerra Fria (1945-1991). O novo homem começa a surgir nestes embates, ele precisa crer na justiça instalada para se reconstruir, apoiado no progresso sem volta. O binômio racionalismo e idealismo sustenta a mistificação do existir humano.

O retraimento das instituições estatais, a divisão do mundo em “desenvolvido” e “subdesenvolvido”, a descrença na tradição e na religião, que frustram as expectativas e colocam a humanidade de novo no chão, ou numa linguagem existencialista, a coloca na realidade da angústia e do desespero.

Após 1944, na Europa, o que se viu foi uma época de grandes polêmicas, tanto de caráter ideológico, como filosófico e intelectual. Assistia-se com mais nitidez ao sempre presente antagonismo entre o sagrado e o profano, a Igreja Católica se via às voltas com o desafio lançado pelo marxismo, em visível ascensão pela sua aceitação face à vitória da antiga União Soviética sobre o nazismo. Neste momento de crise, o mundo vive uma moral conflituosa. A individualização do ser traz a aceitação do Comunismo como forma de combater o Nazismo. Surge o “ser engajado” que assume sua responsabilidade com as questões de cunho social ou político. O homem no pensamento de Sartre, primeiro, se define como o Ser comprometido com o próprio projeto de ser, um indivíduo preocupado com a sua construção. E, depois, como ser social e participante dos movimentos historicizantes em que está inserido.

Nesta ambientação, as estruturas, que até então eram tidos como incontestáveis, foram postas à prova, então como ou onde buscar as garantias para decidir qual a melhor ação a realizar senão no exercício do viver. Sentir é experimentar. A sensação onde se compreende firmemente toda a concepção do instante que nasce através da razão, e que permite a

construção do Eu, conferindo-lhe o sentido de suas vidas e de seus valores. Conferir significa, exatamente, agir. Só depois do ato realizado ele se torna um sentimento valorado. Diz Sartre: “o sentimento constitui-se pelos atos que se praticam; não posso, pois, consultá-lo para me guiar por ele” (SARTRE, 1973, p. 17). Sartre age em situação, implica-se no momento junto da vontade repentina e sem justificativa, extravagante. O engajamento que implica em posicionamento político e social é mais do que gritos de ordem: é compromisso moral com o Outro. Neste momento histórico, revoltado nas suas mais diversas acepções, surge o Existencialismo, negando o estabelecido, mas propondo uma nova filosofia de liberdade e de criação humanas².

O século XX se vê atravessando intensas mudanças tecnológicas e um registro histórico trágico (o entre guerras, o totalitarismo, o genocídio, a descolonização, entre outras situações). O homem diante destas vivências traumáticas tenta uma nova abordagem para o mundo. Vale lembrar que certo grau de inconformismo não seria surpresa, até porque essa é a época em que a humanidade se vê no centro das reflexões das ciências humanas revisitadas. A releitura dos antigos textos ganham novas interpretações. Este novo léxico traz à obrigatoriedade de pensar em desenvolver as competências linguísticas no campo semântico, ligando o homem à sua ação e, ambos à natureza ou mundo (*ethos*). Não bastasse o conflito das relações humanas traduzido nas crises, para o homem ficou a responsabilidade de escolher as suas múltiplas possibilidades, uma composição entre o Eu da psique e o seu momento histórico vivenciado.

Este é o tempo de Sartre e, talvez por isso, ele nunca tenha visto a fé como aporte moral. Se, na infância, ia à igreja para os ofícios religiosos com sua mãe, era mais para cumprir uma formalidade burguesa (e especialmente para ouvir a música dos órgãos) do que para os atos de contrição da oração e porque, de alguma forma, via estes atos como virtuosos. Cresceu em meio aos livros e via a biblioteca de seu avô como um templo, vindo a sentir amor pelas palavras. Em meio aos livros sentia-se como em um refúgio, o seu refúgio religioso, e via nas palavras dos ofícios religiosos uma formalidade estética que admirava. Para ele, o cristianismo não se baseava na fé, mas nas relações sociais. Deus existia, mas não com ele, e assim, sem traumas ou fato maior, apenas deixou de acreditar em algo que já não era tão sedimentado em si.

² Dentro do Existencialismo encontramos nomes como Sören Kierkegaard (1813-1855), Karl Jaspers (1883-1969), Maurice Merleau-Ponty (1908-1961) e, talvez o mais expressivo, Jean-Paul Sartre (1905-1980).

Acho que devo contar tudo isso porque sou, como já observei, interessado pelo moralismo, e o moralismo muitas vezes tem sua fonte na religião. Mas nada disso aconteceu comigo. Aliás, fui criado e educado por pais, parentes e mestres, quase todos campeões da moral laica, e sempre tentado a substituí-la pela moral religiosa. (SARTRE, 2005b, p. 281)

Mais tarde, Sartre demonstrava sempre preocupação com a moral. Desde os seus dezoito anos já escrevia sobre o que ele chamava de “afeições morais” (SARTRE, 2005b, p. 279). Dizia que cada um pode escolher um tipo de afeição moral e, daí, formar seus valores e determinar como se conduzir dentro do seu processo existencial. Dizia ainda que é possível existir uma moral sem Deus, mas não sem o mal, porque se pode criar o mal, mas não se pode criar o Deus.

É de se supor que tenha transferido toda sua fé para a arte. Ali ele encontrava elementos de fidelidade, de amor e amizade. Então, depositou todos os seus esforços para realizar na literatura o que um cristão realizaria dentro da vida religiosa, criando uma linha de conduta coerente (moralizada) por outros caminhos. Se a religião se vincula ao místico e à contrição, na filosofia sartriana a moral se insere numa significação do concreto. Os fatos da vida externos ao sujeito confundem-se com ele e formam um só caminho no qual o projeto se desenvolve. A vida se faz pelos encadeamentos dos eventos, e um mesmo evento, acontecendo para mais de uma subjetividade, desencadeia uma série de situações complexas que enredam e unem todos.

Curioso é “que não se pode formar uma opinião sobre a vida enquanto se está vivendo; ela nos apanha por trás e nos vemos dentro dela. Mas, se nos voltarmos, veremos que somos responsáveis pela vida que vivemos e que ela é irremediável” (SARTRE, 2005b, p. 287). Só tem-se uma opinião fixada sobre o ocorrido na vida quando, após o fato, pode-se fazer uma análise do escolhido. Disto resulta que *se vive às cegas* tentando acertar e que errar é uma possibilidade. O fato carregado de significações envolve e induz o homem a determinadas inclinações em que a escolha pela boa-ação (ação moral) é dificultada pela inexperiência. Em vão busca-se no externo a resposta pronta que guia. Ora, ela não está lá. Ao mesmo tempo em que os acontecimentos provocam o questionamento, eles se eximem de qualquer resposta. Cabe ao homem resolver o impasse da melhor maneira que puder e agir da forma mais responsável possível, já que, invariavelmente, sua ação causará uma reação no Outro da qual ele não sabe o resultado.

“Sei que uma vida é apática e pastosa, injustificável e contingente. Mas isso não importa, sei também que tudo pode me acontecer, mas é a *mim* que acontecerá; todo acontecimento é *meu* acontecimento” (SARTRE, 2005b, p. 290). Vida apática, pastosa,

injustificável e contingente, ora, o homem é uma paixão inútil. Tais termos mostram que a vida não chega a ser um presente. É muito mais um encargo sem graça do qual se pode esperar tudo e nada, uma tela em branco onde, primeiro, o homem é tela e, depois, se vai colorindo ou, “uma vida, isto é, um todo existindo antes das suas partes e se realizando por meio de suas partes” (SARTRE, 2005b, p. 291). Esta é a contextualização afetiva na qual Sartre situa o problema da sua moral, ou seja, uma moral desligada da religiosidade e relativa à arte (no caso especial de Sartre, a literatura).

A moral tal qual a arte surge da criação, mas não de forma abstrata, *ex nihilo*, uma e outra só são possíveis no real, no existir. A moral é criação e as artes também. Ambas se desenvolvem seguindo a lógica que compreende o interior do homem e o seu exterior (mundo). Elas se manifestam e, no instante em que são criadas, revelam a liberdade, a angústia, a falta, a maneira como se vive nas suas pinceladas, nas suas palavras, nas suas formas, nas suas mais diversas expressões. A moral tomada como arte é uma criação estética. A arte da escrita, como signo, faz referência nítida e inegável ao mundo. Ela é engajada e, ao ligar a fala às situações, Sartre indica os aspectos éticos e estéticos dentro de sua obra.

Ainda, Sartre não tentou deixar a vida mais suave ou elaborar uma moral do prazer ou da felicidade. Ele queria a superação de si mesmo, pela criação de valores que, para cada um, são diferentes e especiais, na medida em que só se pode experimentar uma única vez o momento. Cada segundo vivido é único. Então, ele queria ser o melhor e, por conseguinte, trazer o Outro junto para somar. Enfim, ser o exemplo de uma vida boa (do ponto de vista da moral). Viver é escrever a moral, ambas são a mesma e única coisa. Diz Sartre:

[...] eu tinha preocupações morais definidas: não desejava ser somente um grande escritor, ou apenas levar a vida de um grande homem. Queria ser uma pessoa “de bem”, como dizia em 1930, com certo pudor. Essas preocupações morais sem dúvida não tinham a mesma origem que o meu desejo de escrever e de ser grande. Mas adaptavam-se perfeitamente ao meu sonho de uma bela vida e se confundiam com ele: eu mereceria muito mais aquela vida se vivesse moralmente; e a biografia seria mais rica, mais comovente, se esse homem, que conhecera tudo e que tudo amara apaixonadamente, que deixara obras tão belas, tivesse sido ainda por cima um homem “de bem”. (SARTRE, 2005b, p. 293)

Durante a sua juventude, Sartre sente tais tendências morais mais engajado ao projeto, como que um pano de fundo que dá o tema da obra, e agia mais como um fim (ter uma vida bela que pudesse ser escrita e admirada) e não como meio (pela moral em si). Para ele, não acreditar em Deus é uma forma de desalienação do homem: ao desalienar-se, ele se torna a medida e a expressão da humanidade. O homem só terá uma existência de autêntica relação de si quando anular Deus de sua vida, numa relação direta com o mundo. Não havendo

imposição divina, justifica o comportamento moral pela necessidade de uma vida esteticamente correta, contudo, este embrião só veio a desenvolver-se mais tarde na maturidade. De resto, ao encarar o problema da moral, Sartre tentava a boa-ação naturalmente. Dissociou, ainda, a moral (prática) da metafísica, ligadas de forma tênue ao místico. Via a possibilidade de outro plano moral, mas que foi prontamente rejeitado em privilégio da liberdade, pois se de outro jeito fosse, não seria mais totalmente livre. O homem, para Sartre, é maior uma vez que ele não precisa de algo lhe dizendo o que fazer, e, pensando assim, confere ao ser humano a dignidade maior que uma essência congênita quando confia na capacidade de decisão de cada Ser em “passar a um estado de mais-valia existencial” (SARTRE, 2005b, p. 295). Este crescimento é *do homem* e jamais deixará de sê-lo.

Sartre jovem constrói a moral fundando-se em alguns preceitos que leu em *La Possession du Monde* de Georges Duhamel, um cirurgião que atuou na Guerra de 1917-18. Duhamel via nas pequenas coisas do mundo o conforto para as tristes visões da guerra. Esta preocupação não se daria, contudo, de forma fútil, mas carregada de significados em que o ato em si “respeitosamente, transforma-se em um ato sagrado, a comunicação entre duas substâncias absolutas, a coisa e a minha alma” (SARTRE, 2005b, p. 296). Com esse olhar sobre as coisas, ele afirmava a existência destas e conferia-lhes um sentido único. Não bastava a ele dizer, *o sol brilha*, mas tinha que fazê-lo dizendo *há o sol e ele brilha*. Com a inserção do verbo *há* na afirmação, Sartre tirava a coisa do seu lugar comum, trazendo-a para um plano onde enfatizava sua existência de Ser, como que dizendo sem a afirmação do haver, o sol fosse menos sol, perdido num conceito de substanciação frágil e menor. E, usando as palavras do autor, ele procurava o absoluto.

Trazendo significação à coisa, conferindo-lhe certa *identidade* seria mais simples entendê-la como *ente* para uma ação moral. O mundo se abre com novas perspectivas entre a *alma* do homem e as *coisas*, em um grande encantamento que precisa ser vivido, em segredos que deveriam ser desvendados aos olhos de cada um, sem a interferência de qualquer regra ou opressão. Sartre escreve: “Então, para conquistar o mundo, não era preciso seguir a maioria, entrar na fila dos homens de laboratório; nós podíamos possuí-lo isolado, podíamos pensar sozinho nele; ele revelava seus segredos ao homem só e eu não estava atrasado” (SARTRE, 2005b, p. 297). Diante dessas reflexões, Sartre tinha sua moral como elemento transformador, capaz de olhar um algo ou alguém e conferir-lhe uma valoração especial, distinguindo-o do *fundo* que é o seu contexto. De fato, era a própria moral um absoluto de sentido metafísico na medida em que transcendia a ação, indo do mundo material à valoração subjetiva.

PARA-SI: CRÍTICA ONTOFENOMENOLÓGICA DO EGO

1.1 O PROJETO

A compreensão da fenomenologia é importante para entender a relação moral das consciências sob três aspectos: a época, a intencionalidade e a intersubjetividade. A *epoché* fenomenológica apresenta o mundo como eventos. A tomada de análise dos objetos se processa pela forma de como estes se apresentam para a consciência, e por sua significação. Ao final a *epoché* encaminha ao *Para-si* os conteúdos apreendidos, pois não é possível cogitar um mundo que não seja no sujeito e por suas experiências que o valida, através da suspensão dos juízos de valor sobre o fenômeno experienciado, para que filtre unicamente o que se apresenta à consciência como evento essencial e necessário. A constituição da atitude moral será decorrente da investigação do fenômeno pelos sentidos, de colocar-se como o Eu (ego) intencional ou a consciência. A realidade é, portanto, um fenômeno do existir. A experiência traça os dados dos objetos do mundo a partir dos experimentos vividos de forma intencional e pela forma como estes dados chegam à consciência.

Sartre revela um contraste entre o conjunto de objetos que existem no mundo e o Ser, isto é, a consciência. A consciência não é o que é, ou mais claramente, ela não se revela na plenitude do ser *Em-si* (o ser da não consciência). Ela é uma forma de nada, de falta que precisa ser. O *Para-si*, ou consciência, cujo caráter é a falta, é, também, uma estrutura que precisa ser preenchida, pois ao se comparar com o ser *Em-si* ela sofre, se angustia. O que determina a consciência é exatamente aquele nada que nunca “é”, mas é este nada que faz o movimento do *Para-si* em direção ao mundo “Ser” (no sentido de existir), é na incompletude que o homem se faz, ou que ele é. Desta forma, o *Para-si* “é o Ser que não é” e “não é Ser o que ele é” uma vez que está sempre se buscando. Aos olhos de Sartre, a consciência não é uma entidade, mas um movimento contínuo, pura nadaificação.

A “consciência de si” presume a “consciência do outro”. Este é um princípio fundamental de teoria moral sartriana que exclui qualquer elo, implica um gesto de autenticidade. Ser autêntico significa ter a consciência esclarecida e genuína da situação, e ainda, assumir as responsabilidades e os riscos que a situação abarca, assumi-la com grandeza ou mesmo com amargura, às vezes com receio ou com raiva. Não se faz a partir de escolhas aleatórias, mas é feita com e em nome da liberdade. No existencialismo como o de Sartre, o fato desagradável é parte da contingência da vida, de modo que é preciso, portanto, encontrar um modo adequado para enfrentar e ultrapassar, mas de forma alguma ignorar tais

contingências. Ser livre não significa exatamente ser feliz. O desamparo deixado com o Ser, no mundo, torna o seu existir angustiado, enauseado. É preciso buscar a felicidade fortificando o *Para-si* com a ideia da moral solidária. A realização do sujeito sartriano passa pelo Outro: é no fundo o zelo pela humanidade e pela sobrevivência, de Si. Por isso, a noção de sujeito será determinante para se entender esta ideia.

O sujeito no pensamento de Sartre nunca escolhe só para si mesmo, ele inclui o outro homem, mas a escolha não vem do nada, ela vem de uma estrutura de escolha. Entenda-se como estrutura da escolha a própria condição humana, o homem no pensamento de Sartre, que é um homem situado, identificado com seu tempo. A liberdade de escolha, ainda que parta da subjetividade, só se faz em um contexto (situação). No seu pensamento, o projeto do Ser se dá a partir das condições em que o sujeito vive, não existe natureza humana. Também se dá pelas estruturas ou as condições em que o homem se encontra para o exercício da sua liberdade (a vida), a saber: a liberdade, o ser-corpo, o *ser-para-outro*, o espaço, o tempo histórico, o tempo psíquico. O corpo exerce papel fundamental neste projeto, ele é a condição da consciência e o fundamento da consciência de liberdade. É através dele que o *Para-si* ou o *ser da consciência* se relaciona com o mundo. É por ele que as coisas do mundo se ordenam. Na verdade, o corpo é a estrutura básica do sujeito no mundo.

O corpo, no mundo, traz a dimensão da existência, necessita da moral para ter uma espécie de roteiro entre Eu e o exterior. Daí que a moral é ao mesmo tempo subjetiva (se dá por vontade do sujeito) e objetiva (porque acontece como matéria). Tem-se que a moral é um encontro entre os elementos que sustentam o projeto do *Para-si* em um dado momento geo-histórico-sócio-cultural (o pano de fundo como parâmetro), onde o sujeito tem que escolher o agir. A humanidade deveria orientar suas ações no modo de agir do próprio homem e não em fórmulas prontas, pois os atos livres de cada um dão forma à autonomia do sujeito, trazendo implicitamente a responsabilidade como fenômeno ético.

Reportando a Dostoiewski, se não existe Deus, então tudo é possível, é preciso se perguntar: é possível fazer qualquer coisa, então? Tomando a liberdade como ponto de partida no pensar de Sartre, pode-se sim, contudo, nem tudo é aceitável, este é o ponto. A construção da moral precisa em conjunto com o outro, definir o que é aceitável ou não. Assim sendo, Sartre afirma:

A ontologia não pode formular de per si prescrições morais. Consagra-se unicamente àquilo que é, e não é possível derivar imperativos de seus indicativos. Deixa entrever, todavia, o que seria uma ética que assumisse suas responsabilidades em face de uma realidade *humana em situação*. Com efeito, revelou-nos a origem e a natureza do *valor*; vimos que o valor é a *falta* de relação

à qual o Para-si determina a si mesmo em seu ser como *falta*. Pelo fato de que o Para-si *existe*, como vimos surge o valor para obsedar o ser-Para-si. Segue-se daí que as diversas tarefas do Para-si podem ser objeto de uma psicanálise existencial, pois todas elas visam produzir a síntese faltada da consciência e do ser sob o signo do valor, ou causa de si. Assim, a psicanálise existencial é uma *descrição moral*, já que nos oferece o sentido ético dos diversos projetos humanos; ela nos indica a necessidade de renunciar à psicologia do interesse, como, também, a toda interpretação utilitária da conduta humana, revelando-nos a significação *ideal* de todas as atitudes do homem. Tais significações acham-se para-além do egoísmo e do altruísmo, para-além também dos chamados comportamentos *desinteressados*. (SARTRE, 2003, p. 763)

Ora Sartre jamais abandona a preocupação com a questão da moral. O tema permeia sua obra de maneira muito presente. Partindo da dúvida se falta uma ética ao existencialismo, vamos localizar nos textos publicados alguns pontos que merecem ser destacados para a formulação de uma ética (no sentido amplo das relações humanas). Sartre escreve a obra *O Ser e o Nada* em 1943, prometendo aliás, que escreverá um livro onde falará da moral postulada e descritiva.

Como já indicado na Introdução, de pronto tem-se a ideia de que Sartre não tem elementos morais. Toda sua obra, contudo, está traçada com nuances, às vezes sutis, outras mais evidentes de tais elementos. Pode-se encontrá-los tanto nas obras anteriores ao *O Ser e o Nada*, quanto nas que vieram depois de *O Diário de uma Guerra Estranha* de 1939-45 e nos *Cahiers pour une Morale* de 1948-50, que foram publicados bem mais tarde, postumamente.

Um dos grandes temas de Sartre é a noção de moral que está vinculada às escolhas que se pode fazer como ser ontologicamente livre, ou seja, a radicalidade que esta liberdade concede ao sujeito. Para o filósofo, para um sujeito livre, radicalmente livre, nada que esteja fora pode determinar sua escolha. Se isto acontecer, não há mais autonomia. Esta escolha, entretanto, acontece não no interior ou na sua subjetividade, mas fora porque ele é um sujeito de *práxis*. É uma escolha do *Para-si* na direção do *Em-si*. O *Em-si* é aquele que se refere às coisas do mundo. Ele é completo, é o que é, em sua constituição estão todas as qualidades que o definem de forma plena, a sua essência, o seu existir. O *Para-si* é o *cogito*, é a evidência de que qualquer consciência é consciência de algo, ele acontece num processo de existir. Sem um “núcleo duro” (SILVA, áudio 2005), o homem se constrói lançado no mundo, buscando sua identidade através da ação, da escolha. O exercício da liberdade está inteiramente ligado com a moral quando se escolhe isto ou aquilo, quer dizer faz-se seguindo certos valores que se inventam. O processo da escolha é um processo de valoração e esta invenção vai dando subsídios para a construção do projeto do *Para-si*, partindo de si mesmo, de suas experiências e de sua história. As ações implicam em escolhas que constroem valores que o próprio sujeito propõe como medida.

O homem é um projeto em ser. Ele vive este projeto de forma subjetiva num mundo objetivo. Traz em si as responsabilidades, que são frutos de princípios e valores fundantes do seu projeto. Escolhendo, constrói o futuro e tudo o que deste ato possa vir. Não há moral que possa indicar o que se deve fazer. Os sinais do mundo não são luminosos ou brilhantes, mas ocultos nas contingências do *Em-si* no tempo e no espaço. Eles só se revelam para o sujeito que escolher descobri-los. Lançado no mundo, o homem é nada, nada que é a estrutura de si. Ele se constrói, mas nunca completará seu projeto, isto seria totalizar-se. É a sua existência que precede a essência e inicia todo o processo. Tal situação traz em si a angústia de não ser amparado pelas certezas, até então, “concedidas” pelo conforto das tradições.

Porque sendo radicalmente livre o homem age com moralidade? Talvez seja possível entender pela relação de dois conceitos: liberdade e arbitrariedade. Ser livre não é ser arbitrário, pois este é um ato da vontade fisiológica e da vontade caprichosa, é simplesmente animal (*arbitrium brutum*). Sendo o homem uma existência física, está sujeito às suas limitações físicas, e a esta condição afeta diretamente a liberdade humana.

O *arbitrium brutum* é ‘patologicamente necessitado’, enquanto que o *arbitrium sensitivum* tem uma influência sobre a vontade do ente racional finito. [...] Ora, negar que o homem é afetado patologicamente é o mesmo que lhe negar a vida sensível, pois estar vivo é ser afetado patologicamente. A própria constituição sensível e empírica do homem mostra que a sua vontade é influenciada patologicamente. Com efeito, por esse viés, também é possível encontrar a possibilidade de se pensar numa determinação do arbítrio, que não necessariamente seja a patológica. (CENCI, 2013, p. 03)

O livre arbítrio é aquilo que se determina pela razão na forma pura. Ele difere do arbítrio bruto por este ser motivado por um estímulo indeterminado. Neste aspecto, a liberdade se dará pela vontade pura e não determinada, mas podendo ser motivada por agentes indeterminados. Note-se que a arbitrariedade é, de fato, a possibilidade de escolher, mas não é a liberdade visto ser fruto da não razão ou ato voluntário. Ela, a arbitrariedade, é quase corporal, orgânica e não tida por uma ponderação da lógica intelectual, através da qual se discute os valores. É tão somente o exercício do poder totalizante e de uma forma geral, tirânica.

A filosofia moral de Sartre desvela a estrutura da ação humana se servindo das regras escolhidas pelo sujeito para justificar a ação. Nesta análise, encontra-se a tese fundamental de sua ontologia de que o homem é livre. A ideia de liberdade é a condição primeira para entender o pensamento sartriano, aliás é preciso entender a liberdade como condição primeira para o existir. O homem no pensamento de Sartre escolhe os valores que irão condicionar a sua ação. Tais valores não são obtidos de forma espontânea vindos do mundo externo (*Em-si*),

nem da ideia de um ser divino e provedor, mas é encontrado dentro de si, fruto de experiências vividas.

Isto significa que cabe ao homem rever os seus valores sempre que a necessidade ou vontade, assim, o determinar, uma vez que possui tal poder pois é consciente da responsabilidade inerente à sua liberdade. Cabe a ele o sentimento de angústia diante deste encargo, pois é na angústia que o homem compreende e valoriza seu projeto de vida que tem a intenção de realizar.

Somente se o móbil é transcendente, se constitui unicamente o ser irremediável que temos-de-ser à maneira do “era”, se, como todo nosso passado, acha-se apartado de nós por uma espessura de nada, ele não pode agir, a menos que seja *retomado*; por si mesmo, carece de força. Portanto, é pelo próprio brotar da consciência comprometida que um valor e um peso serão conferidos aos móbeis e motivos anteriores. Não depende da consciência o fato de que estes sejam tendo sido, e à consciência cabe a missão de mantê-los em existência no passado. [...] Móbeis passados, motivos passados, motivos e móbeis presentes, fins futuros, organizam-se em uma indissolúvel unidade pelo próprio surgimento de uma liberdade que é para-além dos motivos, móbeis e fins. (SARTRE, 2003, p. 556)

A inquietante situação entre a exigência do absoluto e a condição contingente dos valores levantam um debate sobre a possibilidade do projeto original (relativo ao sujeito) que consegue existir inserido nesta situação, afinal nada surge da resistência entre ser e o valor que é instituído pela práxis. Para sair desta aparente aporia, Sartre se utiliza dos conceitos desenvolvidos em *O Ser e o Nada* analisados como o Ser da consciência de si, sob a ótica do convívio social, os seres de consciência dividindo o espaço geográfico desenvolvida nos *Cahiers pour une Morale*. Para buscar o desprendimento de um conjunto de leis ontológicas, sob o qual o homem é criado, ele procura fundamentar sua pesquisa num projeto que abrange o fenomenológico e o contingente. Consciente de estar no mundo, o homem se dedica à realização do seu projeto de Ser, saindo da reflexão do Eu interior para se posicionar no mundo.

O homem, para Sartre, não tem um *a priori*. Aquilo que constitui um homem não é estabelecido desde o seu existir no mundo. Não se nasce pronto, o homem passa sua vida se debatendo, como que tateando o mundo, até chegar a uma possível definição de si. Na experiência temporal, vive-se uma eternidade em seus anos de vida conforme se percebe o momento, o processo e o contexto (*Kairós*)³. Viver com o outro é sempre conflituoso (luta) e, constituir-se na luta é tão ou mais complicado do que estar vivo. Cada instante dentro do

³ *Kairós* é o tempo em potencial, eterno, não-linear. O momento específico em que o fato acontece e, é necessário encará-lo sem hesitação. Na mitologia pode representar Atena (Inteligência), Eros (Amor) e Dionísio (afã de vida).

convívio é uma busca de auto definição, das ações tidas como propriamente humanas, o esforço, a finalidade do existir no mundo. O homem nasce com o objetivo de chegar à constituição de si, existe num corpo extensivo na existência (material) e torna-se um ser psíquico (imaterial). No conjunto social, cada um de seus integrantes são iguais, figuras humanas constituídas de forma semelhante, subjetividades que, reunidas, são chamadas de humanidade. Comenta Le Breton:

Pela corporeidade, o homem faz do mundo a extensão de sua experiência; transforma em tramas familiares e coerentes, disponíveis à ação e permeáveis à compreensão. Emissor ou receptor, o corpo produz sentidos continuamente e assim insere o homem, de forma ativa, no interior de dado espaço social e cultural. (LE BRETON, 2007, p. 8)

Para Sartre, o conceito inicial de vida parte do projeto de Ser. O homem deve perceber-se como liberdade. Antes, contudo, é preciso descobrir uma forma de garantir que a liberdade não seja interrompida pelas contingências, lembrando que a ontologia afirma incessantemente a condenação à liberdade. Não se deve deter nesta aparente aporia, mas sim, se fixar numa nova postura no que trata da liberdade que, no fundo, sempre existiu no homem.

Para entender como se dá a nova relação do homem com ele mesmo é preciso focar na teoria do projeto. O homem define e projeta um Ser perfeito, isto é, a forma como o homem ideal deveria ser. Neste homem, não há uma só qualidade inexistente. Tais requisitos são justamente os elementos de que ele precisa, em tese, para ser feliz consigo mesmo. Ao alcançar tais qualidades e valores, o homem teria todas as condições de viver numa existência plena e divina. Ele seria totalmente justificado e liberado de toda a sua angústia. Porém não é possível, já que neste conjunto de valores está excluída a própria humanidade. A estrutura ontológica do ser humano revela a falta de qualquer elemento divino. Isto quer dizer que o homem é injustificado e injustificável e, portanto, entregue à angústia e à infelicidade. Se for moral, é da ordem do humano, não há porque pensar em moral numa sociedade não humana ou ainda no plano religioso.

Em Sartre, a má-fé é uma defesa (medo), contra a angústia e o desespero feita de uma forma equivocada. Ela nega os conflitos do homem que, ao renunciar à liberdade do enfrentamento destes conflitos, renuncia a si mesmo. A má-fé é a escolha por um erro lógico que nega a liberdade. Não é apenas mentira, é incoerência. Má-fé é, em última instância, mentir para si mesmo e, assim, negar a si mesmo. E para escapar desta desventura existencial, o homem se utiliza de dois recursos da má-fé. Há aqueles que simplesmente decidem *não ver o fato* e outros preferem *esconder-se dele*. Age-se na má-fé quando o agente da ação não vê

nele mesmo a capacidade de buscar os valores indo, portanto, buscar numa instância superior: ora em Deus, ora numa instituição como sociedade ou, ainda, na natureza. Desta forma, o homem se recusa à responsabilidade por suas ações e pelos eventos delas intercorrentes. Outra forma de expressar a má-fé é quando o homem busca negar seu passado e sua história com a finalidade de escapar da sua culpa. A má-fé se constitui numa atitude de distanciamento de si mesmo e de seus próprios valores. É uma vontade de não ser o que se é, num movimento que contraria o engajamento, o compromisso de assumir o seu *Em-si*.

Esta atitude é extremamente criticada por Sartre, uma vez que ela nega a própria realidade humana. É o que ele chama de atitude negativa, e que pode ser corrigida quando a ação é com sinceridade, assumindo os próprios erros e não os negando. Em dizendo que determinada crítica não lhe diz respeito, o homem nega a própria existência. É preciso considerar cada ato realizado como sendo da própria conta, se não quiser incorrer em má-fé. Tudo diz respeito ao projeto, à identificação com o caráter, com as coisas do passado, com o corpo. Ora se falta um desses elementos a tomada de si fica prejudicada. Estar no mundo requisita tais elementos para que as dificuldades possam ser superadas e para que não se fuja da atitude de "ser o que não é." Portanto, de acordo com a ontologia de Sartre, o homem é um ser que "não é o que é", ou de outra forma, ele não é o seu passado, o seu caráter, o seu corpo, porque é transcendência. Qualquer exigência imposta ao homem não passa de uma ilusão. O ideal de ser exatamente aquilo que se é (um *Em-si*) está em discordância com a fonte ontológica do Ser *Para-si*. Somente ao *Em-si* cabe a plenitude ontológica, o *Para-si* é, antes de tudo, falta de Ser. Assim, a tentativa imposta da coincidência da consciência com o "Eu mesmo" se traduz em uma tentativa de moldar um Ser *Em-si*, um empreendimento que ignora o elemento fundante do homem: a própria transcendência (o vir-a-ser) é possível. Por isso é possível tomar a má-fé e a afirmação de si num mesmo campo: o do erro.⁴

Concentrando as ações em uma atividade automaticamente se reprime a outra. A única atitude possível do *Para-si* é evitar esta polaridade em prol da autenticidade. Este é o modelo moralmente válido: a necessidade de ser autêntico como primeiro requisito moral, em sentido sartriano. Ser autêntico é aceitar que é Ser em consciência, isto é, assumir e suportar o

⁴ "O Ser refere-se à Essência tal como o imediato ao mediato. As coisas, em geral, 'são', mas seu ser consiste em manifestar sua essência. O Ser passa à Essência; o que pode ser exprimido assim: 'O ser pressupõe a Essência'. Embora a Essência, com relação ao Ser, apareça como mediada, é todavia a origem verdadeira. O Ser retoma a seu fundamento; o Ser transcende-se em essência". Assim, o Ser, cindido da Essência que é seu fundamento, torna-se "a simples imediação vazia". E desse modo o define a Fenomenologia do Espírito, que apresenta o Ser puro, "do ponto de vista da verdade", como sendo o imediato. Se o começo da lógica há de ser imediato, encontraremos então esse começo no Ser, que é "a indeterminação que precede toda determinação, o indeterminado como ponto de partida absoluto". (SARTRE, 2003, p. 54)

aparente paradoxo humano da existência (liberdade e contingência), e ainda o próprio fracasso. O homem não pode evitar projetar a própria perfeição e trabalhar para conquistar este valor. E mesmo a ideia de buscar o que é bom não deve ser abandonada, pois o homem não ideal é um movimento que busca este ideal. A sinceridade como negatividade se expressa na afirmação de um Eu que se pretende como “É em si mesmo”, mas a autenticidade fala de um projeto, daquilo que se pretende ser. Ela é vontade reflexiva num movimento para o futuro e não algo fixado no instante presente que fugiria para o passado. Observa Rodrigues:

“O que significa ser sincero?”, pergunta-nos Sartre. Quando exigimos a sinceridade exigimos que a pessoa seja, consigo e conosco, “ela mesma”, que seja nada mais nada menos do que é em si mesma. Ora, conclui o filósofo, trata-se de imputar ao para-si um ideal de ser-em-si, ou seja, pretende-se que a consciência seja idêntica a si mesma. Porém, como será isto possível se o nosso Ser está em constante fazer-se e, portanto, não pode coincidir consigo mesmo? Vê-se, pois, que o ideal da sinceridade é tarefa irrealizável na medida em que entra em contradição com a estrutura da consciência. (RODRIGUES, 2010, p. 80)

E mais, seria igualmente errado tomar como rígidos os valores e normas prontas, pois a liberdade é entendida como um valor de possibilidade de projeto futuro, uma imagem daquilo que não é, e que precisa ser criada. Para Sartre, o homem pode apagar todos os valores dados, criar novos e viver de acordo com eles sem problemas.

Até aqui, tem-se a análise das atitudes que se podem escolher olhando para dentro de si mesmo, contudo a moral de *O Ser e o Nada* não se limita ao Eu. Ela também analisa as implicações do olhar do outro, aparece o aspecto intersubjetivo do jovem Sartre. No capítulo três de *O Ser e o Nada*, sob o título “As Relações Concretas com o Outro”, Sartre trata das distinções das atitudes em relação ao outro. Quer dizer de tornar o outro um objeto e tentar se apropriar de sua existência, tentando se apropriar de sua liberdade ainda que indiretamente, mas com o cuidado de não ser objetivado pela existência de outrem. Note-se que a atitude de idealizar a si mesmo, a má-fé e a sinceridade (num sentido de auto-objetivação) ecoam como falsas na medida em que essas posições numa perspectiva do outro são objetais. Então não é possível transformar o Eu em um objeto, pois a minha objetividade é constantemente restaurada pela minha subjetividade, e o outro da inter-relação também ecoa subjetividade em liberdade. Então, estas tentativas tendem incessantemente ao fracasso.

No ensaio *O Existencialismo é um Humanismo*, a filosofia moral se mostra muito próxima da concepção kantiana. Sartre acompanha no sentido de que a moral consiste em postular a liberdade de si e dos outros, mas também concorda acerca da universalização de máximas do agente da ação:

Por consequência, todo projeto, por mais individual que seja, tem um valor universal. Qualquer projeto, mesmo o do chinês, do indiano ou do negro, pode ser entendido por um europeu. Poder ser compreendido quer dizer que o europeu de 1945 pode lançar-se, para os seus limites, da mesma maneira, a partir de uma situação que ele concebe, e que pode refazer nele o projeto do chinês, do indiano ou do africano. Há universalidade de todo projeto no sentido de que o projeto é compreensível para todo homem. O que não significa de modo algum que esse projeto defina o homem de uma vez para sempre, mas sim que ele pode ser reconhecido. (SARTRE 1973, p. 22)

A atitude moral exige que o homem considere o seu projeto sob o olhar de um legislador. O homem, pois, não apenas está ligado a um compromisso de que ele percebe “que não é apenas aquele que escolhe ser, mas de que é também um legislador pronto a escolher, ao mesmo tempo que a si próprio, a humanidade inteira, não poderia escapar ao sentimento da sua total e profunda responsabilidade” (SARTRE 1973, p. 13).

Esta passagem não tem a intenção de uma fórmula do imperativo categórico universal, mas é mais uma maneira de pensar em como seria se um comportamento fosse reproduzido por mais pessoas. No texto sartriano, “devemos perguntar-nos sempre: que aconteceria se toda gente fizesse o mesmo?” (SARTRE, 1973, p. 13). A exigência quer saber se a sua fonte é o dever como universal e incondicionado, ou ainda, se é a exigência de uma pessoa em relação à outra. Assume uma confiança no humano que anda no limite entre a legalidade e a transgressão. O titular da exigência encontrará os seus meios para responder ao imperativo tentando fugir ao fracasso.

Em Sartre, o final se mostra a partir da situação, leva em conta todos os meios possíveis e não possíveis. Mesmo um fim posto incondicionalmente para atingir um grande valor ideal não é propriamente uma obrigação. A obrigação é, em si, uma norma interna de modo que ela expõe tanto o meu fim como o do outro. A exigência me é imposta, pois ela vem de uma liberdade que destrói o mundo formalmente criado, ou melhor, que deseja do mundo aquilo o que deveria ser. É atribuída como o correspondente transcendente⁵ que representa o objeto ou o conteúdo do pensamento. Ela não é uma intuição pura, mas um ato criativo enquanto determinação da própria liberdade.

Todos os fins referem-se aos meios que permitiram ou não realizar segundo os critérios escolhidos. Se os meios utilizados são imorais, ou fora daquilo que foi valorado como moral, e desvalorizam a própria liberdade na construção de um fim absoluto, pois há a quebra de certas regras para facilitar a obtenção do fim. Isto reflete o caráter imperativo que o

⁵ A transcendência em Sartre significa o movimento da consciência para fora de si buscando atingir seu objetivo. É uma abertura do *Para-si* para o mundo.

Eu atribui ao objetivo. Há um fim e é o meu fim, isso faz o Eu acontecer, ser como se cria é como se “É” no mundo. O vínculo que une o homem ao seu fim é o da identidade e da alteridade, é a responsabilidade do eu que se assume livre e integralmente.

O valor escolhido é parte do nada num vir a ser como o fundamento da realização. O seu ser mesmo não é a existência, mas a idealidade de Ser na existência. De fato, a relevância está na a obrigação da ação. Como transcendência, é independente da operação realizada, porque o valor atribuído é apenas uma indicação da operação que deve ser realizada pelo *Para-si*. Ela é afetada pelo "estado de“, exemplo: estar com fome obriga ao ato de comer, (estado de fome), mas comer o quê? Algumas vezes há o sentimento de preferir um alimento a outro, indicando não necessariamente a obrigatoriedade de comer algo nutricional, pois apetite é fome, escolher um alimento é a satisfação de um desejo. No caso de um crime, todos os meios não são válidos. Os fins são condicionados ao meio que foi utilizado. Imersa na patologia do agente, a exigência do fim escolhido o liberta de toda a realidade no processo. Isso se refere ao valor dado para a realização da totalidade pelo *Para-si* sobre o *Em-si*, mesmo que este *Em-si* seja uma subjetividade, pois no caso patológico, o *Para-si* não é pleno de sua condição de existir no mundo como ser racional. Não se trata aqui da falta nem da não falta, elementos, pois que dão sentido a todas as referências do homem para um fim último e em tese.

O mundo é a referência pela qual o Ser *Para-si* faltante *É*, não como realização, mas como ambiente onde a estrutura de toda a realização do objetivo pode ser alcançado pelo *Para-si*. O que deve restar como constituinte do homem é o fim que ele produziu, o valor escolhido é apenas parte do processo. O fim é o resultado direto do valor dado como método da ação. O “dever-ser ideal” é o resultado de um valor que só se realiza pela vontade ou pela aspiração. No mundo, o humanismo⁶ é uma espécie de homogeneidade que coloca cada um de seus integrantes no mesmo nível de relações ancestrais (filogênese). Portanto, admirar a si mesmo como ser único e superior não cabe aqui. Em *A Náusea*, vê-se a figura de Roquentin quando, ao visitar o museu de Bouville, faz uma crítica ao homem: “o que aquelas telas escuras ofereciam a meus olhos era o homem repensado pelo homem, com a mais bela conquista do homem como único ornamento: o buquê dos Direitos do Homem e do Cidadão. Admirei sem reservas o reino humano” (SARTRE, 2006, p. 116).

⁶ O homem não é um fim porque está sempre por fazer-se. “É a esta ligação da transcendência, como estimulante do homem - não no sentido de que Deus é transcendente, mas no sentido de superação - e da subjetividade, no sentido de que o homem não está fechado em si mesmo, mas presente sempre num universo humano, é a isso que chamamos humanismo.

O homem, na concepção de Sartre, ainda não chegou aos seus fins, mas tende a eles. Não se pode considerar o homem como projeto moral acabado, o que obviamente não seria possível ainda, pois vive-se num mundo de crises. Há uma possibilidade de saída. Os humanos adotam normas que tendem para uma direção da construção do bem. Esta relação entre homens, esta tentativa de avançar, pode ser chamada de humanismo. Ela não tem um caráter teleológico ou de predestinação, mas sim o interesse e a responsabilidade de viver com o Outro.

Sartre restituiu do marxismo a ideia do sub-homem como uma forma de imposição social. Da super-exploração de uns por outros, nasce uma sub-classe de homens, e a estes faltam as condições iniciais ou básicas de sobrevivência e desenvolvimento. Excluir o direito à educação, ao trabalho, à saúde e à dignidade do homem, afeta as escolhas do projeto de ser em construção, pois estando no mundo vive-se a materialidade que ele é. Sartre entende, ainda, o racismo e a tortura como formas de sub-humanização. A ideia sub-homem, em Sartre, é:

[...] em consequência da desnutrição de seu país, da sua própria subalimentação, da falta de proteínas e de vitaminas, não é quase mais do que um sub-homem, é esse homem, livre, que é alienado e degradado até à sub-humanidade. Não um sub-homem de nascença que é preciso depois conduzir à humanidade. Por outras palavras; não há relações de reificação se não houver, por princípio, relações humanas; não há relações de alienação se não houver liberdade. (SARTRE, 2005d, p. 41)

Este aspecto humano no sub-homem, é que traz em si mesmo a barreira que interdita o uso do outro como um meio para um determinado fim. Nas palavras de Sartre, “é justamente aí que estamos no campo da moral” (SARTRE, 1992, p. 32). Cada consciência vive numa dimensão de obrigação. Por moral, Sartre entende:

[...] que, em cada momento em que tenho consciência do que quer que seja, e em que quer que seja, há uma espécie de requisição que vai além do real e faz com que a ação que quero praticar comporte uma espécie de coerção interior, que é uma dimensão da minha consciência. Toda consciência deve fazer o que faz, não porque o que faz seja assim tão válido, mas exatamente pelo contrário, porque o objetivo dessa consciência, seja ele qual for, apresenta-se nela com um caráter de requisição. Para mim, isto é o início da moral. (SARTRE, 1992, p. 33)

É numa perspectiva de teor mais psicológico que se entende a consciência como um elemento norteador da ação do sujeito, na medida em que tenta apreender do real sua significação, mas que está no plano da percepção. Sabe-se que existe, nada mais. Daqui a ação parte para o “eu quero”. O potencial humano para o transcendental (sair de si para o mundo)

torna-o um ser reduzido ao fenômeno empírico (o real). Ao relacionar o homem e o tempo, aquele (homem) é influenciado diretamente pelo contexto e por tudo o que este mesmo contexto traz de forma contingente ao homem – seja na esfera pulsional ou social. O caráter de transitoriedade, de passagem, de escoamento são contingências agregadas ao tempo. Um evento pode marcar ou demarcar um momento num dado tempo, que se retomado mais tarde, terá nova significação, modificado pelas percepções recebidas pelo sujeito.

O homem é a interiorização do Ihe é externo, onde o processo de interiorizar se manifesta diferentemente para cada indivíduo, até porque tudo está relacionado com os fatos históricos vividos e da forma como eles vão se organizando segundo a percepção e a capacidade de inteligibilidade específica e pela *práxis*. A interiorização se dá pela sua situação no mundo, pela exteriorização ou pela objetivação, sempre guiada pela escolha e limitada pelo seu tempo histórico. Observe que jamais deixará de ser escolha, pois se mostra como a realização um a um dos vários "possíveis" humanos.

Numa abordagem histórica, é possível pensar que o sujeito está preso, engessado no seu mundo cronológico e que por ele é afetado. A consciência deve fazer aquilo que faz porque não há outra forma de fazer diferente, suas experiências fenomenológicas são únicas, uma vez que cada uma delas traz significações próprias quando pensadas uma a uma, mas é no conjunto delas que se estrutura o sujeito. O conjunto mais ou menos aleatório dos eventos do real é que institui o que se chama de consciente ou Eu.

Tentar situar a moral na consciência torna-se uma tarefa árdua. Ora, melhor seria posicioná-la em circunstâncias específicas. Ensina-se uma moral clássica fundada nas experiências vividas, por aqueles que a erigiram. Trata-se de um modelo pouco contestado, já que se cristaliza historicamente. O contexto histórico, no entanto, muda constantemente e é a partir desta transitoriedade que o comportamento dito moralizado, imoralizado ou mesmo amoralizado tem de ser repensado.

É necessário ressaltar que estas considerações devem ser entendidas a partir de valor intersubjetivo. Até então se pensa a moral como algo que deva ser aplicada em “alguém através de um outro alguém”. Para Sartre a moral tem forma diversa, explica ele:

[...] vejo atualmente toda consciência como se constituindo ela mesma como consciência e, ao mesmo tempo, como consciência de outro e como consciência para o outro. Chamo consciência moral a essa realidade, esse si-mesmo que se considera como si-mesmo para o outro, que tem uma relação com o outro. Como estamos constantemente em presença de outrem, mesmo na hora em que nos deitamos e em que dormimos, como o outro está ali, pelo menos em forma de objeto se estou sozinho no meu quarto, em forma de evocação, de uma carta largada na minha escrivania, da lançada que foi feita por alguém, do quadro que

foi pintado por alguém – em suma, o outro está sempre lá e me condiciona -, minha resposta, que não é somente minha, mas uma resposta já condicionada por outrem desde o nascimento, é uma resposta de caráter moral. (SARTRE, 1992, p. 35)

A consciência é uma relação com outra consciência estando ela presente ou não. O homem é consciência de outro homem. Ora é isto que Sartre chama de *consciência moral*. A resposta dada numa ação não é solipsista. Ela contempla o outro que o Eu condiciona e que se é por ele condicionado. Sartre ilustra:

Compro um jornal no caminho. [...] As casas. Caminho entre as casas, estou entre as casas, estou entre as casas muito teso sobre o calçamento; o calçamento sob meus pés existe, as casas tornam a se fechar sobre mim, como água se fecha sobre mim sobre o papel em forma de montanha de cisne, eu sou. Sou, existo, penso, logo sou: sou porque penso, por que penso? Já não quero pensar, sou porque penso que não quero ser, penso que eu ... [...] E esse jornal ainda sou eu? Segurar o jornal, existência contra existência, as coisas existem encostadas umas nas outras, solto esse jornal. A casa brota, ela existe; à minha frente passo rente ao muro, ao longo do longo muro, existo, em frente ao muro, um passo, o muro existe à minha frente, um, dois, atrás de mim, o muro está atrás de mim, ... (SARTRE, 2006, p. 129)

Tem-se, aqui, a relação de cada um com cada um, mas não de um todo completo. mas sim, uma dependência independente de cada sujeito. Não se trata de servidão, pois há um conector de dependência ainda sedimentada pela realidade de escolher ou não a ação. A coerção pelo comportamento moral se apresenta como escolha e não como determinação. Uma antinomia possível. A Consciência não é uma entidade, mas um movimento, ela não é fechada em si própria, mas voltada para o mundo.

1.2 NADIFICAÇÃO E TRANSCENDÊNCIA

Os dois termos são conceitualmente diferentes, Sartre mostra que há uma sensível distância entre eles. Examinando mais especificamente suas relações, tem-se que a consciência reconhece a existência do vazio, do "espaço" livre, portanto, na relação entre ela e as coisas do mundo. Ora, este espaço que deseja ser ocupado lança o homem nas infinitas possibilidades em direção ao mundo, sem nenhum *a priori*. A consciência se faz no próprio movimento na direção de ser, na relação entre o vazio e a tentativa. O que Sartre ainda argumenta é que para que o Eu se entenda e se perceba como parte do mundo do *Em-si*, mesmo sendo o *Para-si* da relação, é necessário negar o que ele é pronto para apreender o objeto de seu olhar, posto que se é de forma objetiva é um puro *Em-si*. De fato, a coisa *Em-si* é necessariamente objeto possível de nadificação para a consciência e, ao mesmo tempo, ele nadifica a si mesmo para não estar presente como objeto. O existir da consciência se manifesta pela dupla nadificação, a saber, o nada do homem e a capacidade de nadificação do *Em-si* pelo homem, numa repetição incessante, onde a consciência opera a construção de Ser em si mesmo e sobre as coisas. É preciso, pois, salientar que a consciência não apreende exatamente o *Em-si*. Ela o transcende capturando apenas sua significação. A nadificação é eterna transcendência. A sua falta, a impossibilidade de ser, não é possível resolver, porque a consciência é um ato de cada vez, ação-relação.

Sartre aponta, pois, que o nada do *Para-si* é orientado pelo *Em-si*. Assim, tendo nenhuma essência onde ela poderia desenhar uma definição, a consciência humana tem perpetuamente que Ser (pelo ato de nadificação e transcendência). Na verdade, o homem vive a sua incapacidade de ser como uma falta. Seu ideal é ser um *em-si-para-si*, isto é, ter uma essência que predetermina sua existência, e de poder contemplá-la. A consciência seria, de fato, como uma coisa contendo uma série de qualidades determinadas e, ao mesmo tempo, capaz de ligar ao seu ser físico, para assistir, o que é completamente impossível porque o ato de contemplação implica uma distanciação, um espaço vazio e indeterminado, ou seja, um nada. Se alguém pode ser completamente preenchido de qualidades é que ele não tem consciência. Como visto anteriormente, ele não pode experimentar-se a não ser que como presença, como existência de fato. A consciência é puro nada, não ser o que "é" enquanto ser o que "não é", tenta sempre ser um *Em-si*, mas que não é possível ser realizado por ele. O *Para-si* escapa sempre de si mesmo, porque é escolha e ação e tende perpetuamente a se constituir como existência, o Ser nunca será pleno e estável. Assim, Sartre diz que o *Para-si*

"é o que não é" e, "não é o que é" (SARTRE, 2003, p. 105). De fato, mesmo que o *Para-si* se mostre retrospectivamente por uma essência de sua ação e engajamento no mundo (e ele não pode fazer o contrário), é capaz de se fundir completamente no Ser que escolheu ser.

Tratar a consciência como ações de nadificação e transcendência de maneira incessante parece, num primeiro momento, destruir o sujeito, mas há saída, de modo que isto não chega a ser um problema para Sartre. Até agora a descrição da consciência foi feita por uma perpétua negação do Eu e pela transcendência, mas ainda não foi estabelecido como pode ser permanência e identidade. O *Para-si*, que se une numa relação (negação e transcendência) com o mundo através da ação, permite apreender toda a simbologia encontrada no concreto. A consciência aparece como um movimento contínuo pelos projetos que realiza e na forma como eles são construídos. A liberdade é espontânea e infinita, sendo o seu único determinante a consciência. Não se pode dizer onde está a materialidade de seus projetos, apenas que estão sendo construídos. Se o homem é nada, só resta se encaminhar para a construção de si.

O que Sartre irá observar é que o homem vem ao mundo sem essência de maneira que se faz por suas próprias escolhas, que são, em última análise, as próprias ações. O *Para-si* como puro movimento pode em qualquer tempo mudar todo o projeto. Daí tem-se que o homem não toma para si uma composição de significações que não seja com o interesse de realizar a sua identidade. De fato, não é possível dizer do que o homem é feito porque na medida em que toma a significação, ele a descarta imediatamente partindo para outra apreensão. A escolha como ato pode ser relacionada a uma vontade que iria direcionar ou refletir a liberdade ou o nada. Surge uma intrigante constatação de que os valores morais comuns são impossíveis e que os valores particulares de um indivíduo não apresentam valor universalizável. Tecnicamente, não haveria sentido impor responsabilidade sobre o homem porque ele está imerso no absurdo.

A memória⁷ como extensão do sujeito no mundo produz o passado. O *Em-si* negado e transcendido perpetuamente interioriza e canaliza a ação. É possível dizer que o sujeito se constitui, em parte, pela experiência presente que apoia a decisão e, em parte, pela experiência passada. Encontramos aqui o elo do *Para-si* e do *Em-si*, que é a instância da situação. Sartre tem a paixão⁸ como motor do projeto. Ela posiciona o homem numa situação tal que o obriga a distanciar-se de um problema para entendê-lo. Este processo permite isolar o ponto-

⁷ A memória histórica.

⁸ Ou vontade numa proposta mais coerente com a significação dos termos e a necessidade de estar conscientemente racionalizando sobre os eventos, visto que vontade é livre arbítrio e julgamento.

problema e vê-lo à luz de seu fim (o reconhecimento do momento em que se coloca fora do problema para analisá-lo) ou de um não Ser. Para tal evento, o acontecimento do *Para-si* é o “fundamento de uma liberdade originária para poder constituir-se como vontade. A vontade, com efeito, coloca-se como decisão refletida em relação a certos fins. Mas estes fins são criados por ela” (SARTRE, 2003, p. 548). A paixão e a liberdade são projeções no tempo da nossa liberdade.

Cada ato é a significação de uma escolha original que acontece em uma circunstância peculiar, assim, o homem se faz num encadeamento das diversas escolhas empíricas. A liberdade humana se reafirma pelos fins que escolhe, conferindo-lhe traços de transcendência observáveis pela manifestação do limite externo. Ao compreender que a existência (*Dasein*) precede a essência, entende-se que a realidade humana se define pelos seus fins ou na voz de Sartre “é o posicionamento de meus fins últimos que caracteriza o meu ser” (SARTRE, 2003, p. 548). As vontades e as paixões são impulsos subjetivos que tiram o sujeito de um estado de inércia promovido pela liberdade original. Nadificando o fato, vai realizando o projeto atento às ações, nos móveis e nos fins para atingir os seus possíveis.

O ato moral nasce do posicionamento do *Para-si* frente aos fins escolhidos, sendo posicional que atitude tomar? A questão é: ser apaixonado ou voluntário? Lembrando que paixão é *páthos* e vontade é reflexão. Esta decisão só cabe ao indivíduo posto que qualquer outra possibilidade exclui a liberdade, mas “como sustentar que uma vontade ainda inexistente possa decidir de pronto romper o encadeamento das paixões e surgir subitamente sobre os destroços deste encadeamento?” (SARTRE, 2003, p. 549). Tem-se que a paixão é, para o ato, o próprio móbil e a vontade já é um processo, um juízo que o *Para-si* faz a respeito do móbil. Quando se escolhe a ação, ela é baseada em dois aspetos que são: o móbil e o motivo. O móbil é subjetivo ou um estado psíquico, são as emoções que impulsionam para a realização. Já o motivo é aquilo que justifica o ato, são os juízos de valor que o legitimam. Racionalmente estudado leva a um fim já posto no projeto individual. A relação existente entre os dois se dá através de um conflito entre o ato apaixonado (móbil) e o ato voluntário (motivo).

O motivo é uma subjetividade numa visão objetiva, externa, visto que é possível sinalizar aos outros para comprová-la. Ele pode ser percebido na ordem das coisas, na forma de expressar-se, no desenho da face. É identificado através de uma ordem dada anteriormente, de algo que deveria ser de tal forma e se apresenta de outra. “O motivo é apenas a apreensão intuitiva de uma certa ordem pré-esboçada nas coisas que poderia ou deveria ser realizada, do ponto de vista técnico, pela atividade humana” (SARTRE, 2005b, p. 184), por exemplo, a

catalogação literária de uma biblioteca. Ele varia conforme a situação, pois as coisas se revelam de modo diverso, a cada momento criando uma rede de sucessão de fatos, mas, ainda assim, permitindo a todos em igual situação, compreendê-la, porque foi assim aprendido ou é da natureza do objeto.

O motivo é revelado para a consciência dentro de um contexto e deve ser separado do conjunto para nadificá-lo ou transcendê-lo. “Em suma, o mundo só dá conselhos se interrogado, e só podemos interrogá-lo para um fim determinado. Portanto, o motivo, longe de determinar a ação, só aparece no e pelo projeto de uma ação” (SARTRE, 2003, p. 554). Não existe uma ação antes da decisão exclusiva do sujeito por mais que se relacione com uma dada situação ou acontecimento.

Quanto aos móveis pode-se dizer que constituem uma predisposição interna do *Para-si* ao motivo, ou seja, uma forma de captar a significação do motivo. O móbil desliza ao passado e, agregando-se ao subconsciente se petrifica, torna-se *passado*, quando retorna à consciência é em forma de *Em-si*, na forma de *saber*. Cada saber está ligado ao motivo que é concreto. Ele já foi consciência de uma estrutura encontrada e objetivada no mundo daí decorre “que o nosso passado perde-se no meio do mundo” (SARTRE, 2003, p. 556)⁹. Quando se quer este e não aquele, vai-se formando um conjunto de saberes que irá dar fundamento ao Ser no passado resgatado pela lembrança no presente e pensando no futuro, pelas escolhas feitas dos valores que lhes são conferidos. Passado, presente e futuro organizam-se inseparáveis, nascidos da liberdade que levará o *Para-si* mais longe que os motivos, os móveis e os fins. E o que é um valor senão poder escolher de forma racional privilegiando ou recusando possibilidades.

O ato espontâneo se distingue do ato voluntário por ser consciência puramente irrefletida dos motivos através do puro e simples projeto do ato. Para o móbil, no ato irrefletido, não há o objeto por si, mas simples consciência não posicional de si. A consciência ao realizar o ato deixa subentendido que está imputando-lhe valor, reconhecido como significação. Conforme a realidade humana o ser é o conjunto dos atos praticados que tornam o viver um movimento contínuo. Diz Sartre:

Tudo se passa como se o mundo da realidade-humana fosse uma conexão infinita de motivos e que, para recortar um deles e contê-lo, a prendê-lo com exclusão dos outros, seria necessário um órgão de visão. Este órgão, especial para cada

⁹ Impossível não lembrar a passagem bíblica, do pó vem o homem e ao pó ele voltará, só que em Sartre num plano subjetivo e de auto-reconhecimento no mundo material, e no plano religioso com um sentido mais criacionista.

apreensão intuitiva de motivo, é o móbil. Daí, uma conclusão imediatamente válida: não há motivo sem móbil. (SARTRE, 2005b, p. 187)

O *Para-si* assume a sua condição de individualidade quando, ao escolher, o faz num caráter universal respeitando a liberdade de cada um e de todos. Esta liberdade para a escolha dá o tom de descompromisso normativo, no entanto é esta lacuna formal que afirma a contingência. Não será a moral dada que vai orientar o ato, mas a responsabilidade ou o compromisso com o outro, a partir de um conceito “universal” (o juízo ético). A responsabilidade da escolha ou da criação de valores (que nascem da subjetividade) tidos como universais e aplicados no concreto vão formando a historicidade do *Para-si* e, neste processo, o reconhecimento da historicidade do Outro como sujeito e não como objeto. A chave de leitura da moral sartriana se encontra no valor dado em cada ação, fundando-se ao inventar. Sartre ao dizer que “o homem está condenado a ser livre” (SARTRE, 1973, p. 15), quer dizer que ele foi lançado no mundo sem escolher nascer, mas no mundo é livre para ser responsável por tudo, por todos e por ele mesmo. Ser livre em Sartre é sustentar o peso das respostas que cada ato praticado carrega. Criar e preservar, pois, sendo Ser histórico faz parte das coisas do mundo, destruindo o mundo, destrói a si mesmo e ao Outro. É, portanto, uma moral em situação.

Quando dizemos que o homem se escolhe a si, queremos dizer que cada um de nós se escolhe a si próprio; mas com isso queremos também dizer que, ao escolher-se a si próprio, ele escolhe todos os homens. Com efeito, não há dos nossos atos um sequer que, ao criar o homem que desejamos ser, não crie ao mesmo tempo uma imagem do homem como julgamos que deve ser. Escolher isto ou aquilo é afirmar ao mesmo tempo o valor do que escolhemos, porque nunca podemos escolher o mal, o que escolhemos é sempre o bem, e nada pode ser bom para nós sem que o seja para todos. (SARTRE, 1973, p. 12)

Agir com moralidade para Sartre é praticar um ato visando o ato em si, sem um pré-julgamento coercitivo (por exemplo, dar de beber a alguém que tem sede só para matar sua sede, sem recompensas nem ordem dada). O valor é, então, conferir sentido à vida.

1.3 O SER *PARA-SI* COMO LIBERDADE ABSOLUTA

Para Sartre ato de reflexão pelo qual o homem eleva a própria consciência pode, de fato, ser considerado como um ato de liberdade e superação de sua dependência das leis da natureza. Nas relações interpessoais tumultuadas e de perturbações inevitáveis, o Eu toma, invariavelmente, o outro como um exemplo de coisa (*Em-si*) e, o outro, faz o mesmo em relação ao Eu. Esta dialética, senhor-servo pode ser lida do ponto de vista da psicologia em que a consciência se reconhece como tal, mas não sem uma luta interna. Assim, mediante este confronto interior, é possível extrair um fenômeno que diz respeito ao sujeito e que precisa ser ordenado. A consciência de cada um tem possibilidade de controle de si mesmo. A luta interna está neste espaço entre a vontade as várias possibilidades da ação. A consciência de si vem de encontro à individualidade única do sujeito, tornando-se seu próprio objeto. Pode-se ver o embate em que o homem não existe por si, pois ele busca se realizar ininterruptamente. De acordo com esta condição o indivíduo nunca será um fim em si mesmo, mas um meio de se perpetuar no mundo através dos desdobramentos de suas possibilidades realizadas.

Sartre mostra que esta reflexão mostra o indivíduo querendo ser seu próprio objeto, seu objetivo que surge como consciência com individualidade única, chamando para si o direito de existir livremente. Ele afirma o desejo de existir por si só, mas de fato, reflete obrigatoriamente o seu exterior, a natureza do mundo como sendo o universal, porque ao final, não se pode ser o seu próprio objeto, a sua condição de existir no mundo não permite que ele seja um ser "*Em-si*", não enquanto processo. Resulta que o ato da reflexão em que o indivíduo se revela como consciência, reconhecendo-se como Ser pensante, implica numa ruptura imediata com a vida, visto que a vida é a reflexão do sujeito como "Um" de alteridade, não o permitindo ser o seu próprio objeto. Assim, a consciência é o trabalho onde o ego recusa o elemento da alteridade, isto é, se liberta de sua dependência das leis externas.

Entender que o fluxo vital se dirige para a morte é uma necessidade de superação para o progresso de Ser, constitui-se em ato de liberdade em que se manifesta sua independência em relação à vida. Encontra-se neste processo o objetivo da dialética existente entre o mestre e o servo. Viver a significação da experiência do ponto de vista do servo se mostra como positiva. A vida revela-se como poder de afirmação e de negação, pois a liberdade mesma não é apenas a ideia do mestre que quer se afirmar numa condição de superioridade, mas principalmente a liberdade daqueles que, tendo sentido a morte de perto, compreendem a vida em toda a sua complexidade.

Somente aqueles que compreendem verdadeiramente a vida em sua totalidade podem alcançar a liberdade. É a grande descoberta do servo: ao perder sua “inocência” natural, ele compreende o propósito de internalização das experiências (de morte, por exemplo) que o torna um agente da ação livre. Agora ele sabe da instabilidade da relação Senhor-Servo e na existência tudo segue o curso regular que orienta o mundo. Descreve Sartre:

Precisamente por que a vida do escravo que se revolta e morre durante a rebelião é uma vida livre, precisamente por que a situação iluminada por um livre projeto é plena e concreta, precisamente por que o problema urgente e capital desta vida é "alcançarei meu objetivo?", precisamente por tudo isso, a situação do escravo é *incomparável* à do senhor. Com efeito, cada uma delas só adquire seu sentido pelo Para-si em situação e a partir da livre escolha de seus fins. A comparação só poderia ser feita por um terceiro, e, por conseguinte, só teria lugar entre duas formas objetivas no meio do mundo; além disso, seria estabelecida à luz do projeto livremente escolhido pelo terceiro: não há qualquer ponto de vista absoluto que se possa adotar para comparar situações diferentes; cada pessoa só realiza uma situação: *a sua*. (SARTRE, 2003, p. 674)

De fato, se entendermos que a vida tem um propósito, que nada subsiste por si mesmo, a compreensão da vida em sua totalidade (internalização de morte) nos conduzirá necessariamente à liberdade. Por exemplo, ao entender que um dia a morte vai separar o Eu do ser amado, ele deixaria de se comportar como se o amor fosse eterno. Trata-se de uma atitude inocente e ingênua daquelas pessoas que creem no eterno instante presente do amor no tempo.

A internalização da morte é a vida refletida como totalidade na consciência do ser no mundo. Ela impulsiona o sujeito para o esforço de renovar o amor para que seja duradouro. Este esforço pode ser entendido pela vontade de inscrever na vida (projeto) a maneira concreta de um relacionamento amoroso no seu tempo, e ainda de superar todo e qualquer obstáculo ao amor. A reflexão sobre as verdades da vida leva a negá-la e superá-la nas resistências que são encontradas e que se opõem ao amor (entenda-se o próprio narcisismo). Em cada sujeito há sempre uma ferida narcísica vinculada a um relacionamento amoroso e, que pode ser entendida na forma de mau humor, raiva, ciúmes, etc.

Resulta destas reflexões que a internalização da morte outorga ao sujeito uma dimensão outra onde ele tem o direito de negar-se, de recusar-se a ser o que “é” e de se tornar Outro. Enquanto consciente de si mesmo, o sujeito apropria-se da nadificação que é, enfim, a essência da vida. A vida em direção à morte é o ato de carregar a própria negação, sublimação. Esta operação não é apenas negação imposta por uma restrição externa, mas é a que produz, pela vontade, uma nova forma de liberdade, pois ao poder negar a si mesmo (nadificação contínua e infinita) é que ele pode reconstruir o projeto de Ser.

Sendo o existencialismo é uma filosofia na qual a característica se dá a partir da subjetividade, do reconhecimento do Eu como ser de consciência: "da subjetividade pura, quer dizer, do "eu penso cartesiano", quer dizer, ainda, do momento em que o homem se atinge na sua solidão" (SARTRE, 1973, p. 09). Sartre requisita do pensamento cartesiano a ideia em que a filosofia começa pela certeza do Eu sujeito do *cogito*. A estrutura do sujeito não é uma identidade absoluta com ele próprio, o ser *Para-si* se caracteriza pela falta, é uma distância de si mesmo.

Ser consciente do Eu é agir, é não coincidir com ele mesmo, recusando-se a um objeto (ser o que é). O ser por si é a negação que proíbe a coincidência perfeita com ele mesmo. Para ilustrar esta figura da subjetividade (ser *para-si*), Sartre usa o exemplo de crença. Ele admite a "existência" de Deus no sentido da crença que surge no homem como uma adesão espontânea, um sentimento irrefletido segundo o qual o Eu sente as evidências de sua presença.

Não se pode, pois, basear a afirmação da existência de Deus no testemunho exclusivo de fé, como sentimento subjetivo. Um elemento essencial da fé é exatamente a ignorância da dimensão subjetiva do Eu, a ignorância de a própria finitude e limitação, não é a intensidade de um sentimento que determina a existência dele. A sensação imediata da fé se esquece dos limites da subjetividade, e beira às raias da ilusão, contém em seu imediatismo a confusão entre o que é subjetivamente sentido e o que é real (objeto, externo, transcendente e irreduzível), esta relação é constitutiva da fé com o sentimento imediato.

Estar consciente da aceitação da existência de Deus é uma noção unicamente subjetiva. A consciência deste sentimento é o que constitui o trabalho da reflexão que contribui para mudar o objeto de crença da consciência. Ao entender, neste ato de consciência, os limites da crença, ao perceber que nunca se pergunta sobre as razões objetivas para se acreditar na existência de Deus (de razões que se fundam sobre outra coisa que não o sentimento imediato) é introduzida na consciência uma forma de dúvida na qual é suprimido o caráter imediato e espontâneo da adesão à existência de Deus. Neste sentido, a crença tem nela mesma a dúvida, ou pode-se dizer que a dúvida nasce da reflexão da crença sobre ela mesma. Ser consciente da própria crença e compreender que a fé é uma questão de convicção unicamente pessoal: é, ainda compreender, os limites na consciência entre a diferença do que é subjetivo (a verdade do sujeito) e o que é objetivo (aquilo que também pode ser verdade para os outros), mas esta diferenciação é, em si mesmo, uma dissolução, uma negação da crença. Consequentemente, ao se tornar consciente da própria crença, o sujeito se dá conta de que é um Ser *Para-si*. Ele deixa de ser o que é (unicamente um crente na sua fé), o sujeito

consciente que não coincide imediatamente com suas próprias crenças, pois não é mais um ato espontâneo, mas sim, reflexivo.

Nesta forma de estruturar o ser *para-si*, o sujeito que se torna consciente de si já não pode mais ser reduzido ao que foi. Ele não é mais uma relação de identidade com ele mesmo e cessa de coincidir com ela própria. Esta não coincidência com o Eu pode ser vista como uma ruptura com o passado. Por exemplo, ao tornar-se consciente de a própria crença, o homem deixa de ser ele mesmo, portanto deixa de existir o ato imediato da adesão, torna-se cego e irrefletido, na dúvida angustiante de se buscar na própria crença.

Sartre avalia que ser *Para-si* se configura como a negação de seu passado, em que uma decisão tomada pode constantemente ser resignificada, causando a angústia. Neste momento, o sujeito ao lembrar a decisão tomada, sente-se consciente da decisão que agora o prende no passado (pela lembrança), e pode-se dizer que esta decisão é autêntica para ele como um ser *para-si*. A lembrança está sempre presente, mas o sujeito acredita que sua decisão foi eficaz. Quando o pensamento retorna, no momento em que realiza a resolução de como agir, ele percebe que se identifica mais com a decisão presente e que já não coincide com a passada. E esta compreensão que torna ineficaz guiar sua ação no presente. A consciência do instante é a ruptura do determinismo ou a própria impossibilidade de ficar no passado.

O ser *para-si* surge como uma ruptura com o seu próprio passado e é essa ruptura que se revela como liberdade. Ele não se acomoda no passado, como se fosse o suficiente para garantir a continuidade do seu ser, mas prossegue escolhendo, agindo incessantemente, exigindo-se recriar no presente como vontade autônoma. Resulta desta ação a estrutura que o *Para-si* faz surgir. Um poder de liberdade que pode ser lido como uma ruptura, significa que é possível escapar da influência do passado no presente, ainda, ele precisa ser reconstruído pela vontade a cada momento na condição imposta pela liberdade. Está claro que este requisito não é o único necessário para tomada de decisões definitivas, mas deve ser necessário e suficiente para renovar constantemente os esforços empenhados.

Esta ideia leva a compreender que o homem é como ele pretende ser e se desenvolve na afirmação da liberdade, pois todo homem é o produto da própria vontade. Ao mesmo tempo, esta recriação do ser por si o obriga a assumir a responsabilidade em toda sua totalidade na existência. A subjetividade humana impetra à existência de um ser a responsabilidade de seus atos, e é por esta razão que se pode falar de moral (numa tentativa

mais universalizante de ética¹⁰) na concepção de sujeito em Sartre. A noção de liberdade, em Sartre, se apresenta, em essência, individual. A leitura do *Cahiers pour une Morale* apresenta uma crítica à "alienação", mostrando-a como um obstáculo para a liberdade.

Ser alienado é perder-se de si mesmo e do mundo, é onde o Eu se pensa Outro, é ser um estranho para si. Sartre diz que a submissão à alteridade é uma forma de alienação do homem, a ideia de uma essência universal ou uma propriedade comum a todos. A afirmação da essência universal (a razão, por exemplo) como elemento que compõe a subjetividade humana não pode ser pretendida como uma figura de submissão à alteridade. A essência universal pode ser entendida como imposição de um Ideal de homem sobre uma subjetividade e que deve ser realizado. Homem ideal deveria se conformar em renunciar-se como individualidade, de abrir mão do seu direito de afirmar-se numa singularidade. A afirmação de uma natureza humana (universal) é alienante, ao pensar que ela rouba o direito do sujeito em afirmar a própria singularidade, porque o força a conformar-se com a obrigação de realizar um projeto irrealizável. O universal implica em apagar tudo o que é singularidade, cada um se sente uma singularidade, o único, e não apenas uma mera cópia de um conceito universal.

Conforme Sartre, existir autenticamente prevê assumir-se como singularidade que não pode ser reduzida a um conceito. A existência é um movimento pelo qual o indivíduo se faz em conjunto com outras subjetividades, mas mesmo vivendo em conjunto se afirma como participante único de uma coletividade de mesmo gênero, de mesma essência. A autêntica individualidade singular constrói-se por suas próprias ações como livre escolha de si e não como individualidade apoiada no conceito do homem ideal. A razão é um poder que governa a subjetividade humana, exercendo o verdadeiro controle capaz de sustentar a subjetividade. A essência do homem se constitui na figura da liberdade, na imanência que é subjetividade estabelecida numa relação de poderes entre o indivíduo e a universalidade do gênero humano. Cada um deve realizar-se pela renúncia do *Em-si* e pela afirmação da sua singularidade.

A existência de uma natureza humana é claramente percebida como um obstáculo para a liberdade, pois ela exerce uma força de restrição sobre o indivíduo, e o priva de seu direito de ser tão autêntico quanto queira. A ideia de uma natureza humana definindo o homem traz consigo a ideia da existência do ser como pré-determinado, na forma de uma necessidade permanente, indicando que não se pode fugir daquilo que se nasceu para ser. Ora,

¹⁰ A ética se traduz pelo conjunto de valores e princípios que se usa para decidir sobre aquilo que diz respeito à vontade, aos deveres e ao que se pode fazer. Ela é definida pelas normatizações, pelos valores da sociedade, religiosos ou não, se constrói pelas ações conscientes. A ética não é relativa como a moral, mas ela é sempre de uma época ou de um grupo, e tem sempre a tentativa de ser universal.

a existência de uma natureza humana define o ser como ele deve ser, levando-o a uma relação de identidade absoluta, característica ontológica do ser *Em-si*, mas de forma alguma é subjetividade autêntica.

A estrutura ontológica do homem não é ser *Em-si*. A estrutura humana constrói seus próprios atos como ela quer ser. A ideia da natureza humana constitui, assim, uma reificação do sujeito, e que é por ele mesmo objetivado, até porque é o próprio que define livremente a humanidade de seus atos. A reificação reduz o homem ao nível da natureza, onde ele age por uma forma de necessidade da qual não pode escapar, produzindo uma aparente naturalização de si definindo-se como espécie dentro das espécies. Sartre vê esta concepção com muitas reservas, pois implica na subjugação do homem através da determinação biológica.

O dever é uma forma de alienação, segundo Sartre. Ele é a heteronomia ou outra coisa alheia à vontade, externo ao Eu. Kant, que situa o dever no nível da autonomia da vontade, Sartre deixa claro que o dever é somente a intenção da presença do outro na consciência, onde o que é imposto ao sujeito não é necessariamente a própria escolha, mas o que os outros exigem ao Eu, o que foi escolhido para ele em seu lugar. O dever é pensado como uma restrição que a existência dos outros coloca sobre consciência. O que se acredita ser dever é, tão somente, uma exigência que foi imposta, é tido como um constrangimento porque não corresponde, necessariamente, a uma escolha livre.

Para Sartre, a interiorização da vontade do outro não é projetada como um ato de livre apropriação pelo Eu, mas como fixação categórica de outra subjetividade, numa espécie de dominação executada sobre o Eu pelo outro. O dever, nesta perspectiva, continua sendo uma restrição externa, como a ideia de um valor escolhido pelo Eu em relação ao Outro, e também na liberdade onde o limite é o Outro. A vida é escolha é contingência e, devido a esta condição, não é possível antecipar se cada escolha será acertada ou não, na prática o direito de decidir se torna um dever de decidir. Todo Ser deseja escapar da angústia de continuamente decidir, contudo isto não é possível. O sonho da liberdade acaba por se transformar em pesadelo de responsabilidades, face à incessante inquietação quanto ao resultado e as suas consequências.

O dever ou os imperativos são julgamentos daquilo que *deve ser* e, portanto, pertencem à esfera da ética – ética no sentido da vivência social. Ele é o modelo mais elementar da expressão moral que escolheu praticar, a extensão do significado da linguagem onde ela está inserida, ou ainda o meio em que o homem está imerso e que estabelece as normas ou os padrões de comportamentos. Os deveres se mostram em situação, e são

categóricos no exato momento de sua manifestação. O imperativo se traduz na motivação pelo respeito ao dever. Diz Sartre:

Esses objetos são diversos: as instituições, em particular as leis que prescrevem a conduta e definem a sanção; os costumes, não codificados mas difusos, que se manifestam de maneira objetiva como imperativos sem sanção institucional ou com uma sanção difusa (o escândalo); enfim, os valores, normativos, que se referem à conduta humana ou a seus resultados e que constituem o objeto do julgamento axiológico. (SARTRE, 1970, p. 735)

A manifestação da moral se efetiva, então, pelos costumes, pelo respeito à normatividade, aos valores, aos bens, aos exemplos, aos ideais. Ela indica quais fins serão atingidos por esta conduta adotada e qual a real possibilidade de alcançá-los.

LIBERDADE: O SENTIDO ÚLTIMO DO *PARA-SI*

2.1 ESTRUTURA DA LIBERDADE

O existencialismo se opõe a toda forma de determinismo como definição da liberdade humana. A herança racionalista do século XVII postulava que o homem tinha marcado na sua vida, desde o nascimento, a essência de sua existência. O homem, então, vinha ao mundo para realizar um plano anterior ao seu nascimento. Fizesse o que fizesse, suas escolhas já estavam tomadas por uma razão divina estipulada por um ser superior, Deus.

Para compreender a liberdade, em Sartre, é preciso entender a expressão “a existência precede a essência” (SARTRE, 2003, p. 695). Aqui, ele critica o essencialismo na medida em que este afirma existir certas leis que determinam como deve existir o Ser. Para o essencialismo, Deus ocupa um papel fundamental, pois Ele é o fundador do homem, que foi criado com funções pré-definidas. O destino é muito bem marcado no que Sartre diz ser “assimilável ao conceito de um corta-papel no espírito do industrial; e Deus produz o homem segundo técnicas e uma concepção, exatamente como o artífice fabrica” (SARTRE, 1973, p. 11). Assim sendo, o homem não escaparia ao seu destino, sem qualquer perspectiva de liberdade. Em sua natureza pré-moldada, ele estaria finalizado antes mesmo de nascer. O sentido geral de humanidade se faz pela ideia de que Deus não existe, e o homem sem natureza predefinida constrói seu destino por livre e contingente escolha.

Sem definir-se por qualquer pressuposto *a priori*, o homem busca a construção de seu destino que só é aniquilada com a morte, sua única certeza sem escolha. Este ser também é compreendido como consciência, que se interroga que cria vínculos relacionais (interior-exterior). O homem é capaz de se interrogar por que há nele uma abertura (fissura) constitutiva da consciência, e que relaciona o dentro com o fora de si. O homem é consciente da existência da morte, mas não acredita nela, reinventa a vida. Projeta a vida além do real, professa-se filho de Deus ao mesmo tempo em que o questiona e nega, criando o mito para além do homem. Esta relação imaginária é possível no *homo sapiens*, um ser de vários saberes. O *sapiens* é também *demens*, assim, o homem desliza da razão à loucura tão facilmente que não consegue dizer onde é o limiar que os separa. A loucura é necessária como elemento orientador da razão ou exagero gerador das desordens afetivas, mostra a temperança

e, voltando ao complexo do contraponto, mostra o ódio e o amor, a paz e a guerra, a barbárie e a criação, a medida e a desmedida.

O nada de Ser da consciência busca o mundo pela sua intencionalidade. A liberdade é um sentido de ser, para falar em como a razão opera nos termos freudianos, uma falta que impele o Eu para o mundo. Na falta de Ser está toda a teoria do *Para-si*. O projeto de Ser busca suprimir a falta, mas que não pode ocorrer porque o inacabamento do *Para-si* significa do ponto de vista ontológico, a própria liberdade. Se o projeto se realiza já não será mais liberdade em movimento. O homem para Sartre não pode deixar de ser livre, ele não pode não ser livre, “por isso, Sartre observa que não somos fundamento de nossa liberdade, já que não a escolhemos” (PERDIGÃO, 1995, p. 105). Ser livre implica escolha responsável. A liberdade implica em contemplar a presença dos outros e isto traz dois conceitos de angústia; a *angústia temporal* de se descobrir só no mundo sem o suporte do passado empurrado para a escolha a todo instante e a *angústia ética*, que assinala a falta de valores referenciais do mundo.

A realidade humana não escapa, em momento algum, à liberdade e à escolha, daí decorre a presença constante do vazio em que se encontra e nas ações que deve fazer para se fazer. Os atos humanos encaminham-se para a criação de uma essência, porque a liberdade é se encontrar com o vazio que o alicerça. Sartre é categórico ao afirmar a liberdade incondicional. Ele deixa entrever, porém, uma nuance simbólica quando, prisioneiro de guerra, fala de um destino ao qual estaria sujeito. A acredita não morrer na guerra por um sentimento mágico que lhe garante a certeza da vida. Humano que é, pois, não foge às suas determinações biológicas e históricas, não tem todas as respostas, por isso diz:

Comecei a vida como para fazer uma longa viagem, embora sua distância já esteja determinada e com um termo fixado. Aí, terei de chegar antes do cair da noite. Não quero sentir minha fadiga, nem parar pelo caminho. Toda minha vontade está armada. Não há lugar para a lassidão, nem para o divertimento, nunca vou desistir, tudo depende desta viagem. Além de afastar de mim qualquer angústia metafísica – e, agora, fazer recuar a guerra diante de mim -, tal disposição impede que eu a sinta realmente. Não tenho tempo para morrer, eis mais ou menos como sinto as coisas. E, magicamente, esse sentimento dá-me a certeza de que não morrerei antes de ter chegado ao fim da viagem. (SARTRE, 2005b, p. 57)

A liberdade é escolher se proteger, evitar a morte até que tenha terminado sua tarefa de vida, já que ela, a morte, totaliza todo o projeto de ser. A negligência, a distração ou a senilidade podem abreviar a trajetória vivida. Este Sartre intimista nas páginas do *Diário de Uma Guerra Estranha* nos mostra uma moral do Ser, quando a coloca noutra contexto: a sabedoria existencial. As atitudes são em relação a algo posto em situação, mas é no seu interior que ela, a moral, busca a *sabedoria*, para fazer as escolhas, nas *disposições internas*.

Envolvido na situação, é preciso compreendê-la e também a si próprio, ser autêntico e firme para decidir. Assim, se configura a moral do fazer, que é provisória e está no momento de sua ação. A moral dará lugar a outra ação e outra decisão moral, onde o Ser se coloca constantemente em situação de *dever* escolher, conforme ela. Note-se que escolher-se é também escolher o mundo.

O tempo funciona como um articulador de momentos. Cada ação (ininterrupta) é um instante que passa para o passado, levando consigo a carga de conhecimentos presente que vai montar os saberes. Se houve erro em uma ação passada, é tendência não se repetir. O homem segundo Sartre não é bom nem ruim, ele se constrói por ser racional e não poderia, sendo racional, escolher repetir um erro. Se ao valorar uma ação como não sendo boa ela não deve ser repetida, nisto se constitui o ato moral. Ao assumir uma posição de juiz de si mesmo, o homem se reavalia, nas palavras de Sartre, “ao julgar-me, sirvo-me da severidade que eu utilizaria para julgar os outros, exatamente porque se trata de uma forma de escapar de mim mesmo. O próprio ato de julgar-me é uma redução fenomenológica” (SARTRE, 2005b, p. 135). A consciência que transcende o tempo é a formadora da historicidade do Ser, ela é a forma que busca no passado os elementos da sabedoria que vão nortear as escolhas futuras.

Sartre não encontrou no mundo qualquer *a priori*. Talvez o tenha encontrado no sentido da própria vida, já que é só através dela que o homem se faz. A liberdade é dada no momento do nascer, como um passaporte para todas as escolhas, mas aí já há a vida, que é a condição primeira e última do projeto do *para-si*. Antes que se viva, a vida é nada. No texto do *Cahiers pour une Morale*, Sartre descreve a liberdade humana numa relação direta com a ação. Ali ele se questiona sobre o empreendimento do homem, sobre a definição para a liberdade. Ele diz que o homem no mundo se envolve em dois parâmetros básicos: o livre-arbítrio (vontade) e a liberdade (ação) no sentido da destinação. Visto desta forma, a liberdade está intimamente ligada à contingência, pois ser livre é agir na externalidade do mundo no sentido de aprofundar a compreensão entre a liberdade em si e a oportunidade criada pela vontade e esforço humanos.

A preocupação de Sartre em entender a heteronomia da liberdade humana põe a dúvida se, de fato, há a liberdade para definir objetivos, e se estes podem ser alcançados, mesmo com os eventos externos ao sujeito. O sucesso dos objetivos, planos e ações pode não ser uma consequência vinculada unicamente à vontade da decisão autônoma. A exterioridade é inevitável, assim como a causalidade do mundo. Certamente se pode fazer antecipações, mas não é possível antecipar tais eventos de forma completa e prever a sua influência para neutralizá-lo. Nota-se, aqui, que a exterioridade do mundo se opõe à interioridade da

liberdade humana. Seguindo a orientação existencialista de Sartre, há um conformismo por não poder resistir ao acaso, de não poder unir de forma concreta o objetivo de Ser com a ação necessária para tal. Neste ponto, o sucesso é condicional, o processo se dá numa concepção de negatividade. Ao falhar, o homem se supera, isto é, rompe com as dificuldades inesperadas. Do projeto inicial vêm novas possibilidades, expondo-o para uma nova perspectiva inovadora e complexa e profundamente humana. A grandeza da ação está no risco ao qual o homem está exposto e na sua capacidade de, frente a qualquer risco, dele sair de forma concreta, mesmo diante da onipotência da realidade.

Há também, em Sartre, a ideia de certo compromisso indispensável para que a ação humana tenha sucesso. Tal compromisso parte da habilidade humana para antecipar e operar cada obstáculo encontrado na busca para atingir os seus fins. Ainda que o obstáculo não possa ser totalmente antevisto, a liberdade vai ter de lidar com ele, não respondendo como um “franco-atirador”, mas tateando a realidade de forma a organizá-la, pois o sucesso da ação é fundamentado na relação entre o espírito ingênuo e a boa proposição contingente do real. Cabe ressaltar que a cooperação não pode ser simplesmente adquirida, visto que, no campo do real, a ação está diretamente ligada às leis da natureza que o homem não pode deixar de levar em conta, ou mesmo, manipular segundo as suas vontades. De certa forma, o homem se encontra entre a capacidade de agir e a necessidade de reagir ao evento contingente.

Sartre diz que “a vida não tem sentido *a priori*. Antes de viverdes, a vida não é nada; mas de vós depende dar-lhe um sentido, e o valor não é outra coisa senão esse sentido que escolherdes” (SARTRE, 1973, p. 27). Um conceito primeiro de liberdade é entendido como uma condição de não estar vinculado à vontade de terceiros de forma coercitiva. Isto implica, contudo, que cada indivíduo se deva responsabilizar pelos seus atos, sempre vinculados a uma forma legal ou de costumes, mas isto não é Sartre. Para ele, o homem é aquilo que ele faz de si. Eis aqui o sentido de seu conceito de liberdade.

Sua máxima, da condenação à liberdade, traz o homem consciente de sua condição como um agente de totalizações. O termo “condenado” quer dizer estar no mundo sem ter escolhido estar, sem ter escolhido ser, sem saber como ser. Ele é livre porque é responsável por si e pelos outros. Diz o filósofo: “Condenado porque não se criou a si próprio; e, no entanto, livre porque, uma vez lançado no mundo, é responsável por tudo quanto fizer” (SARTRE, 1973, p. 15), o homem se descobre seu próprio legislador. Sartre ratifica, “você é livre, escolha, quero dizer, invente. Nenhuma moral geral pode indicar-vos o que há a fazer; não há sinais no mundo” (SARTRE, 1973, p. 17). Ainda, se houvesse qualquer sinal no mundo, caberia ao homem interpretar o sinal segundo sua vontade. Ora, o que se pode

esperar de tanta liberdade? A discussão central está na preocupação com a ética na medida em que o exercício da moral é praticado com o outro no mundo. “Devemos comparar a escolha moral com a construção duma obra de arte” (SARTRE, 1973, p. 24), como num quadro onde o pintor começa com a tela em branco, a moral começa sem regras dadas anteriormente, mas se faz vivendo. No existencialismo sartriano, o homem emerge do mundo se projetando fora de si, perdido entre seus fins possíveis. No ambiente da gratuidade das suas ações não é possível se justificar. Disso sobrevém que os valores vão sedimentando conforme são experimentados. Existe sempre, para o covarde, uma possibilidade de não mais ser covarde, e, para o herói, de deixar de o ser, “o que conta é o compromisso total, e não é um caso particular, uma ação particular que vos liga totalmente” (SARTRE, 1973, p. 21).

O homem vive situado e imerso em seu tempo histórico, nesta posição muitas vezes não apreende os detalhes de uma situação a que está submetido e, assim, não percebe que pode sair desta condição, ou não consegue imaginar-se de outra forma. O homem escolhe, contudo e, sempre o fará para o melhor. Ele busca, então, uma existência moral a partir da ação. Tanto em *O Ser e o Nada* como em *Cahiers pour une Morale*, Sartre não se fixa em doutrinas que arbitrem qualquer comportamento, mas na invenção de valores.

A autonomia depende da razão: quanto mais um dever traz em si o caráter da obrigatoriedade pelo valor a ele dado, mais ele se configura como um elemento da subjetividade. Ele insiste para realizá-lo como liberdade moral (dever fazer) sem qualquer fator externo que o subjuga. Ambos os conceitos, liberdade e moral, são resultados de criações e invenções da razão, e não estruturas ideais e pré-definidas. A obrigação moral é, então, substituída pelo valor, pela atividade criadora e sem fundamento (a razão), ele é o resultado da invenção – a liberdade também é livre. A questão moral surge a partir de eventos empíricos, a resposta criativa no nível do indivíduo e no nível do social. A realidade humana é a criação de si mesma, mas no mundo ela é como um ser-no-mundo. A escolha não é, de fato, uma habilidade ou a realidade vivida em certas circunstâncias, mas a operação.

Situar a liberdade não é apenas reconhecê-la como consciência livre, mas, além de sabê-la livre, não a receber como punição ou fatalidade, mas aceitá-la e expandi-la, deste modo, a liberdade é um fim em si mesma. A produção de valores deve ser entendida como uma forma de energia que o *para-si* desprende para produzir a liberdade, numa atividade na qual a liberdade produz a si própria e se expande em replicações de liberdade. Uma atividade livre que se produz e se reproduz ampliada. O conceito de liberdade sartriano não pode ser produzido como objeto finalizado, senão não seria liberdade em sua acepção mais

profundamente existencialista. Ela se produz como um fim em si mesmo, dentro da dessubstancialização dos valores. Para permanecer livre na atividade de criação, ela deve ser reconhecida como uma atividade infundável, sem limites, em que a autoprodução conduz ao questionamento do que foi produzido. Não é somente o ato de criar, mas também questionamento de si. A atividade de autocriação continua a produzir novos objetivos com novas configurações (reprodução ampliada). Podem-se distinguir aspectos importantes de liberdade: um, em que ela é invocada como um meio quando ela é entendida como objeto de atividade de replicação restrita, senso comum; e, noutro sentido, em que a liberdade produz valor a partir de si enquanto autoquestionamento, consciente.

A liberdade não pode ser confundida com qualquer um dos valores que cria. A ação da liberdade deve ser entendida como um distanciamento, mas não distanciamento do mundo em que existe, mas sim, como transcendência. Isto significa a abertura constante e total para criar novos valores. Explicita Sartre:

O conceito técnico e filosófico de liberdade, o único que consideramos aqui, significa somente: autonomia de escolha. É preciso observar, contudo, que a escolha, sendo idêntica ao fazer, pressupõe um começo de realização, de modo a se distinguir do sonho e do desejo. (SARTRE, 2003, p. 595)

Este movimento criativo e reprodutivo da liberdade não deve ser confundido com um processo aleatório e caótico, porque, assim sendo, não estaria dentro do campo moral. A moral surgida a partir da liberdade abre caminhos que se ajustam tanto no nomadismo como no sedentarismo moral, pois envolve a intenção dos relacionamentos escolhidos. De fato, uma criação que não seja intencional pode ser considerada apenas um fenômeno. A liberdade se abre no meio dos objetos, sem jamais se identificar com qualquer um deles. Sua indeterminação é total, mas este processo não impede a liberdade de se envolver com o mundo empírico para poder se realizar.

A liberdade é, portanto, a possibilidade de realizar a imaginação do homem para que este possa “se materializar” através de suas ações, e isto só é possível porque o mundo não é determinação absoluta. Estes esforços humanos são capazes de dar vida a uma possibilidade, já que mesmo na incerteza, o mundo imaginativo de alguma forma se materializa. O problema que se coloca é como compreender a liberdade escapando a toda forma de determinismo. Entende-se por determinismo uma sequência inevitável de fatos que obedecem a presente rede de eventos causais. Obviamente Sartre recusa este determinismo na medida em que justifica sua liberdade como natureza contingente (que por não ser fechada, é imprevisível e

potencialmente enfrentável), da qual a liberdade se vale e sem a qual ela não teria a menor condição de acontecer. Em um mundo levado por eventos contingentes, o sucesso da ação humana não é resultado da decisão. O futuro como uma incógnita de eventos possíveis reflete tal fato porque não é possível antecipar os fenômenos, portanto, a contingência é um valor necessário à liberdade, ainda que ela se faça de modo aleatório. A contingência torna os homens livres ao mesmo tempo em que compromete suas ações livres. Tudo o que se manifesta na consciência é contingente, e tudo o que é percebido na consciência está dividido entre os fenômenos que acontecem no exterior (mundo) e o que é vivenciado no interior (psique). A liberdade transita se desdobrando entre estes dois níveis de existir.

O projeto de “ser” é um protocolo de ações, que inclui o ponto de vista interior, que se envolve em novas situações imprevisíveis e exteriores que surgem e requisitam novas decisões, mas que não levam o sujeito a renunciar a ação, mesmo sendo o mundo caótico imprimindo marcas no projeto. Note-se que o projeto é, antes de tudo, uma possibilidade aberta pela consciência, pois um projeto, antes de se tornar um projeto, é um encontro com a possibilidade, apesar do inesperado acaso. Diante de um obstáculo, a capacidade de inventar uma resposta revela o desejo de ultrapassar a realidade possível. Por isso, o *Para-si* é capaz disto.

O sucesso de um empreendimento está ligado à inventividade humana e à sua capacidade de transpor os obstáculos, mesmo sabendo que as falhas são parte de todo o processo, pois na contingência também se encontra a falha. A contingência manifestada na natureza acontece de forma imprevista, provocando a interioridade humana a reagir com sua capacidade inventiva. O nada de Ser da consciência permite ao homem pensar fora de estruturas estáticas, imaginar possibilidades, interpretar e modificar as informações captadas do mundo externo. As percepções sensoriais podem captar informações que as consciências tendem a interpretar de forma diferente para um mesmo evento, tudo depende das condições em que ela se dá, ou nas palavras de Sartre, depende da situação. Por não estar definida, a consciência se abre para infinitas possibilidades. Esta é a estrutura da liberdade de Ser. A consciência humana explora a realidade através da imaginação produtiva, existente em potência, ao passo que a natureza, de forma aleatória, cria as condições e as probabilidades de realizar tais intenções.

Na realidade, a liberdade se transforma de forma coincidente com o *Para-si*, confunde-se com ele. A liberdade como um atributo, mas, para Sartre, é ação e reflexão. A consciência de um Ser no mundo é a existência, ela é vazia, é a possibilidade de se reconhecer e conhecer o Outro, ela é própria liberdade na medida em que estes outros existem para ela.

E como consciência ela surge na direção de algo diferente dela mesma, portanto, ela nunca será um *em-si*. O objeto nunca será livre para ser outra coisa que não ele mesmo uma pedra, por exemplo, sempre será uma pedra, já o homem tem a sua existência apoiada no nada. Ele não tem um núcleo em que se apoiar. Explica Sartre:

O homem é livre porque não é si mesmo, mas presença a si. O ser que é o que é não poderia ser livre. A liberdade é precisamente o nada que é tendo *sido* no âmago do homem e obriga a realidade humana a *fazer-se* em vez de ser. Como vimos, para a realidade humana, ser é *escolher-se*: nada lhe vem de fora, ou tampouco de dentro, que ela possa *receber* ou *aceitar*. Está inteiramente abandonada, sem qualquer ajuda de nenhuma espécie, à insustentável necessidade de fazer-se ser até o mínimo detalhe. Assim, a liberdade não é *um* ser: é o ser do homem, ou seja, seu nada de ser. Se começássemos por conceber o homem como algo pleno, seria absurdo procurar nele depois momentos ou regiões psíquicas em que fosse livre: daria no mesmo buscar o vazio em um recipiente que previamente preenchemos até a borda. O homem não poderia ser ora livre, ora escravo: é inteiramente e sempre livre, ou não o é. (SARTRE, 2003, p. 545)

Logo, a liberdade não é um conceito, mas a existência na medida em que é feita. Ela não se realiza, entretanto, estando o *Para-si* sozinho, fechado em si mesmo. Ela só se realiza *junto com, em situação*, até porque, como entende Sartre, tudo o que acontece está fora do sujeito: as razões para fazê-lo e as ações escolhidas, mesmo que presentes na consciência. Tudo só acontece fora, no mundo. Não se vive num mundo interior repleto de coisas. A consciência povoa o mundo, descarrega sua densidade no mundo, isto permite refazer-se. Então a liberdade é, em relação ao mundo, onde o “eu” sempre está ligado. Nenhum projeto, contudo, pode se identificar com a liberdade, porque a todo instante ele é ultrapassado dando origem ao passado. Sartre ilustra:

Em cada projeto do *Para-si*, em cada percepção, o corpo está aí, é o Passado imediato enquanto ainda afiara no Presente que lhe foge. Significa que é, ao mesmo tempo, *ponto de vista* e *ponto de partida*: ponto de vista, ponto de partida que *sou* e, ao mesmo tempo, transcendendo rumo ao que tenho-de-ser. Mas esse ponto de vista perpetuamente transcendido e que perpetuamente renasce no âmago do transcender, esse ponto de partida que não cesso de transpor e sou eu mesmo ficando para trás de mim, é a necessidade de minha contingência. (SARTRE, 2003, p. 412)

O ato de escolher acontece em meio às atividades, o mundo é cheio de necessidades onde o projeto de ser se reflete “descobrimo-nos, pois, em um mundo povoado de exigências, no seio de projetos em curso de realização” (SARTRE, 2003, p. 83), envolver-se no mundo e por ele ser evolido, mas não se pode recuperar a existência para a modelação de um *Para-si*. A liberdade é ilimitada, se manifesta como movimento da consciência, é em situação no mundo provocador e transcendente, portanto, ela nunca deixa de ser livre. Não se nasce livre,

mas condenado a ser livre. É preciso entender o compromisso, no sentido existencialista aqui em pauta, como uma relação de eventos. Esta é a condição humana de existir. Estar condenado à liberdade é o mesmo que estar compromissado com a vida, pois o compromisso não é exatamente uma decisão consciente, mas algo que se impõe depois de estar no mundo, numa relação estreita entre o compromisso e o abandono. Se não existe uma natureza humana antes pré-dada no homem, ela também não vai existir na coletividade, as instituições históricas não são naturais, são sempre construções humanas. O ato livre é aquele que se engaja na humanidade, sendo livre para escolher seus valores. Quando os escolhe, se faz de certo modo “do jeito humano”, portanto, a escolha contempla todos os sujeitos. Como confessa Sartre, “Assim sou responsável por mim mesmo e por todos, e crio determinada imagem do homem por mim escolhida; escolhendo-me, escolho o homem” (SARTRE, 1973, p. 13). A liberdade existe junto com a liberdade do outro, e este outro só é livre frente às liberdades. Diante dos olhares, o sujeito se vê obrigado a agir com atos moralizados. Este homem escolhe ser responsável e esta decisão influencia todos os demais, pois se tentar escapar desta responsabilidade, ele cairá em má-fé.

2.2 O DETERMINISMO

As ações são limitadas por situações impostas pelo determinismo natural (uma doença, por exemplo, que impõe ou determina certas restrições), enquanto as escolhas permanecem livres, mas sob a interferência de um elemento imprevisto. Ao mesmo tempo em que impede certas escolhas, permite entender toda a dimensão do que seja a liberdade. Nestes termos, seria possível pensar em níveis de liberdades, na medida em que algum determinismo possa ser mais forte que outros? É possível fazer as mesmas escolhas se o sujeito estiver acometido de uma gripe ou de pneumonia severa? E, ainda, se este determinismo for de outra natureza, como condições de estudos, oportunidade de trabalho, nascimento e mais? Sem tais condições, seria possível pensar em liberdade em termos aqui sartrianos? O curso dos eventos traz uma nova situação onde o sujeito, em condições normais, reagiria diferentemente, até porque algumas possibilidades foram removidas para a escolha, substituindo antigas por novas.

O obstáculo, num primeiro momento, é visto como um empecilho ao curso natural do projeto, mas ele obriga o sujeito a contemplar novas possibilidades que se apresentam em novas oportunidades e ir de encontro a elas. Este passa a ser oportunidade de transcendência: ele nunca é escolha em si mesmo, mas a condição na qual o sujeito vai poder gozar de sua liberdade. Para exercê-la, o homem deve responsabilizar-se por ele, aceitando-o e tudo o que dele possa se originar. O projeto se delinea em novas rotas e o homem livre vai buscar novos caminhos, consciente de que seria diferente se não fosse o obstáculo imposto. Deste ponto de vista, a liberdade toma uma configuração muito pessoal. É inútil, portanto, tentar inventar definições que sejam comuns, além do que, cada situação dada mostra a capacidade de cada um sair do mesmo obstáculo com suas próprias respostas. Estar consciente de existir no mundo e sujeito às suas contingências é necessário para o homem a fim de que ele se renda incondicionalmente à sua liberdade.

Quando Sartre diz que “nunca fomos mais livres do que sob a ocupação alemã” (SARTRE, 1949, p. 11) ele quer dizer que todas aquelas medidas restritivas impostas pelos nazistas os faziam escolher e decidir constantemente, ainda que fosse pela resistência ou pela sobrevivência. A liberdade tem usualmente outras conotações porque, nos tempos de paz, as opções de escolha são em número maior, ou se os obstáculos forem em menor gravidade várias opções se apresentam. Neste caso, a liberdade passa despercebida pelas experiências vividas. A sociedade influencia as escolhas através da internalização dos valores adotados, donde deriva que a educação exerce importante papel no projeto individual. Pode-se sentir a

liberdade mesmo sem a pressão do determinismo, contudo precisamos sentir o conforto existente na relação determinismo-escolha-ação. Um exemplo poderia ser a vontade de soltar um grito na rua movimentada. Ora, as pessoas pensariam se tratar de pura loucura, (um grito vindo do nada), mas entenderiam se, após o grito, soubessem que ele foi feito por sentir vontade. Pode-se ser livre para agir mesmo sem o determinismo, pode-se mesmo agir sem razão aparente ou por mero impulso, numa liberdade de indiferença, contudo, o que dá sentido à ação é o ato pensado, racionalizado e ponderado, que só a escolha medida pelos valores internos pode justificar. O determinismo está sempre presente, mas de acordo com a compreensão de cada um. E esta compreensão se dá mais ou menos imposta pela sociedade a que se está acostumada, a tal ponto que a dependência dela torna-se quase imperceptível e a decisão está ligada a uma meta a que se propõe.

Uma proposta interessante, neste contexto, seria tomar o corpo como um obstáculo ao projeto. Assim, para se libertar deste “corpo obstáculo”, é preciso se valer de manobras complexas ainda não utilizadas anteriormente, pois toda mudança tem o poder de causar estranheza e medo. Bem, o medo se instala quando a ameaça sugere uma importante mudança no próprio corpo. Às vezes a submissão e a obediência podem se tornar um conforto ainda que com um sentido de má-fé. No sentido de existir, o homem está determinado por toda a sua vida às condições interferindo nas escolhas dentro da sua liberdade, ainda que ele possa viver a liberdade sem sentir de fato o determinismo que ela contém.

A identidade humana não é construída a partir de um modelo e com finalidade pré-definida. Ela trabalha num campo de saber que fala da experiência, de momentos vividos e registrados no inconsciente, que além de ser difícil de ser visto, quando o é nem sempre é belo ou agradável. Descobrir os níveis da *psiche* é que se descobrem as próprias questões, que foram tão magistralmente encobertas por um espírito pouco revelador e que, agora, quer que se mostre numa atitude de “natureza própria”. Na filosofia da existência, o concreto é que funda a essência, os atos de toda existência é que mostram os aspectos do projeto. Não há cientificismo (lei da causalidade) ou cálculos no projeto. Só existe a inventividade humana, porque não se podem generalizar regras da realidade como um todo, o que inclui o próprio homem. O homem não pode ser reduzido a qualquer coisificação. Ainda que a construção de si permaneça no âmbito da experiência possível, ele se caracteriza pela liberdade de ultrapassar os dedos da experiência.

É claro que o homem não está totalmente determinado por tudo que o cerca, embora não se possa negar que tudo o que o cerca o afete (corpo, infância, pais, educação, amigos, inimigos, passado, presente, etc). Ele vive num espaço e tempo bem definidos. E, este “tudo”

que cerca o homem não determina as escolhas dele, apenas o força a escolher, afinal de contas, é o homem que dá sentido às coisas e não o contrário, o mundo não é o espelho da liberdade é o lugar onde ela acontece. Sartre nota:

Aquilo não tinha sentido, o mundo estava presente em toda parte, à frente, atrás. *Antes* dele não houvera nada. Nada. Não houvera um momento em que ele pudesse não existir. Era isso que me irritava: obviamente não havia *nenhuma razão* para que aquela larva corrediça existisse. *Mas não era possível* que não existisse. Isso era impensável: para imaginar o nada, era preciso estar já ali, em pleno mundo, vivo e de olhos bem abertos; o nada era apenas uma ideia em minha cabeça, uma ideia existente flutuando naquela imensidão: esse nada não veio *antes* da existência, era uma existência como outra qualquer e surgida depois de muitas outras. (SARTRE, 2006, p. 169)

A existência se torna fixada ao passado porque não é mais possível modificá-la. De certa forma, pode-se entender a existência como algo do passado. Sartre fala da existência que se fez e não pode mais ser mudada: Inês, morta no inferno, diz a Estelle: “e não existe o menor vestígio seu na terra” (SARTRE, 2005c, p. 97). Na medida em que a morte sedimenta a existência, totaliza-a. A partir dela nada mais é possível para o projeto de ser, a não ser o resgate do passado pelas existências ainda em curso com as quais o Ser da morte coexistiu:

G – Não sonhei com esse heroísmo. Eu o escolhi. A gente é o que a gente quer ser.
 I – Então prova! Prova que aquilo não era um sonho. Somente os atos decidem a respeito do que a gente quis.
 G – Eu morri cedo demais. Não me deram tempo para executar os *meus* atos.
 I – A gente sempre morre cedo demais - ou tarde demais. E, no entanto, a vida está lá, terminada: a linha está traçada, agora é fazer a soma. Você não tem nada além da sua vida. (SARTRE, 2005c, p. 121)

As coisas são como são, os homens são o que desejam ser. O *Ser-Em-si* é absolutamente completo e impenetrável. O *Ser-Para-si* é absolutamente transcendência e não-Ser. O homem como consciência de existir reflete constantemente sobre aquilo que é ou que pode ser. Nem o corpo que o define como matéria existente antes de ser ou as condições em que ele vive podem suprimir qualquer possibilidade de ser, porque a consciência impede a atribuição de uma natureza fundadora. Do ponto de vista da filosofia, é preciso entender que a consciência é intencionalidade, ela está na maneira de não ser. A consciência sabe daquilo que ela não é. A obra de arte sugere impressões de um objeto ausente e provoca uma compreensão deste objeto, o sujeito da observação sabe da ausência do objeto, mas compreende ou apreende sua significação conforme a intenção da consciência imaginativa que o criou. Assim, a consciência não tem os conteúdos e os atos são respostas da maneira como os

objetos são vistos, a consciência comporta existência construída de irrealidade (de percepções).

É a partir dessa “distância” dos objetos que a consciência pode obter uma sequência de dados e, ao mesmo tempo, escapar dela para, do irreal, realizar um fim possível. Esta possibilidade de fugir do domínio espaço-tempo, Sartre chama de ser radicalmente livre. A consciência é, na verdade, a maneira pela qual o homem expressa a sua liberdade, o personifica porque ela se dá através de um corpo “meu corpo”, que é visto por outra consciência contida no outro corpo. Os olhares que se pousam simultaneamente revelando subjetividades. Esta consciência invisível toma forma através da personificação dos gestos e comportamentos que precisam estar com o Outro para se identificar (ser-para-outros). Há uma passagem particularmente interessante em *Entre Quatro Paredes* onde Garcin diz “o inferno são os outros” (SARTRE, 2005c, p. 125). Esta ideia vem do fato de que estar constantemente sob o olhar do outro não só permite ao Eu se identificar como “um Eu”, mas também o condena a um eterno julgamento que vem do olhar das outras subjetividades. Ora, deste prisma não há como escapar. O olhar do outro me define e me julga. Este é o inferno, para Sartre: não se é sem o olhar e não se pode ser totalmente livre sob ele; Gonçalves observa “por meio do olhar, meu corpo é revelado pelo outro como um Em-si, meu corpo é então alienado e minha facticidade objetivada. Aqui surge a experiência da timidez que Sartre afirma ser como ter consciência constante de seu corpo como é para o outro”. (GONÇALVES, 2012, p. 71)

Ser olhado o tempo todo lembra ao *Para-si* que ele é objeto de outro *Para-si*. Esta posição não é confortável, até porque à medida que um *Para-si* vê outro *Para-si*, ele julga acentuando aquilo que se mostra. Este Outro como que barra momentaneamente a transcendência, toma o sujeito, congela o projeto de ser. Na presença do outro, um único que seja, ele vai arrebatá-lo a existência do Eu neste momento, é existência fora de si, efêmeramente um *Em-si*, um inferno! Ao superar este inferno o Eu se fortalece, o momento da objetivação precisa ser superado, transcendido, pois o testemunho das ações julga e cobra uma mudança, então é preciso escolher para o melhor, para ser livre. O olhar que define o *Para-si*, tenta rotulá-lo, pois alienação é fundamental na construção da existência, a “minha apreensão do outro no mundo como *sendo provavelmente* um homem é minha possibilidade permanente de *ser-visto-por-ele*, ou seja, a possibilidade permanente para um sujeito que me vê de substituir o objeto visto por mim” (SARTRE, 2003, p. 332).

Seria possível o homem estar impotente diante desta condição do olhar? E como escapar desta situação com os olhos desnudando a intimidade, muitas vezes escondida do

próprio sujeito, o olhar que julga vê o que nunca foi visto, descobre o segredo que “Eu sou”. Como quando Garcin, pergunta à Inez “Você vai me ver para sempre?” e ela responde, “Pra sempre.” Estelle, tomada pelo desespero mal se contém, “Pra sempre, ai, meu Deus, que coisa impressionante! Garcin, Pra sempre!” (SARTRE, 2005c, p. 125). Este estado de coisas provocado pela sentença de nunca mais poder estar só, onde a impossibilidade de fugir do julgamento olhar do outro, vendo-o realmente como ele é, cumprindo a sentença que coloca o sujeito exposto na vitrine transparente, tal qual a um manequim, lembra o tempo todo como o sujeito do olhar é: sem descanso, sem desculpa, enfim, sem liberdade. Perceber o olhar do outro implica reconhecer que não se vive sozinho, independente dos caprichos do outro, não é possível ignorar que é com o outro que o relacionamento se dá, num reconhecimento mútuo e recíproco entre consciências criando a própria história e a história de todos.

2.3 AÇÃO E LIBERDADE

A vontade é a estrutura da ação, ela se dá ao tomar conhecimento da falta ou da negatividade. Só se pode criar algo de novo quando se constata a carência deixada pela lacuna percebida pelo desejo. Assim, primeiro sentir a falta, depois criar as condições para iniciar a ação de superá-la. Permanece-se dentro do domínio da possibilidade, o que significa que o homem deve ser capaz de realizar suas ações sem esperar qualquer outra possibilidade sobre-humana. Ele vai ao encontro do mundo, que vem ao seu encontro para se adaptar à vontade do sujeito. Como avalia Sartre:

Enquanto imerso na situação histórica, o homem sequer chega a conceber as deficiências e faltas de uma organização política ou econômica determinada, não porque “está acostumado”, como tolamente se diz, mas porque apreende-a em sua plenitude de ser e nem mesmo é capaz de imaginar que possa ser de outro modo. Pois é preciso inverter aqui a opinião geral e convir que não é a rigidez de uma situação ou os sofrimentos que ela impõe que constituem motivos para que se conceba outro estado de coisas, no qual tudo sairá melhor para todos; pelo contrário, é a partir do dia em que se pode conceber outro estado de coisas que uma luz nova ilumina nossas penúrias e sofrimentos e *decidimos* que são insuportáveis. (SARTRE, 2003, p. 538)

Sartre compreende que a ação se dá pelo despertar de algo que nos traz a dor e, para sair deste estado de quase alienação, há a *vontade*, juízo este obtido pela possibilidade livre de mudar uma situação de falta apenas tolerada. A ação se reflete no ato *intencional*. Dito de outro modo, a ação é motivada por um fim e é originada num motivo. O motivo da ação está num tempo passado, mas é no presente que o ato se dá. Disto decorre que “falar de um ato sem motivo é falar de um ato ao qual faltaria a estrutura intencional de todo ato, e os partidários da liberdade, ao buscá-la no nível do ato em vias de execução, só poderiam acabar tornando-a absurda” (SARTRE, 2003, p. 540).

Pode-se pensar, então, que todo fenômeno seria causado por algo *a priori*, contudo, é preciso ter em mente que o *motivo*, aquele que dá início ao processo da ação, deve ser *experimentado* ou definido pelo *Para-si* como tal. Não se trata de uma tematização da ação futura, mas tão somente da concepção como um elemento de *valoração* que deve manifestar-se para efetivá-lo, para não correr o risco de perder-se no não-ser.

É somente porque escapo ao Em-si nadificando-me rumo às minhas possibilidades que este Em-si pode adquirir valor de motivo ou móbil. Motivos e móbeis só tem sentido no interior de um conjunto projetado que é precisamente um conjunto de não-existentes. (SARTRE, 2003, p. 541)

O movimento em direção à mudança só é possível quando se percebe a transcendência como possível, quando identificado o grau de valor atribuído no resultado da ação (optando pelo agir ou pelo não em agir). Não se pode permanecer impassível, é preciso ir em direção deste possível, “uma vez que o projeto já está resolvido rumo a uma mudança não se distingue do ato, é em um único surgimento que se constituem móbil, ato e fim. [...] O ato é a expressão da liberdade” (SARTRE, 2003, p. 541).

Não se pode encontrar na liberdade nenhuma estrutura que a defina, visto que por não estar descrita dentro da lógica ela não tem essência. “Então, como descrever uma existência que se faz perpetuamente e nega-se a ser confinada em uma definição?” (SARTRE, 2003, p. 542). A esta pergunta quase paradoxal, Sartre responde com a afirmação pura e descomplicada que a liberdade é o elemento fundante com a qual todas as essências se constituem. Com isto, ele quer dizer que a liberdade não se define na busca de construir as possibilidades do homem. E ele transcende o mundo para buscar suas essências, de modo que este movimento antecede à essência, o ato já é expressão de liberdade que o *cogito* alicerça. Ela interage com o exterior, posicionando a essência do *Em-si* no seu momento no mundo.

Ao mesmo tempo em que a liberdade é possibilidade, é também angústia, porque sugere constantemente ação pela vontade muitas vezes caprichosa, pelas decisões tantas vezes difíceis. O projeto humano tende para a totalização, mas a cada passo em sua direção, mostra outro passo que antecede ao próximo e, assim, o projeto se finaliza. A morte, enfim, totaliza o ser histórico, mas enquanto projeto liberdade, obriga o homem a fazer-se. “Para a realidade humana, ser é escolher-se: nada vem de fora, ou tampouco de dentro, que ela possa *receber* ou *aceitar*” (SARTRE, 2003, p. 545). Não há conforto para a liberdade humana, não há desculpas, ela é sempre, não há meia liberdade, ou negativas, pois se houvesse qualquer *preenchimento* do homem *a priori*, este já não seria totalmente livre.

O *Para-si* (sem alguma predeterminação) não pode ser apenas uma escolha. Na sua indeterminação uma infinidade de possibilidades se apresenta e ele tende para uma decisão numa determinada ação intencional. Este é o movimento que descreve previamente ao homem a realidade humana na qual se constitui. Ao homem tudo está por fazer. O nada de ser da consciência, seu poder de nadação e transcendência são: ação e liberdade. Dizer que o *para-si* tem de ser o que é, dizer que é o que não é, não ser o que é, “tudo isso é dizer uma só e mesma coisa, a saber: que o homem é livre” (SARTRE, 2003, p. 543). O ser humano não pode ser definido como uma coisa. Superando o estado de coisas, este nada de ser, que permeia a ação e implica em liberdade, surge a consciência, se criando livremente.

A relação entre o mundo das coisas *Em-si*, que permanece como independente da consciência e liberdade é a situação. Ela se dá somente através da consciência e vive à luz destes projetos. Na verdade, nenhum objeto do mundo tem significação em si, só pode ser por causa do que se quer que os elementos da condição objetiva possam aparecer para o Eu como resistência ou como uma ajuda (nada mesmo determina o valor de viver mais que de morrer). Assim, “não há obstáculo absoluto, mas o obstáculo revela seu coeficiente de adversidade através das técnicas livremente inventadas, livremente adquiridas” (SARTRE, 2003, p. 601), cada um, colocando seus próprios fins, define e organiza cada vivência segundo seus *motivos e móveis*, dando valor, significado e interesse para o mundo *Em-si*. O mundo do *Em-si* não limita a ação, ele a condiciona, porque a liberdade é a relação do *Para-si* com seus *Em-si*. A realidade humana se manifesta e se desdobra nesta dimensão, que é a situação constituída de um polo em si bruto, transcendente da liberdade absoluta, pura imanência. Ele dá através deste valor, significado e interesse para o mundo *Em-si*.

Neste sentido, podemos dizer que cada *Para-si* cria livremente seu mundo. O homem é o resultado dessa articulação, pois acredita que o “tecido cerebral” do *Para-si* e do *Em-si* parece particularmente “apertado” para ter uma ideia da magnitude dessa relação. De fato, parece que não existe liberdade absoluta ou determinismo absoluto, uma vez que é condicionada, canalizada por um *Em-si*, que é independente dela, mas se dirige a ela e a transcende. A liberdade é condicional, canalizada, não impedida pelo fato de que por si só permite a sua expressão. A morte, o passado ou o lugar são elementos que a consciência nadifica ativamente, modifica e interpreta à luz do projeto, bem como todos os existentes em torno dela (que é lembre-se, inacessível ela mesma). A liberdade do *Para-si* é, portanto, interpretar uma situação particular no mundo.

O homem, privado de qualquer determinação, é confrontado com uma infinidade de possibilidades. Ele deve escolher entre suas ações, o que implica uma intenção e uma projeção para o que não é, para o nada. Nada poderia, em última análise, justificar a sua ação pela própria vontade. Ele pode escolher os seus fins e agir fundado em como pode mudar a qualquer momento em situação. No entanto, a liberdade não é a própria fundação. Em vez disso, *o homem é jogado no mundo*, é um fato puro. Ele é forçado a ser livre para escolher, é o que Sartre chama de facticidade. A existência é uma contingência e, portanto, a liberdade é uma necessidade devido à estrutura da consciência. Estar condenado à liberdade é poder ser sempre diferente, o homem deve suportar sua irredutível gratuidade. Por sua facticidade e contingência, a liberdade é um absurdo!

O homem pode ser encontrado na existência em um estado de obrigação de se escolher. A angústia é consciência mesma da contingência, das escolhas, das ações. Na verdade, o homem não tem originalmente algum valor a que se apegar. O sujeito sabe que tudo o que ele faz poderia ser de outra forma uma vez que se descobre como o nada injustificável profundo e absurdo. Escolher um valor e um fim reside no número infinito de possibilidades. Os fins que a consciência projeta só encontram justificação na simples vontade. É, de fato, a apreensão da evidência de que se está em uma situação. A angústia é o reconhecimento da liberdade e da responsabilidade como inevitável. A rendição é a consciência de que a existência é contingência e que nada a justifica.

Ser consciência é estar constantemente presente na existência com objetos, recusando a ser objetos, ou em outras palavras, ela rejeita ser essência de se preencher com conteúdos externos ao Eu. Tais conteúdos são encontrados nos objetos que mobilham o mundo. É somente pelo existir que existem as condições possíveis de entender os objetos, entender ser o que eles realmente são. Sem estas situações, o homem não é.

O homem, tal como o concebe o existencialista, se não é definível, é porque primeiramente não é nada. Só depois será alguma coisa e tal como a si próprio se fizer. Assim, não há natureza humana, visto que não há Deus para a conceber. O homem é, não apenas como ele se concebe, mas como ele quer que seja, como ele se concebe depois da existência, como ele se deseja após este impulso para a existência; o homem não é mais que o que ele faz. (SARTRE, 1973, p. 12)

Ora, se não há natureza humana, Deus ou outra fonte de conforto, como estabelecer valores de bem e mal? Se tudo é resultado da razão humana, de onde buscar os limites da liberdade? Não há um porto seguro para a humanidade. Sem a presença de Deus não existe punição divina, tudo passa a se resolver no âmbito do mundo. O homem se faz e se refaz constantemente situado, e a consciência sabe onde e quando está solta no mundo! Nota-se a extrema liberdade sartriana, em que o Ser situa-se nas condições que a natureza do mundo lhe oferece. Não existe um pouco livre, é livre ou não é existência. Perdigão observa:

A liberdade surge graças ao Em-si em bruto, sem o qual ela não existiria. Mas, paradoxalmente, a própria noção de “situação” também só existe por causa da liberdade. Não há uma coisa sem a outra. Evidentemente, não escolhemos a situação: o que elegemos é a nossa atitude em face dela e o que fazemos dela. O mundo se me revela de maneira como uso dos meus fins e é dotado de sentido conforme a minha livre escolha. O importante, pois, é o que fazemos daquilo de somos feitos, chame-se a isso situação, estrutura, natureza ou outra designação qualquer: o importante é o nosso projeto livre de superar a facticidade e o dado pela ação. (PERDIGÃO, 1995, p. 104)

Para o homem, toda ação refere-se à afirmação de uma vontade, toda ação é intencional, e esta intencionalidade está diretamente ligada à temporalidade. A consciência que age, busca um futuro ainda inexistente que ela pretende criar. Aquilo que motiva a ação é a perspectiva de uma realidade que está no futuro, vindo ao seu encontro. O existencialismo coloca o homem no epicentro dos seus atos, preparando-o para enfrentar as suas criações pelos valores escolhidos.

O homem é o sujeito de sua história, cria a própria honradez observando os referenciais escolhidos para determinar os seus deveres morais e seu compromisso ontológico, é simultaneamente parte da história da humanidade como um todo. Na sociedade, se descobre um ser político, *zoon politikon*¹¹. Ao mesmo tempo em que se produz, produz a realidade social numa dialética incomum. A liberdade surge do fato contingente, não é propriamente uma conquista que venha adornada de premiação, ela é o dia a dia, a interpretação particular do senso comum. O homem é realidade empírica (biológica, psicológica, cultural). Com isso, ser é escolher-se. Note-se que do ponto de vista da moral, *pode* e *deve* tem conotações particulares que não devem ser negligenciadas. O homem é, então, presença de Ser no mundo, entregando-se incessantemente às ações. Ao fazer-se, ele se afirma como agente de seu destino.

Escolher não é optar ao acaso por isto ou aquilo, é transcender a situação em que esteja na direção das possibilidades que o mundo, contingentemente, lhe apresenta indicando ao homem um futuro possível de realização. O futuro se apresenta através do seu engajamento no mundo que se configura o *dever*. “Porque o ser é ser do *dever* e, por isso, acha-se para-além do *dever*. É o que é; isso significa que, por si mesmo, sequer poderia não ser o que é” (SARTRE, 2003, p. 39).

A característica da liberdade é colocar o ser humano em movimento no seu projeto, e auxiliá-lo a reconhecer as significações do mundo. As pessoas se comprometem de maneira diferente, ainda que, vivendo as mesmas experiências, cada corpo recebe um estímulo de forma particular (fisiologia), cada um interpreta seus estímulos de maneira diferente (situação). A explicação para tal se encontra no fim desejado, nas motivações que os levam para o futuro. Em síntese, o projeto de Ser de cada um depende do nível do compromisso assumido. Segundo Garcin, em *Entre Quatro Paredes*, “cada um de nós tem muito o que fazer consigo mesmo. Acho que eu poderia ficar dez mil anos sem falar nada” (SARTRE, 2005c, p.

¹¹ *Zoon politikon* - Animal Político, é uma expressão usada pelo filósofo grego Aristóteles de Estagira (384-322 a.C), para descrever o homem como um animal racional que necessita pensar a interação social existente entre a pólis e o cidadão.

64). Liberdade não significa dizer o que quer, mas fazer acontecer aquilo que quer. Liberdade significa se determinar a querer, não no que se refere à moral, mas sim, à ontologia.

2.4 A LIBERDADE E O TEMPO

Em termos sartriano, o homem está condenado à liberdade, sem limites? Não, os limites estão presentes na forma de corpo (matéria), e estando no mundo, tem um tempo determinado, portanto está em situação. Em sociedade divide seu espaço e seu tempo com outras subjetividades, e claro, ele sabe que há a morte. Para ser livre, este homem deve acreditar que pode lidar com todos estes elementos causais e tangenciam seu projeto. Está claro que não se pode modificar nem a si próprio nem os eventos aleatórios que vão acontecer (neste contexto: destino, determinismo). A sequência indeterminada de eventos obriga ao homem se inserir nas intrincadas redes dos fatos. Sartre argumenta:

A história de uma vida, qualquer que seja, é a história de um fracasso. O coeficiente de adversidade das coisas é de tal ordem que anos de paciência são necessários para obter o mais ínfimo resultado. E ainda é preciso “obedecer à natureza para comandá-la”, ou seja, inserir minha ação nas malhas do determinismo. Bem mais do que parece “fazer-se”, o homem parece “ser feito” pelo clima e a terra, a raça e a classe, a língua, a história da coletividade da qual participa, a hereditariedade, as circunstâncias individuais de sua infância, os hábitos adquiridos, os grandes e pequenos acontecimentos de sua vida. (SARTRE, 2003, p. 593)

Pensar no absurdo significa dizer que não se pode explicar o nascimento ou a morte, para estes fatos não há justificativa plausível. Do nascimento não se escolhe “se”, quando, como ou onde, sequer existe a consciência do Ser que vai nascer. A morte se dará da mesma forma que no nascimento, com uma diferença: a consciência de que ela virá e que não há nada que se possa fazer. A vida se faz de uma escolha que não se fez, e a morte se fará ainda que não se faça a escolha. Na constatação de “ser-para-a-morte¹², que faz de minha morte minha possibilidade mais essencial, a esta morte "ôntica" que terei, pelo encontro com tal ou qual existente externo”, pois se vive a morte oculta no mundo, o homem angustia-se diante de si mesmo (SARTRE, 2003, p. 321).

Ser livre não significa se livrar de dificuldades e dos limites para simplesmente fazer, mas encontrar na resistência do mundo a possibilidade de realizar os desejos que estão inscritos no projeto. Não se sonha a liberdade, para que ela exista, tem que estar no campo da

¹² Em Heidegger, a morte não é somente uma categoria metafísica, mas está implicada na existência particular e única de cada pessoa e suas possibilidades (*Dasein*). Ele cunhou e usou a expressão *ser-para-a-morte* (*Sein zum Tode*), de modo hifenizado, para marcar a morte como individualizada ou única de cada um. Ressalte-se o termo *para*, que aqui indica o curso em si, para o fim. No *Dasein* “enquanto ela é, sempre se acha algo pendente, que ela pode ser e será” (HEIDEGGER, 1989, p 12).

ação humana. Os sonhos são da ordem do abstrato e da idealização, mas não são liberdades. Ser livre é agir, pois ficando no sonho o Eu se perderia em si mesmo, portanto, não poderia distinguir o real do não real.

Se a liberdade é feita a partir das escolhas, então tais escolhas na medida em que libertam, também comprometem o Ser da escolha. É importante lembrar que as significações se dão a partir das significações já existentes, o homem se faz pelo que outros já fizeram e se fizeram o mundo já vem “viciado” por outras percepções que o sujeito adota num complexo modo de relacionar-se.

Sartre ressalta que é no lugar onde o sujeito existe concretamente que ele se situa e se reconhece como resistência corporal, estabelecendo as suas redes de relacionamento. É assim que o *para-si* dá início ao seu projeto. Sartre fala que é impossível ser sem ter um espaço, porque a relação com o mundo ancora o sujeito em seu lugar, e o mundo não poderia se manifestar de outra maneira que não segundo as leis da física. Ao mesmo tempo em que promove a segurança, o seu espaço o perturba, pois é através dele que o sujeito se descobre limitado, que de alguma forma este seu lugar já foi escolhido para ele e agora só lhe resta ocupá-lo, o que é um contra senso da liberdade absoluta. Existem obstáculos concretos que independem da vontade ou escolha (ser homem ou mulher, por exemplo), “objeções que remetem justamente aos “limites” que minha situação de fato iria trazer à minha livre escolha de mim mesmo” (SARTRE, 2003, p. 592). É possível entender a partir daqui que existe uma limitação (faticidade e contingência) intrínseca ao homem e que quanto a isto ele nada pode fazer que a partir do nascimento é possível mudar o espaço ocupado pelo Ser. Ou o ambiente que limitará o homem, mas é preciso que fique claro: é só porque se está no mundo que existem os limites, é a existência humana que põe a liberdade em discussão. Não havendo a existência humana, não há razão para questioná-la. Como Sartre diz:

Se há uma extensão, nos limites da qual eu me apreendo como livre ou não-livre, uma extensão que a mim se mostra como auxiliar ou adversa (separadora), só pode ser porque, antes de tudo, *existo* meu lugar, sem escolha, também sem necessidade, como puro fato absoluto de meu *ser-aí*. Sou *aí*: não aqui, mas *aí*. Eis o fato absoluto e incompreensível que está na origem da extensão, e, conseqüentemente, de minhas relações originais com as coisas (com estas coisas, mais do que com aquelas outras). Fato de pura contingência - fato absurdo. (SARTRE, 2003, p. 604)

Num primeiro momento, pode-se pensar a liberdade como algo incompatível com o existir, mas é bom lembrar que só é liberdade porque é significação, é transposição de obstáculo, só pelo ato de ir em frente se percebe a liberdade. Se tudo fluísse pacificamente,

como seria possível saber em que condições estariam estas subjetividades, como saber da liberdade se não existem entraves, como saber da luz sem a escuridão? Existir em matéria (corpo) significa ocupar um espaço determinado, que significa o limite, e se há limite, há o obstáculo. Se há o obstáculo, há a superação. Se há superação, há escolha e, se há escolha, há a liberdade. Enquanto houver a vida, haverá a liberdade, pois desta condenação, só a morte liberta. Nota Sartre:

Assim, a própria liberdade cria os obstáculos de que padecemos. É ela mesmo que, posicionando seu fim - e escolhendo-o como inacessível ou dificilmente acessível - faz aparecer nossa localização como resistência insuperável ou dificilmente superável aos nossos projetos. Também é ela que, estabelecendo as conexões espaciais entre os objetos como tipo primordial de relação de utilidade, e decidindo a respeito das técnicas que permitem medir e franquear as distâncias, constitui sua própria *restrição*. (SARTRE, 2003, p. 608)

O mundo está repleto de objetos que, junto com os homens, estão por aí. Quando as escolhas são feitas é que estes *Em-si* vão mostrar de fato qual a relação direta com o *Para-si* e qual o grau de adversidade que se dará nesta relação que só será revelada quando as escolhas forem acontecendo. “O mundo dado só se revela como “resistente”, “favorável”, “indiferente”, etc., na dependência de meus fins, que coloco livremente e que irão iluminar a realidade objetiva com esse ou aquele sentido” (PERDIGÃO, 1995, p. 96). O objetivo do projeto está fora do sujeito, ao ir ao seu encontro, invariavelmente os obstáculos surgirão, mas os limites da liberdade são aqueles a que ela mesma se impõe. Escreve Sartre:

A liberdade, portanto, encerra a existência de arredores a modificar: obstáculos a transpor, ferramentas a utilizar. Por certo, é a liberdade que os revela como obstáculos, mas, por sua livre escolha, não pode fazer mais do que interpretar o *sentido* de seu ser. É necessário que estejam simplesmente aí, em bruto, para que haja liberdade. Ser livre é *ser-livre-para-fazer e ser-livre-no-mundo*. Mas, sendo assim, a liberdade, ao reconhecer-se como liberdade para mudar, reconhece e prevê implicitamente em seu projeto original a existência independente do dado sobre o qual se exerce. (SARTRE, 2003, p. 622)

Na liberdade subentende-se que ela revela os obstáculos à subjetividade, e que ela mesma oferece-lhe a abertura para os sentidos e as interpretações possíveis para a superação. Cada *Para-si* tem ao seu dispor o seu “arredor”, e que fique bem claro que, mesmo que a liberdade não o escolha, ele ainda estará lá. Para o *Em-si*, o tempo não passa, sequer existe. Completo, ele não muda, mas tem a capacidade de provocar a mudança, na escolha o homem age sobre ele dando um toque de humanização. Para os objetos isto não fará diferença, porque eles não dependem do homem para ser, eles simplesmente são, para o homem significar,

significa. “Fazer é, precisamente, mudar aquilo que, para existir, não necessita de outra coisa que não si mesmo; é agir sobre aquilo que, por princípio, é indiferente à ação e pode prosseguir sem esta sua existência ou seu porvir” (SARTRE, 2003, p. 622).

O entorno ao sujeito existe e é preciso saber lidar com este externo para que a construção do projeto seja possível, até porque é a partir destes objetos que a realidade vai se revelar ao sujeito. Diz Sartre sobre o projeto de ser:

Eu me submeto; os sinais acrescentam ao coeficiente de adversidade que faço surgir sobre as coisas um coeficiente propriamente humano de adversidade. Além do que, se me submeto a esta organização, dela dependo: os benefícios que me proporciona podem esgotar-se. [...] submeto-me aos fins de uma realidade humana *qualquer* e realizo-os por meio de técnicas *quaisquer*: portanto, sou modificado em meu próprio ser, posto que *sou* os fins que escolhi e as técnicas que os realizam - fins quaisquer, técnicas quaisquer, realidade humana qualquer. Ao mesmo tempo, uma vez que o mundo só me aparece através das técnicas que utilizo, também o mundo é modificado. Esse mundo, visto através do uso que faço da bicicleta, do automóvel, do trem, de modo a percorrê-lo, revela-me um rosto rigorosamente correlato aos meios que utilizo, o rosto, portanto, *que oferece a todos*. Dir-se-á que, a partir daí, evidentemente, minha liberdade me escapa por todos os lados: já não haveria *situação*, enquanto organização de um mundo significante à volta da livre escolha de minha espontaneidade; haveria um *estado de coisas* que me é imposto. (SARTRE, 2003, p. 628)

Nesta direção, não são os arredores (*Em-si*) que vão barrar o projeto, somente a importância a eles dada é que podem barrar a liberdade. Quem se determinar a ser recordista olímpico o será. Ainda que haja impedimento físico para um esporte, ele pode optar por outras modalidades nas quais sua incapacitação não faria diferença. Superada a dificuldade, escolhe-se e vive-se a sua escolha. É o projeto que faz as ações parecerem impossíveis, não as escolhas. Se não se pode atirar, então nade, o resultado será o mesmo, recordista olímpico. Sartre exemplifica:

Se os fins que persigo pudessem ser alcançados por desejo puramente arbitrário, se fosse suficiente desejar para obter, e se as regras definidas não determinassem o uso dos utensílios, eu jamais poderia distinguir em mim mesmo o desejo da vontade, nem o sonho do ato, nem o possível do real. Nenhum projeto de mim mesmo seria possível, posto que bastaria conceber para realizar; por conseguinte, meu ser-Para-si iria aniquilar-se na indistinção entre presente e futuro. (SARTRE, 2003, p. 413)

Sartre nota que aquilo que circunda o *Para-si* não pode ser desculpa para negar a liberdade, sob o risco de configurar a má fé, mas se ainda assim acontecer, ainda será por mera escolha. Tudo o que cerca o *Para-si* não é impedimento total da liberdade. Como foi dito, é apenas oportunidade para exteriorizar ao ato livre e reiniciar o projeto constantemente.

O passado como registro histórico das escolhas do *Para-si* tem a função de dar o suporte para a liberdade, sustenta o presente para garantir as escolhas futuras. Ele não é um limite da liberdade, e sim, marcas que podem ser ressignificadas, cujas experiências podem servir de referência. O passado guarda, ainda, as memórias do que se foi, mas que não pode ser modificado, como irremediável que é, configura-se num *Em-si*:

A liberdade tem-de-ser seu próprio passado, e esse passado é irremediável; parece inclusive, ao primeiro contato, que ela não pode modificá-lo de forma alguma: o passado é o que é, fora de alcance; é aquilo que nos infesta à distância, sem que possamos sequer virar o rosto para observá-lo. Se não determina nossas ações, ao menos o passado é de tal ordem que não podemos tomar uma nova decisão a não ser *a partir dele*. (SARTRE, 2003, p. 610)

A liberdade é escolha para um fim que está em função do passado, daí que, o passado é unicamente em função do que foi anteriormente escolhido, existe no passado o imutável. A morte, como elemento futuro e parte do projeto de ser, é um evento da vida humana, e enquanto consciência é um limite da liberdade e da existência. Da morte pouco se sabe, mas o que é sabido coloca o *Para-si* de frente com uma realidade inalienável, coloca-o em contato com o “não-humano”, como diz Sartre, e se é não-humano a morte não pode ser experienciada, ela simplesmente define o ponto onde o *Para-si* abandona o corpo para o *Em-si*. Ela faz parte de uma série de eventos que formarão o projeto de ser, o último movimento do homem na vida é se resignar a ela, já não é mais o desconhecido que limita os movimentos humanos, mas o fenômeno de cada um, individualizado e único que faz da vida vivida um absoluto. Todo ser é responsável pela correta condução de sua vida tanto quanto o é em relação à morte. Sabendo que este encontro é inevitável, toda a vida ganha uma dimensão maior, de única chance, pois o jogo não se repete. A vida não pode ser reiniciada. Não tratá-la de forma responsável é como dirigir um carro numa auto-estrada em alta velocidade e numa noite de neblina intensa. A morte estará à espera e em qualquer ponto do caminho. É certo que todo ser o é para a morte, mas a vida irresponsável é também de má-fé.

Era suficiente considerar a morte como último termo *pertencente à série*. Se a série recupera assim o seu "terminus ad quem"¹³, precisamente por causa deste "ad" que indica sua interioridade, [...] a morte é um termo da série considerada, e, como se sabe, cada termo de uma série está sempre presente a todos os termos da mesma. Mas a morte assim recuperada não permanece simplesmente humana, mas torna-se *minha*; ao interiorizar-se, ela se individualiza; já não é mais o grande incognoscível que limita o humano, mas o fenômeno de *minha* vida pessoal que faz desta vida uma vida única, ou seja, uma vida que não recomeça, uma vida na

¹³Limite para alguém.

qual não podemos ter uma segunda chance. Com isso, torno-me responsável por *minha* morte, tanto quanto por minha vida. (SARTRE, 2003, p. 652)

Note que morte não dá sentido à vida, nem sequer a justifica. Por que viver se a morte é inevitável? A vida sim é que dá sentido à morte, todo o sentido que o *Para-si* escolher dar. É preciso fazer a vida valer a pena ser vivida, todos os dias, para que ela não precise ser abreviada. É preciso se perguntar todo dia para que viver, e responder: porque negar a vida é negar todo o passado vivido, é negar tudo o que foi construído até agora, é negar ter estado no mundo. Quando um jovem morre, todos sentenciam: morreu cedo demais, mas qual é a idade certa para morrer? A morte é sempre interrupção de algo em andamento, do projeto que não se acabou, ela é sempre barreira para *o devir*.

A diferença entre morrer cedo ou tarde leva a refletir, pois esperar para morrer na velhice seria aceitar uma possibilidade muito limitada de escolhas (se vou morrer aos tantos anos, não há porque inovar o projeto). Se for para morrer jovem, de saída o projeto já está falido. A morte precisa ser surpresa para encontrar o *Para-si* pleno de existência e tocando seu projeto. Então, a vida é de inteira responsabilidade do *Para-si* e a morte será aquilo que os outros significarem. Descreve Sartre:

[...] aparece claramente a diferença entre a vida e a morte: a vida determina seu próprio sentido, porque está sempre em suspenso e possui, por essência, um poder de autocritica e autometamorfose que faz com que se defina como um “ainda-não”, ou, se preferirmos, como mudança daquilo que é. A vida morta tampouco cessa de mudar por ser morta, mas não se faz: *é feita*. Significa que, para ela, os dados estão lançados, e que, daqui por diante, irá sofrer suas mudanças sem ser, de forma alguma, responsável por estas. Não se trata apenas de uma totalização arbitrária e definitiva; além disso, trata-se de uma transformação radical: nada mais pode lhe *ocorrer* a partir do interior; está inteiramente fechada, e nada mais pode ser feito para penetrá-la; mas seu sentido não deixa de ser modificado pelo lado de fora. (SARTRE, 2003, p. 665)

Curiosamente não se tem notícia da própria morte, tudo o que se sabe vem da morte do outro. Absurda que é, tanto quanto a vida, a morte chegará decretando o fim do projeto, em qualquer ponto dele, silenciosa, inesperada, chocante, mas infalível. Ela mostra o limite, mas curiosamente o *Para-si* não a conhecerá, porque já não estará lá. “A liberdade que é *minha liberdade* permanece total e infinita; não que a morte não a limite, mas por que a liberdade jamais encontra este limite, a morte não é, de forma alguma, um obstáculo para meus projetos; é somente um destino” (SARTRE, 2003, p. 671). Destino porque não se é livre para escolher não morrer, mas todo homem é um mortal que é essencialmente livre. Os limites que se apresentam não formam barreiras absolutas sobre a liberdade sartriana, pois a liberdade só

tem sentido se houver o limite. Ser livre não é fazer tudo, ser livre é poder escolher fazer todos os possíveis.

SARTRE E A MORAL

3.1 ESBOÇO DE UMA TEORIA MORAL

Uma resposta para as questões morais levantadas em *O Ser e o Nada* não está no polémico texto *O Existencialismo é um Humanismo*, que, de estilo mais laico, trouxe ao público a originalidade transcrita no denso texto. Os *Cahiers pour une Morale*, publicado postumamente, trouxera, em seu Prefácio, os textos escritos entre em 1947 e 1948, contendo um desenvolvimento mais avançado e articulado da moral de Sartre. Estes textos inacabados, escritos enquanto Sartre era prisioneiro de guerra, colocam alguns problemas de interpretação. O livro é dividido em *Cahier I* e *Cahier II*, *Appendice I* e *Appendice II*, tão somente.

No seu conteúdo, Sartre fala de alienação, de um plano para uma moral, da relação entre moral e história, da teoria da história e uma seção intitulada de "Conversão". Frases como: “não espere uma moral completa de esperança”, “os homens são ignóbeis” ou “é preciso amá-los por aquilo que poderiam ser, não por aquilo que são” (SARTRE, 1983, p. 15)¹⁴, revela um Sartre um tanto cético. O que esperar de um prisioneiro dos nazistas?

Ainda não há uma análise mais detalhada e profunda sobre este texto, que sequer foi traduzido para o português. Nota-se que as ideias de Sartre nos *Cahiers* parecem apontar para direções opostas. Encontra-se parte de um humanismo, como deparado na ética kantiana, a busca de um princípio soberano, mas traz ainda a afirmação de que o imperativo categórico, nos moldes de Kant, não é o bastante para se fazer uma escolha concreta, numa aporia perturbadora.

Ao que parece, nesta obra, Sartre não se contenta mais com uma ética intrínseca e visceral (como a desenvolvida em *O Ser e o Nada*). Ela se divide em ontológica, sim, mas inclui agora o contexto histórico. Quando ele pretende deduzir a moral dos processos ontológicos, percebe que não há elementos suficientes e que isso não é viável, porque não tem estruturas prévias no campo ontológico da ação humana. A moral leva em conta a relação de si mesmo, a dos outros e a do mundo, é a imagem de fundo no quadro ontológico onde se dá

¹⁴ Ne vous attendez pas à une morale pleine d'espérance. Les hommes sont ignobles. Il faut les aimer pour ce qu'ils pourraient être, non pour ce qu'ils sont.

toda ação humana. O ser humano oscila entre o olhar de si mesmo, a má fé, a sinceridade, o sadismo e o masoquismo, no entanto, a tarefa é atribuída à moral de Sartre.

Alguns relacionamentos positivos e válidos estão esboçados em *O Ser e o Nada*, a saber, o olhar de si mesmo que Sartre chama de "autenticidade" e que funda-se na livre aceitação da relação "não ser, ser" e "ser, não ser". No relacionamento com o outro, Sartre aponta a necessidade do reconhecimento das liberdades (é possível que não se tenha uma relação direta um com este outro, mas o sujeito da ação se vê envolto por ele), dos valores projetados pelo Outro e captados pelo Eu, e dos fins a que se destinam. Reconhecer a liberdade do outro não é se apropriar dele ou de seu projeto, mas buscar alcançar aquele objetivo como sendo o seu, completando-o. É não querer o fim pelo fim, mas querê-lo enquanto vontade do outro, pois o fim é o objetivo dele e não deve ser imposto por outra subjetividade. Há, pois, no olhar do outro, uma que se manifesta pela importância de ser livre por meio da compreensão, do altruísmo e do auto-sacrifício, da generosidade, do amor e pelo convite à liberdade deste outro. Este é o significado da expressão: entender a liberdade como um valor no contexto social. Há, portanto, para Sartre, um imperativo que exige um livre reconhecimento das mútuas liberdades.

A sua ética, por conseguinte, se reveste de uma concepção universalista, nos moldes da tese de que o livre reconhecimento de uma liberdade própria implica diretamente na liberdade de outro, se aproximando da ideia kantiana dos fins de suas máximas. Ao que parece, quando Sartre escreveu *O Ser e o Nada*, ele tinha a intenção de limitar sua moral no caráter ontológico, mas nos *Cahiers* ele declara que a liberdade não é jamais abstração do Eu, e que ela é exercida necessariamente em uma situação concreta. O que leva a crer que a explicação da afirmação expressada em *O Existencialismo é um Humanismo*, onde diz que o imperativo categórico de Kant não é suficiente para estabelecer os parâmetros de moralidade, é que ela deve sempre ser recriada e materializada pela situação vivida.

Nos *Cahiers*, Sartre afirma que a situação concreta só pode ser no plano histórico, ou ainda, que a moral só é possível de se verificar quando contextualizada. Daí vem a necessidade de que a teoria moral seja definida como ética histórica (ética porque envolve um sistema de ações entre os sujeitos e o ambiente). Nota-se que a ética descrita nos *Cahiers* é mais crítica e relativista que a moral de *O Ser e o Nada*. Deste modo, tudo se passa como se a humanidade fosse possuidora de uma "quase subjetividade", que não consegue se construir totalmente. Usando a expressão mais próxima de Sartre, uma "totalidade destotalizada"¹⁵ (SARTRE, 1983, p. 124). O significado dado a esta fórmula é basicamente de que a totalidade

¹⁵ Totalité détotalisée.

seria a própria lei, a finalização da autonomia da decisão livre e destotalidade resolvida pelos indivíduos soberanos no campo da ação enquanto projeto de Ser. No Existencialismo encontram-se elementos com conotações de individualismo, como moralidade (um código interno montado por valores escolhidos), mas a verdadeira moral é concreta, montada pela ação “solta” resultante das contingências. Ela força o homem a preparar seus fins e, por isso a preocupação em superar o individualismo e o egoísmo para a totalização da liberdade, ou a instalação da liberdade radical.

Lendo atentamente, pode-se ver que as aparentes contradições das afirmações de Sartre podem ser conciliadas. Na teoria encontrada nos *Cahiers*, a moral é, ao mesmo tempo, necessária e impossível. Ela é necessária porque o processo histórico sozinho não seria possível de realizar, simplesmente a história não faria sentido. E é impossível porque não dá para ser perfeitamente moral sem estar numa situação histórica *imoral*, onde o agente da ação teria condições e seria “testado”. Um olhar desavisado veria duas teses que se contradizem, mas o olhar atento reconheceria que elas pertencem a dois aspectos diferentes da teoria de Sartre. Uma está no nível do abstrato - da moral subjetiva e, outra no nível do concreto – e da ética histórica. As contradições vão desaparecer ao se levar em conta o nível teórico em que as declarações aparecem no jovem Sartre de *O Ser e o Nada* ou no crítico Sartre dos *Cahiers*. Note-se, ainda, a ética aparecendo no nível do abstrato e a moral no nível do concreto.

Para descrever a passagem da atitude negativa, em face de si mesmo e aos outros, para uma atitude justa e válida, Sartre se utiliza do termo “conversão” (SARTRE, 1983, p. 486). Ele descreve a conversão como uma reflexão cujo objetivo é se recuperar, recusando a alienação. E acrescenta: “É impossível ser moral sozinho”¹⁶. Ele constrói a conversão como uma escolha feita em presença do outro, com um apelo ao outro, e diz ainda, “E sem dúvida há um universal. Mas é ele próprio vivido historicamente”.¹⁷ Quer dizer que o universal é utilizado para entender e julgar uma ação pelo viés do fenômeno, ou que a teoria é uma constante imposição colocada pelos homens numa situação concreta e constante, a história. É por esta razão que a conversão precisa ser um ato social, é uma re-volta sobre si e dá um sentido à história. A história contém a moral, e a moral contém a história.

Tem-se a impressão de que o homem se encontra num círculo existencial. Para que o processo histórico de libertação seja desencadeado, os indivíduos deveriam se tornar capazes de tomar conceitos abstratos e transformar na realidade concreta, só que o registro histórico

¹⁶ Impossibilité d'être moral Seul. (SARTRE, 1983, p. 487).

¹⁷ Et sans doute Il existe un universel. Mais il est lui-même vécu historiquement. (SARTRE, 1983, p. 505).

implica ao indivíduo já ter ultrapassado, em algum grau, o estado de alienação. O indivíduo para Sartre não está totalmente imerso na situação, mas ele se movimenta numa relação entre o histórico e a moral, e o antológico e o ético, pois ele é a interposição entre estes dois mundos. Esta nova leitura justifica a busca de Sartre por uma nova concepção da história do homem. A moralidade oscila imersa às contradições insolúveis, inerente ao caráter absoluto da sua validade e da contingência do projeto ligado ao tempo. No conceito da moral absoluta, há algum sacrifício das subjetividades, porque há o dever. A real moral procurada nos *Cahiers* pretende ter ultrapassado estas contradições.

É importante notar uma nova fundamentação da moralidade, que são as estruturas encontradas no campo da prática. Pode-se dizer que Sartre vê na história uma sucessão de lutas de classes, não necessariamente contingente, mas é fundamental entender o problema da práxis humana, a escassez que de fato significa a falta de subsídio que garantiria a conservação da existência biológica. As condições de subsistência de cada homem, sob um ponto de vista mais técnico, se torna uma ameaça à existência do outro, onde cada um torna-se inimigo em potencial em virtude da escassez. Cada um é aquele que tira do outro os seus insumos necessários para a sobrevivência. Tais ideias já são da ordem da *Crítica da Razão Dialética*, texto mais maduro, publicado em 1960, que mostra um Sartre mais ativista politicamente e menos romancista.

Só que esta nova proposta não deve ser considerada como a resposta final à construção da moral. Ela apenas apresenta um novo elemento aos debates, agregando uma causa externa para nortear a decisão moral. A causa externa vem subsidiar a tentativa de explicar a presença do imoral no mundo. Como ateu, Sartre tira de Deus a responsabilidade pelo homem em relação ao trabalho por conta do pecado original. No novo modelo, o homem deixa de prover o pão com o suor de seu rosto devido ao pecado original. Ele passa a trabalhar como necessidade vinda devido à escassez que o força a ganhar o pão com o trabalho que faz suar o seu rosto. Descreve Sartre:

Pelo contrário, no meio da escassez, mesmo se os indivíduos se ignorassem, mesmo sem estratificações sociais, estruturas de classe rompesse claramente a reciprocidade, cada um no interior do campo social definido existe e age em presença de todos e de cada um. *Este membro desta sociedade talvez nem conheça o número de indivíduos que a compõem; talvez ignore a relação exata do homem com substâncias naturais, instrumentos e produtos humanos que define com precisão a escassez; talvez explique a penúria presente com razões absurdas e destituídas de verdade. É inegável que os homens do grupo existem para ele em conjunto, enquanto cada um deles constitui uma ameaça para a sua vida, ou, se preferimos, enquanto a existência de cada um é a interiorização e a assunção por uma vida humana do ambiente como negação dos homens. Só que o membro individual que estamos levando em consideração, se ele se realiza por sua*

necessidade e por sua *práxis* como *no meio dos homens*, desvela cada um *a partir* do objeto de consumo ou do produto manufaturado e – no plano elementar em que estamos situados – desvela-os como simples possibilidade de consumo de um objeto de que tem necessidade. (SARTRE, 2002, p. 240)

O maniqueísmo expresso pelas noções de bem e de mal são elementos constituintes do mundo, vindo a manifestam-se das mais variadas maneiras. Aqui, a figura se mostra como classe capitalista e classe trabalhadora: o mal surge, pois como inimigo de classe. A sociedade dividida em classes traz em si a distância moral nas suas diversas manifestações de crenças. As crenças morais das classes dominantes (burguesia), criadas a partir do sistema capitalista, quer se manter indefinidamente como classe dominante. Ascendeu socialmente saindo da inércia, escolhendo, desenvolvendo estratégias econômicas, sociais e políticas. Seus valores foram escolhidos para alçá-los ao poder e mantê-los lá. Os métodos utilizados são transferidos para seus descendentes com o objetivo de tornar estas crenças como sendo de caráter absoluto e obrigatório à humanidade. Detalhe que o humanismo burguês se apresenta como desenvolvido intelectualmente e, por isso, capacitado para o desenvolvimento das ciências e das artes como um todo. Seu objetivo final é a auto-realização individual, pois somente o homem que foi educado nas melhores escolas é um ser pleno em seus direitos. Aqueles que, contudo, não foram devidamente educados, (proletariado) aparecem como um sub-produto humano. Este sub-produto não tem a completa formação dos humanos plenos e, desta forma, não há a obrigatoriedade em tratá-los como iguais. Ele se assemelha a um objeto, isto é, uma coisa que meramente utiliza de instrumentos de trabalho, como um autômato ou animal de carga o faria. Para Sartre, o humano tem suas facetas contrárias que justificam a exploração do outro com o fim capitalista, e ainda nos moldes maniqueístas, aqueles que pedem a abolição destas práticas exploratórias, já que os valores humanos são para todos. O homem tem o direito, ou dever, de se emancipar e retornar à sua condição de humano pleno independente da instrução que o formou.

Os intelectuais sentem uma cobrança nesta configuração ideológica sufocante. Nascidos da burguesia, eles negam sua posição de classe e seus valores, buscando romper com os bons costumes, a lei e a moral, mas ainda permanecendo burgueses. Tentam sem muito sucesso se justificar, se integrar à classe explorada, trazendo novamente a ideia maniqueísta ao dividir a sociedade entre o bem da sua ação subversiva e o mal do explorador sabotando esta rebeldia. Do ponto de vista moral, o movimento dos intelectuais em relação à burguesia é naturalmente complacente porque não muda o fato de que está preso às regras da classe burguesa, se utilizando desta classe para provocá-la.

Quanto à moral da classe operária, é igualmente ambígua e contrária, só que na direção completamente diversa. A classe dos trabalhadores é a que alimenta a produção do sistema capitalista, ela é necessária. Sua moral está repetindo, mesmo que inconscientemente, a moral burguesa, já que os valores existentes dentro deste sistema são ditados por ela. A aproximação entre a burguesia e o proletariado só faz acentuar suas diferenças, ao insistir em repetir as crenças burguesas é que o proletário se perpetua na condição de sub-humano, pois ele ajuda a sustentar a crença burguesa ao tomar para si aqueles valores. Tal qual os intelectuais ao agir como agem, eles só reafirmam suas condições. Ambos revivem suas realidades ao aceitarem as regras do jogo.

O trabalhador percebe com que hostilidade a moral burguesa o trata. Reage à ela, elegendo-a como um mal. Percebe que poderia mais facilmente escapar deste círculo vicioso como um indivíduo e não como sua classe. Vencer a burguesia é para a classe trabalhadora, o mesmo que ultrapassar o próprio sistema capitalista. Neste contexto, negar a moral burguesa é a primeira tentativa, ainda que se mostre abstrata e teórica. Historicamente, recusar sua posição de homem trabalhador e buscar a sua afirmação dentro do sistema capitalista que o considera um objeto de trabalho, é confessar que não é inteiramente humano. Sartre traz a nova exigência que nasce da necessidade de superar essa condição e recusar-se a se inscrever na história como um verdadeiro e positivo ser humano.

A ambiguidade encontrada nesta moral é também a liberdade, o homem se descobre em um mundo que explora, que oprime, que nega o humano na relação de burgueses e trabalhadores numa simbiose em que um é alimento do outro. Todo sistema de valores que se apoia no abuso exploratório e é tolerado pela prática social contribui de forma direta ou indireta para a negação do humano dentro do seu tempo histórico, contudo onde a moral levará esta discussão?

3.2 TELEOLOGIA DA MORAL

Para estudar a obra de Sartre pode-se delinear um desenvolvimento em três níveis: o primeiro momento é o da moralidade interna do homem, onde se encontra a esfera da imanência. A atitude diante da vida voluntária do indivíduo e suas condições para que ele possa desenvolver aquilo é tida como moralmente boa. O segundo momento da moralidade externa em que ele se encontra com as condições que vão validar as normas escolhidas, valores externos que são definidos pelo meio social em que ele interage com o outro e que vai ser internalizado. O terceiro momento, onde este ser múltiplo, e agora necessariamente moral, vai se encontrar com sua história, num processo coletivo.

“A moral é o sistema dos fins, portanto, a fim de que deva agir a realidade humana? A única resposta: a fim de si mesma” (SARTRE, 2005b, p. 327). O fim só pode ser estabelecido por um Ser que, constituído de possibilidades, faça a projeção de si ou do projeto de Ser num tempo futuro. Determinado aonde se quer chegar e como chegar até lá, o agente, quando se posiciona para o fim futuro, cria um vínculo com a realidade da sua existência. A ação moral é limitada pela vontade do homem tal qual a ideia de Deus, e o que é eterno não precisa ser construído, portanto, Deus não é liberdade. Ela só existe *em e para* o projeto de Ser. Assim, a moral se encontra dentro dos limites da vida, contida num intervalo temporal que vai do nascimento à morte. Se a moral se confunde com o viver, ela forçosamente só findará no Ser totalizado em morte, mas enquanto em vida, será sempre algo por construir, conjugado com o fim pedindo para ser realizado no presente.

Relacionar-se com o mundo pressupõe entendê-lo. É preciso, então, falar a mesma linguagem. Sartre chama esta linguagem de técnica, de cultura. Como o viver é ambientação, fisiográfica, disto decorre técnicas e culturas diferentes para locais diferentes - eis a multiplicidade do homem. A necessidade de adaptação aos seus locais resulta um sem fim possível de ações, onde em cada ambiente o homem promove a linguagem adequada. Isso explica porque um homem pode ser excluído de uma sociedade por ter mais de uma mulher, ao mesmo tempo em outra sociedade, além de aceito é admirado e ter mais de uma, é quase um dever. “Só se apreende o mundo através de uma técnica, uma cultura, uma condição; e o mundo, por sua vez, assim apreendido, se entrega como humano, e devolve a natureza humana” (SARTRE, 2005b, p. 328), melhor dizer a condição humana. Esta comunicação acontece com as coisas também. Quando vemos o fogo sabemos o que ele representa, sabemos que para manuseá-lo é preciso cuidado e uma pressuposição da capacidade de

responder sobre os atos com este elemento. O homem sabe que diante de uma grande chama é prudente recuar e que este recuo acentua sua condição de existir com ele, em condição de *senhor-servo*. Quem é o *senhor* e quem é o *servo*, só a situação posta vai definir (homem frágil – homem dominador). A identificação do *Para-si* se dá, também, pelas coisas do mundo.

O homem encontra por toda a parte a projeção de si mesmo, *tudo* o que encontra é a sua projeção. A esse respeito, o que podemos dizer de mais definitivo sobre uma moral sem Deus é que toda moral é humana, mesmo a moral teológica, toda moral existe para a realidade-humana, mesmo a moral de Cristo. Mas isso *não* significa que moral deva ser um utilitarismo social, *nem*, um individualismo no qual o indivíduo tome a si mesmo como fim, *nem* um humanismo em extensão, no sentido em que os homens, partículas singulares da humanidade, sejam um fim para o homem. Isso significa apenas que a realidade-humana pertence a um tipo existencial tal, que sua existência a constitui sob a forma de valor a realizar, por sua liberdade”. (SARTRE, 2005b, p.328)

A realidade humana existe em função de. Ao escolher cada ação em movimento, fixa os valores da “coisalidade”, que estão relacionadas com fenômenos, coisas da natureza, espaço, matéria nele existente (plantas, animais, casas, sol, chuva, nuvens, etc), nada escapa à consciência¹⁸. Retornando aos conceitos já abordados da construção do viver no mundo, há um trecho de significado singular na obra estudada, e que merece ser reproduzido visto ser uma definição belíssima e clara da relação que existe no trinômio homem-moral-mundo. Diz Sartre:

A moral é uma coisa especificamente humana, não teria nenhum significado para os anjos ou para Deus. É preciso estar separado de si mesmo por um mundo, é preciso querer, é preciso ser limitado para que o problema moral exista. [...] Mas a imagem reveste-se de toda a sua força quando aplicada à moralidade: o homem acredita que seria *mais* moral se fosse aliviado da condição humana, se fosse Deus, se fosse um anjo. Não percebe que a moralidade e seus problemas desapareceriam com sua humanidade. (SARTRE, 2005b, p.329)

Em *os Irmãos Karamázov*, Dostoiévski escreveu uma conversa na prisão entre Dimitri e Rakítin, eles se questionam dizendo que se não houvesse Deus ou a imortalidade para o homem tudo seria permitido e, por consequência, tudo seria lícito. Para Sartre é um engano, pois tendo a existência de Deus como certa ou não, não faz a menor diferença. A

¹⁸ O conhecimento dos objetos pode ser extraído de percepções ou por um simples jogo da imaginação ou graças à experiência. E então podem certamente resultar representações enganosas, a que não correspondem os objetos e em que a ilusão deve ser atribuída, quer a uma fantasmagoria da imaginação (no sonho), quer a um vício do juízo (nos chamados erros dos sentidos). Para escapar aqui à falsa aparência segue-se a regra: *O que está de acordo com uma percepção segundo leis empíricas, é rea*. (KANT, 2001, p. 376-377).

moral é um assunto tratado entre os homens, de modo que só a eles pertence, Deus não é moral nem amoral, aliás, dentro do pensamento sartriano, o próprio Deus é uma abstração humana, a rigor estaria num mesmo nível categórico. O homem não seria criado à imagem de Deus, e sim, Deus seria uma imagem criada à semelhança do homem. Portanto, existe Deus para ele mais ainda, Ele é fruto da escolha, e sua forma poderia ser antropomórfica, zoomórfica, geomórfica ou outra que o imaginário desejar. Porque para ser livre em toda a acepção do pensamento, nada pode vir ao homem que seja externo a ele, por ser existência antes da essência, tudo tem que ser consciência, que é o motor da reação em termos de psicanálise, pulsão.

“Cada consciência contém em si a consciência de ser responsável por si própria e não de ser a causa do próprio ser” (SARTRE, 2005b, p. 330). Note-se que a consciência, não sendo a causa de si própria, é contingência também, como quando olhando para uma faixa de luz e sem que sejamos a sua causa, ela se acende e então passa a fazer *evoluções* de ritmo e intensidade como que cumprindo um programa. Ele pisca, gira, colore-se, ora intensa, ora pálida, até que se apaga, do mesmo jeito que se acendeu. A vida na obra sartriana é isso, um singular acaso, capaz de maravilhosas evoluções que só começam com o nascimento e que irá se findar na morte. Nada antes, nada depois. Tudo o que há para fazer *deve* ser feito em vida, só há uma chance, não há remissões póstumas. A consciência é o *Para-si* que Sartre descreve tão profundamente em *O Ser e o Nada*.

A principal estrutura de caráter transcendental é o valor. Ele nasce da vontade que realiza o projeto e constrói o momento histórico, não deve ser confundido com desejo. O desejo é uma vontade que nasce na subjetividade e leva o sujeito a buscar uma transformação, interagindo com as coisas, e impulsionado a manter-se na busca por um foco definido. As circunstâncias podem estar mostrando o oposto do que se almeja, mas dentro do desejo existe uma força que o faz prosseguir. É ele que dá consistência à realidade, uma realidade *movediça* que precisa ser feita com grande cuidado e esmero, não seria exagero dizer, como uma obra de arte, em que o terreno precisa ser refeito a todo o momento pois é fugaz, mas que “ao fim de cada empreendimento, ele se encontra tal como era: gratuito até a medula. Daí as famosas decepções depois do esforço, depois do triunfo, depois do amor. Daí o esforço do criador...” (SARTRE, 2005b, p. 332).

O *Para-si* transcende: como a consciência daquilo que é e, como Deus o Outro absoluto que domina que dá a essência e predestinação. A moral é, portanto, a recusa da auto-alienação, sob qualquer modelo. Ser livre é criação, é supressão progressiva e total da faticidade. Ela não é por si, ela é independência onde o *Para-si* não se submete a qualquer lei

externa, ele é a sua única fonte de valores. O problema da moral é que ela é parte da construção do projeto que necessita, pela reflexão, suprimir a má-fé e a ignorância do *para-si*. Ela se dirige para o objeto que é inessencial, e é aparência do ponto de vista do *cógito*. A solução é o equilíbrio do que está no homem com aquele que está fora dele.

Como explicar uma natureza humana sendo o homem livre? Sartre não nega que exista uma natureza humana, mas discute de que ordem ela é, se tem um caráter de universalidade ou de historicidade. A humanidade é composta por um número finito de homens que repetem seus dramas ao longo do tempo. Neste sistema fechado o autor vê a própria história. Assim é que a história se configura na própria natureza humana, pois cada fato da história tem sua natureza (como ser em si) e cada homem participa deste fato que se repete pelo tempo e espaço arrastando toda a humanidade para a escolha. A natureza humana é a escolha em si. O homem possível surge de um concreto, daí o universal uma vez que o mesmo mundo é para todos, como estrutura necessária onde se dão as ações.

A exigência moral vai dar-se nesta ambientação do concreto onde o homem se encontra, e que é a mesma situação histórica. O mundo aparece como um conjunto estável de relações interpessoais, que se mostra estável quando tais relações são éticas. Com estas possibilidades, Sartre se torna um tanto pessimista, pois ele considera os homens ignóbeis, que precisam ser aceitos para que possam ser seus projetos, e não pelo que são na situação.

Como visto, explicar a moral partindo unicamente do homem não é suficiente. É preciso buscar outros referenciais que não somente o ontológico, pois se mostrou insuficiente para desempenhar tal missão. Não há a formulação de uma filosofia moral pronta. Não é possível estabelecer padrões morais universais, não para Sartre. Agora o tema desdobra-se em duas vertentes, a da estrutura ontológica no campo de ação e a das condições que darão suporte de validação às escolhas feitas no campo da axiologia.

Tem-se que o *Para-si* é consciência autônoma e a ideia da responsabilidade se faz no âmbito do abstrato. Percebe-se que esta noção de responsabilidade, desde Platão, é chamada de autocontrole. O homem responsável é senhor de si mesmo, possui capacidades plenas de pensar nas ações corretas quando livre das paixões. Portanto, somente um ser que é racional e que se utiliza da capacidade do discernimento pode ser considerado um Ser para a responsabilidade: a responsabilidade é característica humana, assim como a racionalidade.

Sob o ponto de vista da alienação, até que ponto um sujeito pode ser responsabilizado? Para entender este ponto, novamente retorna-se a Freud. Um Ser em crise, seja ele qual for, não tem suas capacidades lógicas funcionando com coerência, e não seria possível avaliar as condições de responsabilidade nestes momentos. A psiquiatria ainda se

embate entre os ambientes desencadeadores da crise e as disposições genéticas para tal. As matérias jurídicas se valem de leis na tentativa de nortear as condutas e punir quem delas escapa. Os costumes sociais, como que fiel da balança, busca manter o equilíbrio. Para Sartre, a noção de livre-arbítrio vem atrelada à ideia da escolha racional e da liberdade sem condições limitadoras. A lógica é simples: o homem é livre, escolhe o resultado de seu ato e é responsável por ele. “Chamaremos de moral ao conjunto de imperativos, valores e critérios axiológicos que constituem os lugares comuns de uma classe, de um ambiente social ou de uma inteira sociedade” (SARTRE, 1982, p. 34).

3.3 CAUSALIDADE E RESPONSABILIDADE

Na realidade, ninguém é completamente livre estando no mundo. Ora, esta liberdade está mais para a construção do Eu e para as relações interpessoais entre os *Para-si* intrinsecamente ligados aos eventos causais previsíveis ou não. Sendo o homem em situação, a constituição do seu eu se estrutura aí. A moral só é possível quando derivar da liberdade. É preciso falar em moral vindo da subjetividade e da liberdade, ela é um valor inalienável, o que implica na não possibilidade de transferência da responsabilidade, se a escolha é racional e o resultado é fruto da intencionalidade. Como dizer “Eu não sabia”? Ninguém pode ser responsável pelo ato de outro alguém, pois o ato de pensar é ipseidade (o existente como falta de...).

O mundo surge com a consciência do *Para-si*, cada subjetividade lhe confere significados próprios, e na mesma medida, atribui um valor de significação. Na realidade do mundo *Em-si*, cada *Para-si* cria sua situação, dando-lhe sentido único e distinto dos demais *Para-si*. Esta característica humana de inventar seu mundo, seguindo o projeto de Ser, cria dificuldades para a padronização da moral humana. O pequeno deleite de um *Para-si* pode ser grande ofensa a outro *Para-si* e a um terceiro ou mais, não significar nada. Que padrão pode ser extraído daí, senão somente a liberdade racional de escolher vinculada a uma escala de valores construída? No fundo, não se trata da moral, mas da exteriorização do desejo (psicanálise), e de como essa demonstração vai ser interpretada pelo olhar do outro.

Convém observar, antes de tudo, que a escolha dos fins totais, embora totalmente livre, não é necessária nem freqüentemente operada com alegria. Não deve-se confundir a necessidade que somos de nos escolher com a vontade de poder. A escolha pode ser efetuada com resignação ou mal-estar, pode ser uma fuga, pode realizar-se na má-fé. Podemos escolher-nos fugidios, inapreensíveis, vacilantes, etc.; podemos até escolher não nos escolher; nesses diferentes casos, os fins são colocados para-além de uma situação de fato, e a responsabilidade por esses fins nos incumbe: qualquer que seja nosso ser, é escolha; e depende de nós escolher-nos como "ilustres" e "nobres", ou "inferiores" e "humilhados". Mas, precisamente, se escolhemos a humilhação como o próprio estofado de nosso ser, iremos realizar-nos como humilhados, amargurados, inferiores, etc. (SARTRE, 2003, p. 581)

O absoluto não existe, a estrutura é o nada de ser, a escolha, definitivamente, não tem aportes. Não há bem nem mal, nem céu nem inferno, nem Deus nem leis de ordem alguma. A liberdade é um desconforto numa vida sem justificativa. Não há quem ou o que responsabilizar, só a si mesmo. Sartre idealizou a moral como a aceitação da liberdade voltada

para a concretização do projeto inicial, que significa assumir objetivamente os valores e ações ao projeto inerentes.

Através da Psicanálise Existencial, Sartre abre ao homem uma alternativa de compreensão da realidade através da análise psicológica na construção da *psyché*, com uma diferença substancial de Freud. Este entende as falhas humanas sob o artifício do inconsciente justificado pela sua fragilidade em lidar com problemas existenciais, mas para Sartre, camuflar-se no inconsciente também é escolha e, portanto, má-fé. A Psicanálise Existencial pretende motivar o *Para-si* na direção de si, fugir disto é negar a própria liberdade.

A indeterminação é a marca do *Para-si*, a multiplicidade de comportamentos humanos é confirmada pela história da humanidade. Há semelhanças, mas não são exatamente iguais. É possível encontrar certos projetos semelhantes, até porque não se vive sozinho. Quanto maior o número de projetos similares, maior será a probabilidade de escolhas similares. Disto é possível extrair certo padrão de escolhas motivado pelas vontades individuais coincidentes e culturais. Explica Sartre:

Nada prova que estas formas correntes da determinação moral não sejam, *por elas mesmas*, particularizações e limitações da estrutura normativa na sua generalidade. O *dever* – por exemplo – que se manifesta no costume tem uma estrutura de *mandamento* que, em princípio, é uma ordem dada por outrem e que conserva o agente aquele seu caráter de alteridade. Também no valor a exigência possui uma certa fixidez que parece penetrá-la com uma estranha inércia. Não há nada que permita dizer que a estrutura ontológica da norma não se apresente desviada ou deformada pela introdução de determinações estranhas. (SARTRE, 1982, p. 39)

A consciência se reconhece “jogada no mundo”, se percebe como parte da existência de outra consciência, esta é a faticidade e contingência primeira do *Para-si*. Essa relação será definida, então, pelas circunstâncias presentes e pelas liberdades coexistentes. A relação revela um jogo entre forças livres, tentando se posicionar um frente aos outros. A comunicação entre as liberdades sempre é cheia de arestas, porque sabe-se da mensagem emitida, mas não se sabe como ela será recebida e interpretada. Ao que parece, a harmonia dos relacionamentos interpessoais estão comprometidos, os projetos de ser correm paralelos e concorrentes. Isto se faz necessário porque cada *Para-si* trava uma luta interna de manter sua identidade e seguir um modelo cultural. O “acordo social”, o comportamento moralmente aceito por todos se faz necessário, na medida em que não se pode destruir o Outro sob pena de destruir seu próprio substrato físico. O *Para-si* precisa dele para marcar sua individualidade e, ao mesmo tempo, tem que transcendê-lo. Destruir o Outro é destruir toda a referência humana existente fora de si, no mundo, da qual o Eu se vale para se situar como Eu no mundo.

A moral é da esfera da ação. Ela é permanentemente reinventada e incorporada pela situação, já que o seu ponto de partida é no mundo e em presença do Outro. Isto posto, sabe-se que o sujeito se define pelo *cogito*. Enquanto o Outro se dirige para o *Para-si*, este vai se descobrindo como ser em liberdade ou como ser ameaçado pela liberdade deste mesmo Outro. Frente a frente, os homens se encontram no concreto, construindo a moral intersubjetivamente. Com o abandono de Deus, o homem é absoluto, tendo que dar conta de si e da *criação* toda, inventando e construindo ele mesmo a moral. Deus, como Outro que saiu da relação, alienou o homem à sua liberdade, mas esta alienação, longe de ser um fim em si mesmo, é um começo, ou seja, uma abertura de possíveis infinitos num êxtase de criação quase divino.

Uma característica da moral é a sua subordinação ao fenômeno. Como e quando ele se dá ao objeto abstrato ou concreto. Após o fenômeno espontâneo e contingente, o *cogito*, respondendo à necessidade de uma reflexão se faz. E, promove a escolha criando a abertura para a ação. Ora, desta passagem do que é espontâneo, vai surgir o ato moral como uma superação da má-fé. A boa-fé (superação da má-fé), ou ato moral por si só age sobre o Outro, como que chamando-o para atuar em conjunto, apelando à boa-fé do *Para-si-do-outro*. Este chamado não é um pedido de ajuda, mas um convite de amor fraterno entre duas liberdades que se reconhecem em formação. Este acordo implícito resgata a possibilidade de existir juntos no mundo, dando um sentido à vida. São duas subjetividades unidas e ao mesmo tempo independentes, num mesmo fato histórico, combinando seus valores num novo projeto de Ser, superando a má-fé, construindo um juízo de conhecimento, de valoração, de criação. Pode ser que os projetos não sejam coincidentes, mas é a predisposição de ambos à escolha moral coincidente que, de forma direta ou indireta, beneficia a ambos, em que o fim da ação deve ser único para que o valor da escolha seja o mesmo para ambos e possa ser universalizado. É, então, neste momento que se faz o conceito de universalidade em Sartre na medida em que todos os homens podem compreender e participar de tais preceitos.

É possível que reflexões mal postas resultem em escolhas erradas que nos levem a interpretar como má-fé levando o sujeito ao *atraso* em seu projeto de Ser moralizado, ou mesmo, fazendo acreditar em uma subjetividade de dissimulação. Este é o momento mais complexo da instalação da moral de Sartre, é onde o *Para-si* se resolve ou adia seu engajamento nas questões que se apresentam, é aqui que acontece a conversão moral do fato espontâneo à ação refletida. Ainda que haja uma certa recusa ao projeto, pretensa e momentaneamente unido, é preciso insistir como outro, *convencer* e não *ditar* o padrão de valor, pois se tratam de duas liberdades em interação, presenteando-se mutuamente. E por que

dizemos que a moral de Sartre é uma moral contextualizada e em ação? A resposta está em que o fato obriga o sujeito a uma ação resposta quase imediata, e esta ação resposta de boa-fé ou de má-fé só poderá ser entendida como resposta mesma em razão do fato em andamento. Provocado pelo fato acontecido, a subjetividade precisa reagir e dar uma resposta. Quanto se foge dos acontecimentos, mais se limita a liberdade. As fugas (por medo ou desconhecimento) travam e impedem o homem de tomar posições quando é um imperativo tomar partido. Recuando para dentro de si, pensando no conceito psicanalítico do subconsciente, o sujeito se encolhe e se fecha ficando à mercê da vontade do Outro (será este outro um Ser moral?). Nestas condições, o curso do projeto de Ser sofre, é preciso reagir. Não há respostas no mundo, porque elas vão sendo criadas a todo instante, mas há todas as perguntas que a subjetividade vai reconhecendo como sinais, bastando estar atento a elas, conectado com o real, qualquer outra ação será fuga. E será nesta *provocação* do mundo ao sujeito que vai manifestar esta ou aquela escolha definindo a ação moral como superação da má-fé e, ainda, agregando conhecimentos pela experiência que dará suporte estrutural ao *Para-si*. É possível que esta agregação de conhecimentos seja o “instinto” (SARTRE, 1973, p. 17) dito metaforicamente por Sartre em *o Existencialismo é um Humanismo*.

Não é possível exercer a moral sozinho, nem atemporalmente. É necessário colocá-la num momento histórico, junto com outro *Para-si*, convidando-o a realizar seus projetos num esforço comum. É necessário, ainda, reconhecer a liberdade de cada um em situação. O *Para-si* não moral se revela como Ser que não atingiu um certo grau de consciência capaz de responsabilizar-se por sua liberdade e precisa ser chamado para tal constantemente. Esta relação entre as subjetividades vem de um desejo criativo da construção da sua história pela vontade de cada um sob o risco de não se reconhecer como Ser atuante no processo. A moral é uma ação diante do fato, cuja escolha é da ordem da vontade livre do indivíduo que confere a estas valores absolutos. O sujeito vai se construindo, o projeto revelando como o indivíduo decide entrar para a história. A historicização objetivada como a prática do projeto individual e a historicidade como expressão de sua época.

Como ser em construção, o homem pode errar ou acertar, entrar em crise ou dela sair, retornar ao início ou dar um passo à frente, mas sempre como expressão de liberdade e boa vontade. A soma de cada relação vai construindo uma enorme rede social, que unindo cada relação a outras relações vão, também, construindo a ideia da moral no concreto, que dá sentido ao momento histórico de cada um e de todos.

A ordem, interna no homem, visa mostrar como a sua autonomia se afirma dominando as circunstâncias exteriores, e não sendo dominada por elas. O imperativo está lá

dizendo, haja de tal forma, e ao se afirmar como tal, mostra e tenta induzir o *Para-si* àquela conduta, mas sua imperatividade termina aí, onde o sujeito começa, definido pela sua liberdade de seguir ou não o indicado pelo imperativo, provocando o movimento em que os acontecimentos, no entorno deste mesmo sujeito, são definidos de forma ajuizada ou pré-julgada. O sujeito *domina* a sua ação, sugestionado ou não pelo imperativo, sua interioridade é o próprio sujeito ou a possibilidade de sê-lo. Na medida em que se busca no próprio interior, os subsídios para determinar as suas possibilidades, estes vão se tornando o sujeito da ação, no exato momento em que se vive a ação, ele (sujeito) ainda não é. Só será quando por um processo cognoscente sentir-refletir-resolver, o sujeito decidir, contudo, neste momento ela (ação) já é passado. Viver as decisões é viver um hiato, ora num tempo, ora noutro, buscando no passado subsídios para a decisão futura que se faz no presente. E quando este complexo jogo de juízos acaba ele é devolvido definitivamente ao passado, se somando à subjetivação do *Para-si*. O Ser é novamente o Ser, e não seu passado.

O resultado da moral pode ser considerado como um ponto fundamental do existencialismo sartriano, bem como a sua dimensão (ou significação). Esta questão é sugerida por uma leitura da filosofia de Sartre a partir de alguns elementos da história do pensamento, a reflexão moral de Sartre é fazer esclarecer a distinção entre o que é relevante da ordem de código moral (valores, regras, prescrições em sua objetividade social) e que é relevante à ordem ética e prática (relação a si mesmo ou subjetividade).

A hierarquia de valores precisa ser definida, partindo das condições determinadas pela situação, uma vez que a moral da ação universal se mostra inviável. O valor que circunda o *Para-si* tem sempre um caráter de singularidade, de individualidade, os valores não pertencem ao Eu, até que ele o constitua como tal. Em cada existência não caberiam todos os valores. Se assim o fosse, não haveria a singularidade ou os diferentes egos. Assim, cada *Para-si* escolhe os valores que irá adotar e praticar, por isso a dificuldade da moral universal. A moral, num sentido mais clássico do termo, pode ser definida como “espírito de seriedade”, uma variante da má-fé no sentido de alienação dos valores transcendentais. Ilustra Sartre:

O espírito de seriedade tem por dupla característica, com efeito, considerar os valores como dados transcendentais, independentes da subjetividade humana, e transferir o caráter de "desejável" da estrutura ontológica das coisas para sua simples constituição material. Para o espírito de seriedade, de fato, o *pão* é desejável, por exemplo, porque é *necessário* viver (valor inscrito no céu inteligível) e porque é nutritivo. O resultado do espírito de seriedade, o qual, como se sabe, reina sobre o mundo, consiste em fazer com que a idiosincrasia empírica das coisas beba, como um mata-borrão, os valores simbólicos destas: destaca a opacidade do objeto e o coloca, em si mesmo, como um desejável irredutível. Também já estamos no plano da moral, mas, concorrentemente, no plano da má-fé,

pois é uma moral que se envergonha de si mesmo e não ousa dizer seu nome; obscureceu todos os seus objetivos para livrar-se da angústia. (SARTRE, 2003, p. 763)

O valor não transfere o seu domínio para a liberdade, porque de certa forma ele a delimita, na medida em que, através do jogo social e do olhar dos outros se torna medida de cobrança, o mundo das pessoas e das coisas exige que se aja com elas. Só a transformação do valor em obrigação moral não permite que Sartre conclua a sua ideia sobre ela, é preciso olhar para os fatores social e histórico, numa dialética homem-mundo. A partir da *Crítica da Razão Dialética*, ele abandonará a dimensão moral no sentido da ipseidade, que vinha na linha de *O Ser e o Nada* e no *Diário de uma Guerra Estranha*.

Toda a dimensão prática do homem se reduz ao projeto de ser, sem moldes, sem estereótipos, sem fundamentos iniciais. A liberdade é radical, absoluta, desconfortável, desconcertante. A moral põe em evidência aquilo que os homens deveriam ser, partindo de si, como que às cegas no mundo múltiplo em opções, que numa única vida não caberia vivê-las todas. Escolher nesta multiplicidade é tão ou mais difícil que escolher na falta absoluta de possibilidades ou na escassez.

A moral da existência livre, não prescritiva, vem da inexistência de um *Ser a priori*, que se cria virtualmente. A liberdade desta construção tão improvável, se considerar que os homens são da ordem empírica da aprendizagem, exige que ela não seja de indiferença. Ser livre a qualquer custo não é, a rigor o sentido da liberdade absoluta sartriana, dado que esta exige engajamento, compromisso e responsabilidade com o que se escolhe. Até porque se escolhe pela falta. Quer dizer: o

Para-si se define ontologicamente como *falta de ser*, e o possível pertence ao Para-si como *aquilo que lhe falta*, assim como o valor impregna o Para-si como a totalidade de ser *faltada*. Aquilo que exprimimos em nossa segunda parte em termos de falta também pode se exprimir perfeitamente em termos de *liberdade*. O Para-si escolhe por que é falta; a liberdade identifica-se com a falta, pois é o modo de ser concreto da falta de ser. (SARTRE, 2003, p. 691)

Agir moralmente não é agir por prazer, o existencialismo é a constante afirmação ao *Para-si* quanto à norma imanente que produz a existência e que a liberdade, apesar do niilismo, é se inventar sempre e singularmente, empurrado ao engajamento pela faticidade. Existir, para Sartre, é convocar o Ser livre para a constante avaliação sobre como se é livre, averiguando as condutas e evitando os atos excessivos em resposta ao fato contingente. Afinal, a filosofia sartriana é de pura reflexão. O ato de refletir possibilita a transformação de si através da experiência das várias possibilidades que a causalidade oferece. Ao se poupar um

filho de um fato potencialmente perigoso, por exemplo, além de livrá-lo do perigo, livra-o de si mesmo. A experiência foi vivida pelos pais, mas não pelo filho. Deve-se ensinar a escolher, e não impedir que ela seja feita. Todo Ser deve assumir o seu poder de transformar o mundo conforme o mundo se apresenta a ele, isto é engajamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A moral de Sartre pode ser encontrada permeando toda as suas obras, mas em *O Ser e o Nada*, ele se preocupa em situar o homem no seu tempo e lugar. Sua moral, concebida à luz existencialista, situa o *Para-si* no mundo numa perspectiva ontológica. É sabido que ao terminar de escrever a obra, ele promete outra acerca da moral. Na verdade Sartre ainda não se dava conta do grande empreendimento prometido. Alguns anos mais tarde escreve um desabafo no período do Pós-guerra, *Diário de uma Guerra Estranha*, onde reconhece certa quanto a esse tratamento, pois sua promessa é adiada mais uma vez. Os anos sessenta encontram um Sartre bem mais maduro, muito próximo do marxismo expectativa de superação do nazismo, no que também se decepciona. Seu pensamento abandona o tom solipsista do *O Ser e o Nada* e de *Diário de uma Guerra Estranha* e parte para o engajamento político mais pragmático no mundo com a *Crítica da Razão Dialética*. Assim, ano após ano o texto acerca da moral vai sendo adiado. Apesar de tudo, a moralidade pode ser entendida de duas formas: a teoria da moral heterônoma, onde o homem vai buscar seus valores fora de si (Deus, sociedade, leis morais) e a teoria da moral autônoma, em que o homem cria seus próprios valores. Sartre defende essa última numa direção que o aproxima de Nietzsche e Camus.

O eu do *cogito* descobre a existência do Outro assim como descobre a própria existência. O *Para-si* se conduz ao Outro, porque Sartre recusa o solipsismo em que só o “Eu” existe. O homem se vê numa relação com o Outro, relação que é permeada por consequências morais. O relacionamento moral com o outro se mostra de várias formas: primeiro como alienação de uma possível natureza humana, de cuja condição define como ele deveria ser numa visão mais essencialista; segundo como uma alienação ao direito e ao dever, onde o dever se figura no Outro. É importante observar que Sartre não coloca o sacrifício do *Para-si* como condição para a moral. Ora, isto iria frontalmente contra o conceito da liberdade. Terceiro, os valores não são dados consumados. Eles vêm da consciência criativa do homem. Por conta do Projeto de ser, o valor não transcende o homem, mas é imanente a ele. E, por fim, o quarto, numa intenção psicanalítica, a alienação pelo inconsciente, se é produto do inconsciente não se pode ser responsável por ele. Neste caso, o Ser é livre, inclusive sob qualquer aspecto moral. A rigor, o inconsciente é o Outro da consciência, uma espécie de impulso de auto-alienação (em termos psicanalíticos, pulsão). O Outro é em termos sartrianos, uma categoria estrutural que permite supor as variadas formas da alienação.

Sartre concebe o homem no mundo enquanto um olhar lançado sem fundamentos, sem natureza humana definida ou uma razão que o justifique e o ateste. A construção é única, no sentido de se fazer a cada instante e no sentido de não haver nova chance de vida. Ser homem livre é a única certeza, mas um ser livre condicionado pela situação e sua coexistência com o outro. O homem e o mundo interagem sem regras pré-estabelecidas. Faz-se necessário, então, criá-las. As regras formam um padrão de conduta feito pela liberdade criadora da subjetividade humana, e que o sujeito chama de moral.

Não se pode viver a moral sozinho. Ela é uma relação fenomênica ontológica intersubjetiva que se inicia no silêncio da psique, que se passa com o outro sujeito e se estende na comunidade em seu valor situacional. Ela é vivida em cada tempo histórico, confunde-se com ele. O indivíduo constrói o seu tempo a partir de si próprio como ser livre. No ato moral, os homens se relacionam num processo voluntário e livre, é comum a todos. É uma atitude de respeito e tolerância com o outro. Ao mesmo tempo em que exige tal postura desse mesmo Outro, a moral é troca, é dar e receber, é somar. Não se trata de fundir as consciências, mas de unir as diversas consciências co-existent.

Há três pontos que devem ser destacados dentro deste trabalho. O primeiro é que tendo a liberdade como condição do existir o homem, ele se conserva livre para a escolha de sua ação, pois é só através dela que o *Para-si* vai se resolver ou se construir. Depois, tem-se que as ações são livres e dadas pela escolha, não aleatória, mas situada no contexto vivenciado, sendo o homem o produto e produtor do seu momento histórico, isto é, sendo o único responsável por seus atos. E, por último, o homem vive em sociedade, portanto, com o outro. Este outro lhe aparece como limitador na ação (um mal), mas também, aquele através do qual vai se constituindo o projeto de ser do *Para-si* (um bem). O sujeito sartriano é aquele que vivencia esse inferno paradoxal entre a liberdade absoluta do *Para-si* e os limitadores externos do seu projeto. A roda gigante agora é real, não mais liga o céu e o inferno, mas liga os homens, rompe fronteiras, de fato. Não é mais roda de oscilação, é círculo de relação.

Onde, porém, se justifica a atitude moral neste contexto? Em tudo, em todos. Ora, para Sartre, ter atitude já é postura moral, posto que agir com o fato exclui a fuga que caracteriza a má-fé. Empregando uma analogia, a vida no contexto da reflexão moral de Sartre é um magnífico concerto, onde cada elemento desta sinfonia assegura a harmonia da peça. Não há um regente único, todos os componentes tocam olhando um para o outro, conscientes de que qualquer nota descuidada pode desafinar todo o concerto e implicar no desastre do espetáculo que é o viver. Cada sequência de nota dos movimentos é livre, mas

precisa ser executada *com* e não *solo*. Esta foi a importante lição de Sartre, percebida por poucos leitores.

REFERÊNCIAS PRIMÁRIAS

- SARTRE, J. P., **Situações III**, Ed. Europa-América, Portugal, 1949.
- _____, **Reflexões sobre a questão judaica**. In Reflexões sobre o racismo, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.
- _____, **Determination et Liberté**, Paris, Gallimard, 1970.
- _____, **O Existencialismo é um humanismo**, Abril Cultural, 1973.
- _____, e outros, **moral e sociedade**: atas do convênio pelo instituto Gramsci, 2º Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- _____, **Cahiers pour une Morale**, 1º Edição, Ed. Gallimard, Paris, 1983.
- _____, **A esperança agora: entrevistas de 1980**, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992.
- _____, **Crítica da razão dialética**, Rio de Janeiro, DP&A, 2002.
- _____, **O Ser e o Nada**, 12º Ed., Rio de Janeiro, Vozes, 2003.
- _____, **As palavras**, 2º Ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2005a.
- _____, **Diário de uma guerra estranha**, 2º Ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2005b.
- _____, **Entre quatro paredes**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005c.
- _____, **Sartre no Brasil, a conferência de Araraquara**, 2º Ed. bilíngue, São Paulo, Unesp, 2005d.
- _____, **A náusea**, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2006.

REFERÊNCIAS SECUNDÁRIAS

- ABBAGNANO, N., **Dicionário de filosofia**, São Paulo, Martins Fontes, 2000.
- AUGIAS, M., **La morale di Sartre nuovo umanesimo**, sintesi critica dei *Cahiers pour une morale* di J. P. Sartre, Centro studi Nuovo Umanesimo, Milano, disponível em www.etudes-augias.com/pdf, acessado em 15/04/2013.
- CENCI, Márcio P. **Uma apresentação dos conceitos de arbítrio e vontade em Kant**. Disponível em: http://sites.unifra.br/Portals/1/ARTIGOS/edicao3/KANT_MPC.pdf , acessado em 01/07/13.
- BEAUVOIR, S., **A cerimônia do adeus**, 4 Ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982

- DANTO C. A., **As ideias de Sartre**, 2º Ed, São Paulo, Cultrix, 1988.
- GARCIA-ROZA, L. A., **Freud e o inconsciente**, 21º Ed, Rio de Janeiro, JZE, 2005.
- GONÇALVES, A. I., **O problema do outro em Sartre**, Santa Maria (RS), UFSM, 2012, Dissertação de Mestrado.
- HEGEL, G. W. F., **Fenomenologia do espírito**, 2º Ed, Rio de Janeiro, Vozes, 1992.
- HEIDEGGER, M., **Ser e tempo – Parte II**, Rio de Janeiro, Vozes, 1989.
- COX, G., **Compreender Sartre**, Rio de Janeiro, Vozes, 2007.
- KANT, I. **Crítica da razão pura**, 5º Ed, Lisboa, Calouste Gulbenkian, 2001.
- KANT, I., **Primeira introdução à crítica do juízo**, São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- LAPORTE, A. M. A. e VOLPE, N. V., **Existencialismo**, Curitiba, Juruá, 2005.
- LE BRETON, D., **A Sociologia do corpo**, Rio de Janeiro, Vozes, 2007.
- LEIBNIZ, **Novos ensaios sobre o entendimento humano**, São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- MIJOLLA, A. de, **Dicionário internacional de psicanálise**, Rio de Janeiro, Imago, 2005.
- MORAVIA, S. **Sartre**, Lisboa: Edições 70, 1985.
- MOREIRA, J., **Conscientização freireana e liberdade sartriana: reflexões para os efeitos de subjetivação da educação popular**, UNESCO, Acessado em 01/07/2013, Disponível em: www.acervo.epsjv.fiocruz.br/beb/BVSEPS/...EPS/.../GT06-1560_int.pdf
- MORIN, E. **O enigma do homem, para uma nova antropologia**, 2º Ed, Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- PERDIGÃO, P. **Existência e Liberdade**, Ed. L&PM, RS 1995.
- PRADO JR, Bento. **Presença e campo transcendental**. SP, EDUSP, 1989.
- RODRIGUES, M. G. **Consciência e ma-fé no jovem Sartre a trajetória dos conceitos**, Ed Unesp, SP, 2010.
- RUSS, J. **Dicionário de Filosofia**, Ed Scipione, SP, 1994.
- SILVA, C. G. e, **Liberdade e consciência no existencialismo de Jean-Paul Sartre**, Londrina (PR): Ed. UEL, 2007.
- SILVA, F. L. e, **Ética e literatura em Sartre**, São Paulo: Unesp, 2003.
- _____, **O imperativo ético de Sartre**, conferência realizada no teatro da Maison de France, RJ em 30/08/2005, (gravada em áudio/mp3), disponível em www2.cultura.gov.br/programas_e_acoes/cultura_e_pensamento/acervo/audioa/index.php?p=24903&more=1&c=1&pb=1#07, acessado em 17/11/2012.
- VERSTRAETEN, Pierre, **Violence et éthique: esquisse d'une critique de le morale dialectique à partir du theatre politique de Sartre**, Paris: Gallimard, 1972.